

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	22
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	23
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	59
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	147
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	153
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	156
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	157

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	158
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000.000
Preferenciais	0
Total	1.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	17.112.153	5.304.312	4.578.889
1.01	Ativo Circulante	2.259.242	555.173	352.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.050.966	383.149	101.711
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.979	4.898	3.322
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.171.297	167.126	247.339
1.01.08.03	Outros	1.171.297	167.126	247.339
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	0	0	246.679
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	27.966	0	0
1.01.08.03.05	Outros ativos	33.675	6.163	660
1.01.08.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	933	0	0
1.01.08.03.08	Dividendos a receber	1.108.723	160.963	0
1.02	Ativo Não Circulante	14.852.911	4.749.139	4.226.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	166.443	58.590	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	166.443	58.590	0
1.02.02	Investimentos	14.526.449	4.405.443	3.943.471
1.02.03	Imobilizado	22.584	3.358	160.079
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.927	3.331	159.969
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.657	27	110
1.02.04	Intangível	137.435	281.748	122.967

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	17.112.153	5.304.312	4.578.889
2.01	Passivo Circulante	713.879	56.618	327.029
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.295	1.512	2.342
2.01.02	Fornecedores	54.317	8.146	37.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.749	4.781	7.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	424	31	87
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	424	31	87
2.01.05	Outras Obrigações	636.094	42.148	279.350
2.01.05.02	Outros	636.094	42.148	279.350
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	635.181	13.952	279.302
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	157	0	48
2.01.05.02.09	Outros passivos	756	28.196	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.145.196	790.291	372.503
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	344.741	299.674	31
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	342.515	299.674	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	2.226	0	31
2.02.02	Outras Obrigações	99.952	159.619	42.155
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	91.926	46.658	0
2.02.02.02	Outros	8.026	112.961	42.155
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	74.216	41.538
2.02.02.02.04	Outros passivos	8.026	38.745	617
2.02.03	Tributos Diferidos	700.503	330.998	330.317
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	700.503	330.998	330.317
2.03	Patrimônio Líquido	15.253.078	4.457.403	3.879.357
2.03.01	Capital Social Realizado	5.940.137	3.000.836	2.977.983
2.03.02	Reservas de Capital	5.703.189	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.815.124	1.861.941	1.537.852
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-205.372	-405.374	-636.478

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.549.365	44.846	631.581
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-128.814	-34.934	-25.847
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-4.793	30.898	3.476
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	-4.793	30.898	3.476
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.682.972	48.882	653.952
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.549.365	44.846	631.581
3.06	Resultado Financeiro	99.184	14.524	-2.152
3.06.01	Receitas Financeiras	196.471	30.456	3.863
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.287	-15.932	-6.015
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.648.549	59.370	629.429
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.851	-631	-4.620
3.08.01	Corrente	0	50	-8.236
3.08.02	Diferido	25.851	-681	3.616
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.674.400	58.739	624.809
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.674.400	58.739	624.809
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,4342	0,02959	0,3148
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,4342	0,02959	0,3148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	2.674.400	58.739	624.809
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-429.350
4.02.01	Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	507	24.914	-35.162
4.02.02	Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	0	0	-394.188
4.02.03	Perda em participação de investida	196.147	207.820	0
4.02.04	Outros resultados abrangentes	3.348	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.874.402	289.843	195.459

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-92.160	-3.285	64.472
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.681	7.087	-24.134
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.648.549	59.370	629.429
6.01.01.02	Depreciação e amortização	8.460	3.604	377
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-2.682.972	-48.882	-653.952
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	47.730	4.921	0
6.01.01.09	Apropriação de custos de captação	619	0	0
6.01.01.20	Ajuste a valor presente	-15.705	-11.926	12
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-97.091	-10.372	88.606
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-29.062	-1.576	8.382
6.01.02.05	Partes relacionadas	-74.683	0	0
6.01.02.06	Demais créditos e outros ativos	6.887	-5.482	5.855
6.01.02.07	Fornecedores	-33.679	-177	74.198
6.01.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	-5	0	0
6.01.02.09	Obrigações estimadas e folha de pagamento	9.186	-830	639
6.01.02.10	Tributos a recolher	-2.111	-2.875	-784
6.01.02.16	Demais obrigações e outros passivos	26.376	568	316
6.01.03	Outros	-1.750	0	0
6.01.03.02	Arrendamentos	-1.750	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-584.237	-36.247	-14.780
6.02.03	Aquisição de imobilizado e intangível	-16.144	-100.353	-159.969
6.02.04	Recebimento de dividendos	241.294	386.657	0
6.02.05	Aquisição de investimento Ventos do Piauí II e III	0	-39.873	-125.060
6.02.07	Aumento de capital em investidas	-809.387	-282.678	-48.452
6.02.08	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	258.550
6.02.09	Caixa incluído pela incorporação da SF Ninety Two Participações S.A.	0	0	60.151
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.319.220	320.970	-94
6.03.01	Captação de recursos	0	300.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.03	Custo da captação de recursos	-72	-1.790	0
6.03.04	Aumento de capital social	1.500.000	22.853	0
6.03.05	Liquidação de arrendamentos	-2.184	-93	-94
6.03.06	Pagamento de dividendos	-99.987	0	0
6.03.07	Pagamento de resgate de ações	-78.537	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	642.823	281.438	49.598
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	408.143	101.711	52.113
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.050.966	383.149	101.711

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.939.301	5.703.189	-86.048	0	0	8.519.077
5.04.01	Aumentos de Capital	2.939.301	5.703.189	0	0	0	8.605.125
5.04.08	Dividendos adicionais deliberados	0	0	-86.048	0	0	-86.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.674.400	200.002	2.911.767
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.674.400	0	2.674.400
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	200.002	237.367
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício	0	0	0	0	200.002	200.002
5.05.02.07	Incorporação reversa VGE - dividendos revertidos	0	0	0	0	0	37.365
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.039.231	-2.674.400	0	-635.169
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	133.720	-133.720	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-635.169	0	-635.169
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	1.905.511	-1.905.511	0	0
5.07	Saldos Finais	5.940.137	5.703.189	3.815.124	0	-205.372	15.253.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.853	0	279.302	-13.952	0	288.203
5.04.01	Aumentos de Capital	22.853	0	0	0	0	22.853
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-13.952	0	-13.952
5.04.08	Dividendos revertidos	0	0	279.302	0	0	279.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.739	231.104	289.843
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.739	0	58.739
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	231.104	231.104
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício	0	0	0	0	231.104	231.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.787	-44.787	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	2.937	-2.937	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	41.850	-41.850	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.977.983	0	1.061.436	0	-207.128	3.832.291
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.977.983	0	1.061.436	0	-207.128	3.832.291
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-148.393	0	-148.393
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-148.393	0	-148.393
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	624.809	-429.350	195.459
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	624.809	0	624.809
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-429.350	-429.350
5.05.02.06	Outros componentes do resultado abrangente	0	0	0	0	-429.350	-429.350
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	476.416	-476.416	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	31.240	-31.240	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	445.176	-445.176	0	0
5.07	Saldos Finais	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	0	46.253	3.476
7.01.02	Outras Receitas	0	46.253	3.476
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	0	46.253	3.476
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67.806	-40.106	-18.226
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	0	-16.693
7.02.04	Outros	-67.806	-40.106	-1.533
7.02.04.01	Outros custos operacionais	0	0	-1.533
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-23.457	-9.663	0
7.02.04.05	Serviços de terceiros e operação e manutenção	-44.349	-30.443	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-67.806	6.147	-14.750
7.04	Retenções	-8.460	-3.604	-377
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.460	-3.604	-377
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-76.266	2.543	-15.127
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.879.443	79.338	661.431
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.682.972	48.882	653.952
7.06.02	Receitas Financeiras	196.471	30.456	3.863
7.06.03	Outros	0	0	3.616
7.06.03.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	0	0	3.616
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.803.177	81.881	646.304
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.803.177	81.881	646.304
7.08.01	Pessoal	57.341	6.579	7.244
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.988	3.767	6.311
7.08.01.02	Benefícios	3.518	595	130
7.08.01.04	Outros	14.835	2.217	803
7.08.01.04.01	Encargos sociais	14.835	2.217	803
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-25.851	238	8.236
7.08.02.01	Federais	-25.851	238	8.236
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.287	16.325	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	97.287	16.325	0
7.08.03.03.01	Juros e atualização monetária	42.294	4.921	0
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	54.993	11.404	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.674.400	58.739	624.809
7.08.04.02	Dividendos	635.169	13.952	148.393
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.039.231	44.787	476.416
7.08.05	Outros	0	0	6.015

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	32.282.893	19.562.553	18.420.508
1.01	Ativo Circulante	6.268.496	2.351.999	1.743.985
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.125.959	1.595.818	1.102.652
1.01.02	Aplicações Financeiras	105.347	77.751	0
1.01.03	Contas a Receber	617.860	328.631	384.390
1.01.03.01	Clientes	617.860	328.631	384.390
1.01.06	Tributos a Recuperar	105.993	36.714	65.624
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.313.337	313.085	191.319
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	8.428	8.428	0
1.01.08.03	Outros	2.304.909	304.657	191.319
1.01.08.03.01	Fundo de liquidez - Conta reserva	6.840	6.153	6.740
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	31.953	3.678	7.043
1.01.08.03.03	Ordens de projetos - P&D	0	0	52.685
1.01.08.03.04	Contratos futuros de energia	1.979.160	270.815	103.139
1.01.08.03.05	Outros ativos	77.974	24.011	21.712
1.01.08.03.06	Ativos indenizáveis pela União	161.856	0	0
1.01.08.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	936	0	0
1.01.08.03.08	Dividendos a receber	46.190	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	26.014.397	17.210.554	16.676.523
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.824.096	5.858.557	6.073.904
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.000.824	3.408.893	3.954.680
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.000.824	3.408.893	3.954.680
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	92.972	66.311	11.421
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.730.300	2.383.353	2.107.803
1.02.01.10.03	Fundo de liquidez – Conta reserva	147.293	100.048	76.295
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos judiciais	176.099	195.968	260.496
1.02.01.10.05	Almoxarifado	6.818	6.042	6.199
1.02.01.10.06	Contratos futuros de energia	3.630.278	341.292	25.297

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.07	Ativo sujeito à indenização	21.799	1.739.161	1.739.161
1.02.01.10.08	Outros ativos	852	842	355
1.02.01.10.10	Ativos indenizáveis pela União	3.747.161	0	0
1.02.02	Investimentos	2.161.751	0	0
1.02.03	Imobilizado	10.440.742	8.985.565	8.831.851
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.397.035	8.980.282	8.825.418
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	43.707	5.283	6.433
1.02.04	Intangível	2.587.808	2.366.432	1.770.768

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	32.282.893	19.562.553	18.420.508
2.01	Passivo Circulante	4.199.004	1.601.955	1.446.863
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.359	23.893	25.729
2.01.02	Fornecedores	549.019	225.578	147.934
2.01.03	Obrigações Fiscais	107.461	37.709	53.614
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	278.526	210.783	130.764
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	276.615	208.959	128.977
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.911	1.824	1.787
2.01.05	Outras Obrigações	3.197.639	1.103.992	1.024.240
2.01.05.02	Outros	3.197.639	1.103.992	1.024.240
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	635.459	249.692	632.008
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	158	12.699	95.084
2.01.05.02.05	Contratos futuros de energia	1.808.351	282.619	120.475
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	21.835	20.170	76.507
2.01.05.02.07	UBP - Uso do bem público	43.465	42.462	41.307
2.01.05.02.08	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	44.298	44.065	34.478
2.01.05.02.09	Outros passivos	111.464	126.728	24.381
2.01.05.02.10	Provisão de ressarcimento	362.233	325.557	0
2.01.05.02.11	Provisão para litígios	170.376	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	64.582
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	64.582
2.01.06.02.04	Provisão de ressarcimento	0	0	64.582
2.02	Passivo Não Circulante	12.830.811	8.914.083	8.719.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.595.995	4.505.589	3.625.531
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.553.602	4.501.915	3.620.711
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	42.393	3.674	4.820
2.02.02	Outras Obrigações	5.463.449	2.719.088	2.912.693
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	110.024	64.182	16.970

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02	Outros	5.353.425	2.654.906	2.895.723
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	74.216	41.538
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	145.990	86.291	9.141
2.02.02.02.05	Contratos futuros de energia	3.606.338	337.697	29.405
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	0	0	1.240
2.02.02.02.07	Tributos a recolher	22.077	13.396	10.525
2.02.02.02.08	UBP - Uso do bem público	43.089	87.531	114.057
2.02.02.02.09	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	272.000	270.276	229.335
2.02.02.02.10	Benefícios pós-emprego	1.263.931	1.785.499	2.412.379
2.02.02.02.11	Outros passivos	0	0	48.103
2.02.03	Tributos Diferidos	712.979	352.024	357.238
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	712.979	352.024	357.238
2.02.04	Provisões	1.058.388	1.337.382	1.824.527
2.02.04.02	Outras Provisões	1.058.388	1.337.382	1.824.527
2.02.04.02.04	Provisão de ressarcimento	42.759	7.970	76.221
2.02.04.02.05	Provisões	1.015.629	1.329.412	1.748.306
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	15.253.078	9.046.515	8.253.656
2.03.01	Capital Social Realizado	5.940.137	3.000.836	2.977.983
2.03.02	Reservas de Capital	5.703.189	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.815.124	1.861.941	1.537.852
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-205.372	-405.374	-636.478
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	4.589.112	4.374.299

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.515.706	2.624.114	2.307.057
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.372.623	-2.011.411	-1.407.776
3.02.01	Custo com energia elétrica	-3.640.607	-1.328.735	-779.350
3.02.02	Custo com operação	-732.016	-682.676	-628.426
3.03	Resultado Bruto	1.143.083	612.703	899.281
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	247.982	-34.776	14.824
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-370.396	-168.597	-151.054
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	487.719	133.821	165.878
3.04.04.01	Outras receitas operacionais, líquidas	487.719	133.821	165.878
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	130.659	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.391.065	577.927	914.105
3.06	Resultado Financeiro	1.662.275	-767.047	-722.406
3.06.01	Receitas Financeiras	2.838.912	93.473	44.304
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.176.637	-860.520	-766.710
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.053.340	-189.120	191.699
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-374.726	-281.208	1.458.771
3.08.01	Corrente	-89.684	-40.325	-47.049
3.08.02	Diferido	-285.042	-240.883	1.505.820
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.678.614	-470.328	1.650.470
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.678.614	-470.328	1.650.470
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.674.400	58.739	624.809
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.214	252.907	1.025.661
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,43804	0,15699	0,8314

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.678.614	311.646	1.650.470
4.02	Outros Resultados Abrangentes	200.002	578.405	-1.070.676
4.02.01	Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	507	62.276	-87.777
4.02.02	Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	0	0	-982.899
4.02.03	Perda em participação de investida	196.147	519.474	0
4.02.04	Outros resultados abrangentes	3.348	0	0
4.02.05	Perda em participação de investida	0	-3.345	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.878.616	890.051	579.794
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.874.402	289.843	195.459
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.214	600.208	384.335

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	416.769	1.012.786	930.408
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.355.182	1.357.380	1.505.004
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.053.340	592.854	191.699
6.01.01.02	Depreciação e amortização	580.092	558.995	531.523
6.01.01.03	Amortização de mais valia	35.466	34.959	34.848
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento	6.366	-3.248	592
6.01.01.05	Repactuação do risco hidrológico	0	-781.974	0
6.01.01.06	Provisão de obrigações socioambientais	1.593	7.607	4.206
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	-130.659	0	0
6.01.01.08	Juros e variações monetárias	156.366	421.627	287.518
6.01.01.09	Apropriação de custos de captação	13.108	13.739	26.333
6.01.01.10	Baixa de depósitos judiciais	4.983	75.185	86.936
6.01.01.11	Hedge accounting operacional	0	114.905	116.295
6.01.01.12	Contratos futuros de energia	-167.106	-13.235	21.444
6.01.01.13	Atualizações de saldos	222.970	320.030	367.267
6.01.01.14	Reversão para litígios	-59.519	-425.693	-266.595
6.01.01.15	Provisão de ressarcimento	59.266	192.724	91.598
6.01.01.17	Ativos indenizáveis pela União	-2.421.617	0	0
6.01.01.18	Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	-230.924	248.520	-7.589
6.01.01.19	Rendimentos sobre fundo de reserva	-13.636	-4.098	0
6.01.01.20	Ajuste a valor presente	245.093	4.483	18.929
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-603.632	-83.413	-278.851
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-16.924	55.759	-72.303
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-40.201	31.479	-7.093
6.01.02.03	Almoxarifado	-776	157	1.412
6.01.02.04	Cauções e depósitos judiciais	28.793	-1.436	4.170
6.01.02.05	Partes relacionadas	349	7.436	3.933
6.01.02.06	Demais créditos e outros ativos	-18.836	55.924	14.796

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.07	Fornecedores	-18.500	106.865	110.618
6.01.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	-12.711	-112.073	-105.123
6.01.02.09	Obrigações estimadas e folha de pagamento	-1.634	-1.836	2.529
6.01.02.10	Tributos a recolher	48.637	-13.358	13.642
6.01.02.11	Encargos setoriais	1.665	-62.116	-13.130
6.01.02.12	Pagamento de obrigações socioambientais	-36.584	-17.291	-9.644
6.01.02.13	Pagamento de UBP - Uso do bem público	-42.773	-42.155	-29.263
6.01.02.14	Pagamento de litígios	-182.917	-160.717	-115.231
6.01.02.15	Pagamento a benefícios pós-emprego	-58.169	-1.533	-1.330
6.01.02.16	Demais obrigações e outros passivos	52.964	71.482	-76.834
6.01.02.17	Efeito migração benefícios pós-emprego - planos CD	-306.015	0	0
6.01.03	Outros	-334.781	-261.181	-295.745
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-266.424	-221.180	-208.973
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-68.357	-40.001	-86.772
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.096.668	-751.244	-303.730
6.02.01	Aplicações financeiras	326.596	-75.328	0
6.02.02	(Resgate) aplicação de conta reserva	-34.296	-14.967	-1.389
6.02.03	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.572.630	-672.661	-179.080
6.02.04	Venda de imobilizado	0	11.712	0
6.02.05	Aquisição de investimento	-16.858	0	-123.261
6.02.06	Recebimento de dividendos	235.042	0	0
6.02.07	Aumento de capital em investidas	-34.522	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.151.111	231.624	-511.382
6.03.01	Captação de recursos	1.032.175	838.860	1.501.290
6.03.02	Liquidação de empréstimos e financiamentos	-180.257	-104.991	-1.596.052
6.03.03	Custo da captação de recursos	-17.264	-20.988	-51.210
6.03.04	Aumento de capital social	1.500.000	22.853	0
6.03.05	Liquidação de arrendamentos	-5.012	-1.748	-1.661

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-99.994	-502.362	-363.749
6.03.07	Pagamento de resgate de ações	-78.537	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.471.212	493.166	115.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.654.747	1.102.652	987.356
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.125.959	1.595.818	1.102.652

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403	4.589.112	9.046.515
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403	4.589.112	9.046.515
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.939.301	5.665.824	-86.048	0	0	8.519.077	-4.593.326	3.925.751
5.04.01	Aumentos de Capital	2.939.301	5.665.824	0	0	0	8.605.125	-4.593.326	4.011.799
5.04.08	Dividendos adicionais deliberados	0	0	-86.048	0	0	-86.048	0	-86.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	37.365	2.674.400	200.002	2.911.767	4.214	2.915.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.674.400	0	2.674.400	4.214	2.678.614
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	37.365	0	200.002	237.367	0	237.367
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício	0	0	0	0	200.002	200.002	0	200.002
5.05.02.07	Incorporação reversa VGE - dividendos revertidos	0	0	37.365	0	0	37.365	0	37.365
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.039.231	-2.674.400	0	-635.169	0	-635.169
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	133.720	-133.720	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-635.169	0	-635.169	0	-635.169
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	1.905.511	-1.905.511	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.940.137	5.665.824	3.852.489	0	-205.372	15.253.078	0	15.253.078

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357	4.374.299	8.253.656
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357	4.374.299	8.253.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.853	0	279.302	-13.952	0	288.203	-385.395	-97.192
5.04.01	Aumentos de Capital	22.853	0	0	0	0	22.853	0	22.853
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-13.952	0	-13.952	-235.452	-249.404
5.04.08	Dividendos revertidos	0	0	279.302	0	0	279.302	0	279.302
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados	0	0	0	0	0	0	107	107
5.04.10	Dividendos adicionais deliberados	0	0	0	0	0	0	-150.050	-150.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.739	231.104	289.843	600.208	890.051
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.739	0	58.739	252.907	311.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	231.104	231.104	347.301	578.405
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício	0	0	0	0	231.104	231.104	347.301	578.405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	44.787	-44.787	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	2.937	-2.937	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	41.850	-41.850	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.000.836	0	1.861.941	0	-405.374	4.457.403	4.589.112	9.046.515

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.977.983	0	1.061.436	0	-207.128	3.832.291	4.348.954	8.181.245
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.977.983	0	1.061.436	0	-207.128	3.832.291	4.348.954	8.181.245
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-148.393	0	-148.393	-358.990	-507.383
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-148.393	0	-148.393	-358.990	-507.383
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	624.809	-429.350	195.459	384.335	579.794
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	624.809	0	624.809	1.025.661	1.650.470
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-429.350	-429.350	-641.326	-1.070.676
5.05.02.06	Outros componentes do resultado abrangente	0	0	0	0	-429.350	-429.350	-641.326	-1.070.676
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	476.416	-476.416	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	31.240	-31.240	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de lucros	0	0	445.176	-445.176	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.977.983	0	1.537.852	0	-636.478	3.879.357	4.374.299	8.253.656

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.363.592	3.008.810	2.626.366
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.326.909	3.146.163	2.702.460
7.01.02	Outras Receitas	36.683	-137.353	-76.094
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	95.949	55.371	15.504
7.01.02.02	Provisão de ressarcimento	-59.266	-192.724	-91.598
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.914.193	-732.293	-922.854
7.02.04	Outros	-3.914.193	-732.293	-922.854
7.02.04.01	Energia comprada e encargos de rede de uso elétrico	-3.640.607	-1.328.735	-779.350
7.02.04.02	Repactuação do risco hidrológico	0	781.974	0
7.02.04.03	Serviços de terceiros	-19.001	-14.977	-103.969
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-35.284	-21.678	-39.535
7.02.04.05	Materiais	-219.301	-148.877	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.449.399	2.276.517	1.703.512
7.04	Retenções	-448.452	-580.719	-588.109
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-580.092	-558.995	-531.817
7.04.02	Outras	131.640	-21.724	-56.292
7.04.02.01	Amortização de ágio	-35.466	-34.959	-34.848
7.04.02.02	Contratos futuros de energia	167.106	13.235	-21.444
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.000.947	1.695.798	1.115.403
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.214.021	193.421	1.747.262
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	130.659	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	417.295	93.473	44.304
7.06.03	Outros	2.666.067	99.948	1.702.958
7.06.03.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	0	0	1.505.820
7.06.03.02	Reversão da provisão para litígios	59.519	425.693	266.644
7.06.03.03	Baixa com depósitos judiciais	-2.486	-60.256	-63.284
7.06.03.04	(Provisão) reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível	230.924	-248.520	7.589
7.06.03.05	Seguros	-18.024	-9.362	-9.605

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.06.03.06	Valor de liquidação antecipada de contrato	-54.000	0	-4.206
7.06.03.07	Atualização de ativos indenizáveis pela União	2.421.617	0	0
7.06.03.08	Ganho pela migração benefícios pós-emprego	20.148	0	0
7.06.03.09	Outras despesas, operacionais líquidas	8.369	-7.607	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.214.968	1.889.219	2.862.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.214.968	1.889.219	2.862.665
7.08.01	Pessoal	217.150	96.331	85.121
7.08.01.01	Remuneração Direta	134.265	53.352	55.518
7.08.01.02	Benefícios	22.587	17.706	8.277
7.08.01.04	Outros	60.298	25.273	21.326
7.08.01.04.01	Encargos sociais	60.298	25.273	21.326
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.060.821	546.650	275.132
7.08.02.01	Federais	915.093	546.406	275.048
7.08.02.02	Estaduais	145.345	87	84
7.08.02.03	Municipais	383	157	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.258.383	934.592	851.942
7.08.03.02	Aluguéis	15.904	10.189	9.510
7.08.03.03	Outras	1.242.479	924.403	842.432
7.08.03.03.01	Juros e atualização monetária	771.148	793.718	672.580
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	173.667	68.408	94.130
7.08.03.03.03	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	40.043	37.618	51.389
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.110	15.706	15.098
7.08.03.03.05	Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	7.368	7.180	6.656
7.08.03.03.06	Reserva Global de Reversão - RGR	1.321	1.773	2.579
7.08.03.03.08	Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	231.822	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.678.614	311.646	1.650.470
7.08.04.02	Dividendos	635.169	13.952	148.393
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.039.231	44.787	476.416

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.214	252.907	1.025.661

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carta da Administração

Nós, da Auren, encerramos 2022 orgulhosos de nossas realizações. Concluímos de forma bastante exitosa o processo de fusão e de integração dos ativos, avançamos na expansão da nossa plataforma de geração renovável e na aspiração da construção de uma Clean Energy Tech em nossa frente Comercial e celebramos o acordo judicial referente à indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos.

Após a conclusão da construção dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, conforme o cronograma e o orçamento estabelecidos, apresentamos um portfólio de ativos em operação de 3,0 GW de capacidade instalada e de 1,6 GW médio em garantia física, reafirmando nossa posição como uma das principais companhias de geração de energia renovável do País.

Com relação aos projetos em construção, no último trimestre do ano, foram assinados os principais contratos de suprimentos para o projeto híbrido Sol do Piauí e para o projeto fotovoltaico Sol de Jaíba que, uma vez concluídos, agregarão 548 MWac em capacidade instalada e 167 MW médios em garantia física ao nosso parque de geração de energia. A fase de mobilização de ambas as obras já iniciou. Em Sol de Jaíba, empreendimento que ocupará uma área de 1.500 hectares e com capacidade de atender o consumo de mais de 500 mil residências, a construção da subestação coletora e dos acessos externos aos parques está em andamento.

Já na Auren Comercializadora, houve a aquisição de participação na Flora Energia, uma startup que, por meio de plataforma de marketplace, oferece uma solução tecnológica escalável e que permite o acesso de clientes do mercado regulado à aquisição de energia de projetos de geração distribuída. Esse foi o terceiro investimento da Auren em empresas de inovação, de tecnologia e de ciência de dados, representando mais um avanço na trajetória de nossa Comercializadora para se tornar uma Clean Energy Tech, reforçando sua estratégia de construir um ecossistema de parceiros estratégicos, visando o desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções diferenciadas em energia que atendam os clientes do mercado livre.

Em dezembro, encerramos de forma exitosa a negociação referente ao recebimento da indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. No contencioso passivo, também prosperamos nesse 4º trimestre de 2022, sendo o destaque a homologação de negociação da Ação Civil Pública relacionada a pescadores. O reconhecimento contábil dessas negociações contribui positivamente para a divulgação de um lucro líquido de R\$2,7 bilhões no ano de 2022, além de reduzir o risco atribuído à Companhia.

A disciplina na gestão financeira e na condução do negócio nos possibilitou aprovar, nessa data, a proposta de distribuição de dividendos ora comunicada, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Também continuamos a evoluir, de forma consistente, na temática ESG (sigla para Environmental, Social and Governance). Dentre as ações do ano, destacam-se a aprovação da Política de Sustentabilidade, que consolida os objetivos e a visão estratégica da Auren em relação aos temas de Saúde e Segurança no Trabalho, de Meio Ambiente e de Responsabilidade Social.

Nosso comprometimento com a transparência na divulgação das emissões de gases de efeito estufa e com a transição para uma economia de baixo carbono contribuiu para a escolha de nossa Companhia para integrar o seleto grupo de empresas que compõe a carteira do Índice Carbono Eficiente da B3 S.A. (ICO2 B3).

Iniciamos 2023 com a mesma coragem para inovar e critério e disciplina para investir em um cenário ao mesmo tempo desafiador e com oportunidades potencialmente promissoras.

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores e parceiros de negócios por nos apoiar nessa jornada de crescimento para um futuro limpo e mais sustentável.

Fabio Zanfelicce

Diretor-Presidente

Mario Bertoncini

VP de Finanças e Diretor de Relações
com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perfil da Companhia

A Auren nasce para construir um mundo mais positivo. Nascemos da integração dos ativos de energia da Votorantim S.A e do CPP Investments e chegamos ao mercado como uma das maiores plataformas de renováveis e comercialização do Brasil. Operamos com uma matriz limpa e uma das maiores capacidades instaladas do país. Temos uma ampla carteira de clientes, movimentando 2,5 GW médios, e um diversificado portfólio de produtos e soluções focadas nas necessidades dos clientes e baseadas no investimento contínuo em inteligência de mercado e digitalização. Trazemos na bagagem 100 anos de história e conhecimento do setor, liderados por um time de especialistas prontos para inovar e gerar valor compartilhado para clientes, parceiros, acionistas e a sociedade.

Governança Corporativa

Como empresa de capital aberto, integrante do segmento de listagem mais alto em padrões de governança da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, qual seja, o Novo Mercado, orientamos nossa atuação pela adoção das melhores práticas, baseadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2022, o modelo de governança da Auren foi impulsionado pelo início da listagem e adesão às regras do Novo Mercado da B3, com início de negociação das ações da Companhia na B3 a partir de 28 de março de 2022. A Administração da Auren conta, desde a referida data, em sua estrutura com um Conselho de Administração, sendo este ainda assessorado por um Comitê de Auditoria Estatutário, e por uma Diretoria.

A governança da Companhia tem ainda a Assembleia Geral dos acionistas como o mais importante evento societário. Nela, os acionistas deliberam anualmente sobre as demonstrações financeiras anuais e tomam as contas dos administradores, além de eleger, a cada 2 anos considerando o prazo de mandato, os membros do Conselho de Administração da Companhia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Conselho de Administração é, ainda, assessorado por uma Secretaria de Governança, e reúne-se ordinariamente 10 vezes ao ano, conforme calendário anual definido pelo próprio órgão e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando necessário aos interesses sociais, nos termos de seu Regimento Interno. A partir de 28 de março de 2022, foram realizadas 18 reuniões, sendo 8 ordinárias e 10 extraordinárias.

Ainda, no último ano, houve a estruturação e a implantação de novos processos e políticas, as quais fortaleceram a transparência, a divulgação de informações e o processo de tomada de decisão dos órgãos de governança da Companhia. Nesse contexto, a elaboração e revisão de políticas resultou na atualização de referenciais e diretrizes de um conjunto importante de temas, entre os quais: compliance e anticorrupção, gerenciamento de riscos, dividendos, negociação de valores mobiliários, sustentabilidade, transações com partes relacionadas e remuneração e avaliação dos administradores.

Ainda em relação a referenciais de governança, a Auren adota as principais práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tendo como base o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

No tocante à diversidade no âmbito da governança da Auren, a aprovação da Política de Indicação formaliza e confirma o compromisso da Companhia em favor da promoção da inclusão de mulheres e grupos minorizados em posições de Conselho e Diretoria. Aprovadas pelo Conselho de Administração, as políticas corporativas da Auren expressam nossas intenções e compromissos em relação a diversos aspectos envolvidos na gestão. Aplicáveis a toda estrutura organizacional, esses documentos são compartilhados com os públicos interno e externo.

Outras informações sobre governança corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores (<https://ri.aurenenergia.com.br/> - Seção Governança e Sustentabilidade).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sustentabilidade

Assumimos novos compromissos com o futuro. Queremos contribuir com a criação de um setor elétrico cada vez mais inovador, digitalizado e sustentável. Esses desafios reforçam a nossa aspiração: seguir juntos pela energia de todos. Unidos, colocamos nossa energia para realizar os objetivos prioritários e adotamos os seguintes direcionadores estratégicos:

- Encontrar soluções e modelos de negócio dentro e fora dos limites da empresa, buscando integrar o socioambiental ao core business;
- Conectar pessoas, habilidades, objetivos e parceiros econômicos em prol do desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer pontes com as comunidades locais; e
- Manter os ODS da ONU como guias das ações, da magnitude de ambições e das vocações da Auren.

Somos signatários do Pacto Global da ONU e nossa gestão socioambiental está alinhada com os ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando ações de enfrentamento às mudanças climáticas e cuidados com a biodiversidade. Entre as prioridades da gestão destacamos a preservação de recursos naturais e a restauração de ecossistemas, o uso racional da água, além do controle e a redução de emissões.

Comprometida com a transparência na gestão de emissões, a Auren está listada no índice Carbono Eficiente - ICO2 da B3. Os parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III, são certificados no mercado voluntário de crédito de carbono contribuíram para evitar a emissão de aproximadamente 900 mil toneladas de CO2 para atmosfera.

Nossas ações de regeneração reflorestaram mais de 250 hectares de Mata Atlântica e Cerrado no sudeste do país. Além disso, somos uma das fundadoras do Legado das Águas, a maior reserva de Mata Atlântica do país que juntamente da Reserva Particular de Proteção do Patrimônio Natural de Cisalpina somam quase 35 mil hectares de área preservada e protegida.

Na frente desenvolvimento social, executamos 44 projetos em 27 municípios de 5 estados brasileiros trabalhando as temáticas prioritárias nos territórios onde atuamos:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

trabalho e renda; infraestrutura básica; educação básica e técnica (para o setor de energia) e proteção da infância e adolescência.

Desempenho Operacional

Em dezembro de 2022, a capacidade instalada operacional da Auren totalizou 3.030 MW, considerando as participações minoritárias em ativos hidrelétricos e a entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, concluída no 4T22. Desse total, 2.057 MW são referentes à fonte hidrelétrica, incluindo 517 MW dos ativos em que a Companhia possui participação, e 973 MW à fonte eólica.

Geração Hidrelétrica

A Companhia detém participação integral na UHE Porto Primavera e possui participação minoritária em outros sete ativos – Machadinho, Campos Novos, Barra Grande, Amador Aguiar I e II, Igarapava e Picada.

Tabela 1 – Produção da hidrelétrica em que a Companhia possui 100% de participação

	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
UHE Porto Primavera	1.540,0	886,8	825,0	765,8	7,7%	773,3	759,9	1,7%

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 825 MW médios no 4T22, 8% superior ao 4T21 (766 MW médios).

O aumento de geração observado nesse trimestre reflete a atenuação, ao longo de 2022, dos efeitos da crise hídrica vivida pelo País no ano anterior. Com isso, em 31/out/2022, deixaram de vigorar as diretrizes operativas estabelecidas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) que restringiam a vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica pela usina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 2 – Evolução da Energia Natural Afluente (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

	MW médio			% MLT ⁽¹⁾		
	4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Outubro	24.562	22.229	10,5%	104%	94%	10 p.p.
Novembro	24.616	29.324	-16,1%	78%	93%	-15 p.p.
Dezembro	42.681	42.730	-0,1%	89%	89%	-
Out – Dez	30.685	31.451	-2,4%	89%	91%	-2 p.p.

No 4T22, as bacias hidrográficas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentaram vazões próximas as médias históricas, porém com armazenamentos superiores ao 4T21. Com o objetivo de recuperar os reservatórios das usinas de cabeceira, localizadas nas Bacias do rio Paranaíba e Grande, o Operador Nacional do Sistema (ONS) adotou como estratégia de operação a redução da defluência das hidrelétricas da Bacia do Rio Paraná ao longo da maior parte do trimestre, porém as vazões praticadas foram superiores às observadas nos trimestres anteriores.

No 4T22, a UHE Porto Primavera manteve o índice de disponibilidade médio em 96,2%, superior em 3,9 p.p. em relação ao 4T21 (92,3%).

O índice de disponibilidade médio das usinas geridas pela Auren manteve-se significativamente acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando a qualidade da operação e da manutenção dos ativos e a adequada gestão dos riscos operacionais.

Tabela 3 – Valores de disponibilidade das usinas operadas pela Auren e valores de referência adotados pela ANEEL

	Capacidade Instalada (MW)	Número de Unidades Geradora – UG	Capacidade Unitária da UG (MW)	Disponibilidade Verificada	Índice Referência ANEEL
UHE Porto Primavera	1.540,0	14	110,0	96,2%	92,3%
UHE Picada	50,0	2	25,0	95,7%	93,4%

Geração Eólica

A produção de energia elétrica nos parques eólicos da Auren atingiu, no 4T22, 348 MW médios, 125% superior ao 4T21 (155 MW médios) ou 32% superior, considerando a mesma base de ativos em operação no ano anterior. A entrada em operação comercial dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III acrescentou 81 MW médios à geração eólica da Companhia em 2022.

⁽¹⁾ Média de Longo Termo (MLT). Informações disponíveis em http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_afiuente_subsistema.aspx

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 4 – Produção dos complexos eólicos

	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Ventos do Piauí I	205,8	106,3	74,3	69,0	7,7%	96,5	96,9	- 0,4%
Ventos do Araripe III	357,9	178,5	130,9	86,2	51,9%	158,6	94,3	68,2%
Ventos do Piauí II (*)	206,8	104,6	69,4	-	-	22,8	-	-
Ventos do Piauí III(**)	202,4	99,7	73,7	-	-	58,0	-	-
Total	972,9	489,1	348,3	155,2	124,4%	335,9	191,2	107,1%

(*) O projeto Ventos do Piauí II iniciou o processo de entrada em operação em agosto de 2022

(**) O projeto Ventos do Piauí III iniciou o processo de entrada em operação em maio de 2022

Para o cálculo de geração de 2022, em MW médios, foi considerada a geração anual dos Parques Ventos do Piauí II e III, em MWh, dividida pelo número de horas do ano.

Ventos do Piauí I

No 4T22, a geração de Ventos do Piauí I foi 12% inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e 17% inferior à geração média esperada (P50), devido ao recurso eólico abaixo da média esperada para o período. Em relação ao 4T21, a geração foi superior em 8%. A produção de 2022 foi de 96,5 MW médios, superior em 2% ao valor do percentil 90 (P90) e inferior em 3% à expectativa de geração média (P50).

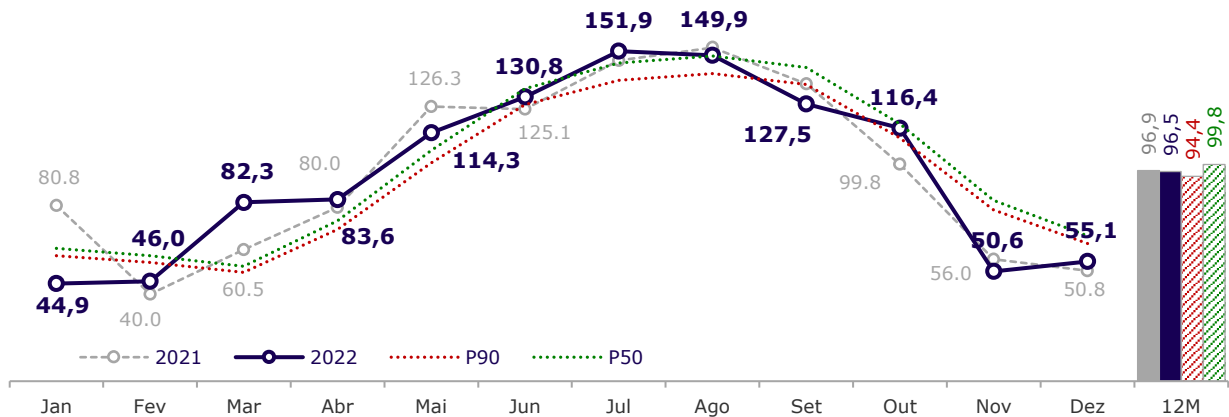
A geração acumulada de 2022 foi de 96,5 MW médios, superior em 2% ao valor do percentil 90 (P90) e inferior em 3% à expectativa de geração média (P50).

Tabela 5 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Piauí I (2021 e 2022)

Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada (P90) (MW médio)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
1T21	61,1	54,1	12,9%	57,1	7,0%
1T22	58,1		7,4%		1,8%
2T21	110,6	99,2	11,5%	104,9	5,4%
2T22	109,6		10,5%		4,5%
3T21	146,1	138,9	5,2%	146,8	-0,5%
3T22	143,3		3,2%		-2,4%
4T21	69,0	84,7	-18,5%	89,6	-23,0%
4T22	74,3		-12,3%		-17,1%
12M21	96,9	94,4	2,6%	99,8	-2,9%
12M22	96,5		2,2%		-3,3%

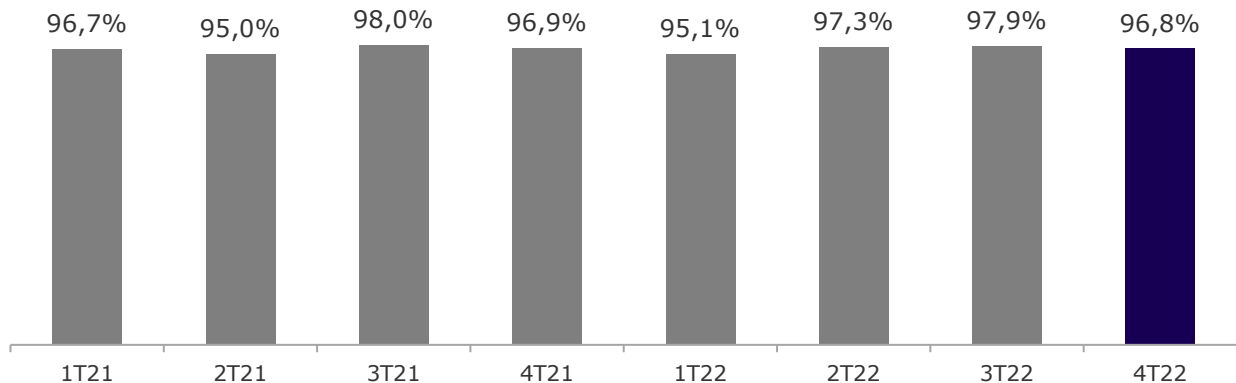
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 1 - Ventos do Piauí I: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e o percentil 90 (P90) (MW médio)



O índice de disponibilidade temporal médio do complexo Ventos do Piauí no 4T22 atingiu 96,8%, apresentando estabilidade em relação ao 4T21 (96,9%).

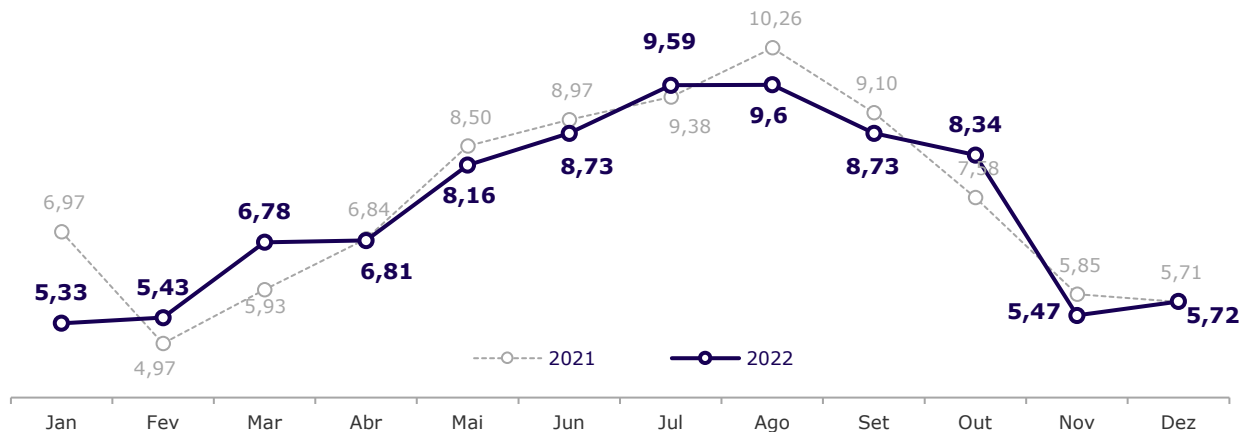
Gráfico 2 - Ventos do Piauí I: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T22, observou-se uma velocidade média de vento de 6,5 m/s, abaixo da expectativa de 6,8 m/s (equivalente a produção no P90), impactada, principalmente, pela pluviometria acima da esperada no período. Ainda assim, a velocidade observada foi levemente superior ao valor de 6,4 m/s verificado no 4T21.

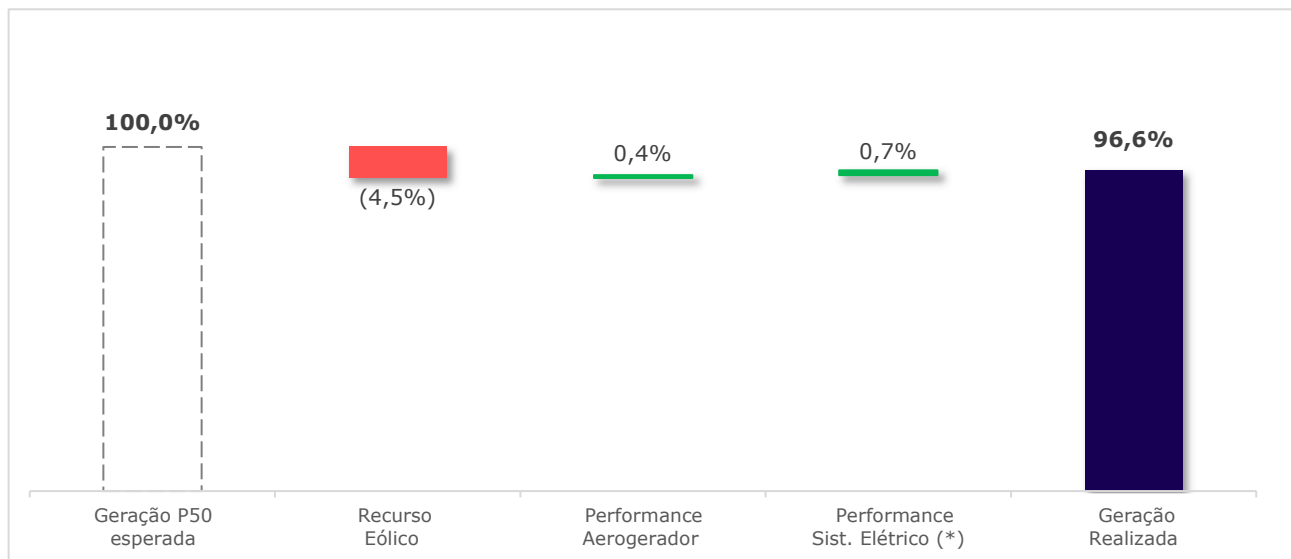
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 3 - Ventos do Piauí I: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)



Conforme anteriormente mencionado, em 2022, a produção de energia foi de 96,5 MW médios, 3% inferior à expectativa de geração média (P50). Quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico observado foi 4,5% abaixo da média de longo termo para o horizonte de 20 anos, os aerogeradores performaram 0,4% acima do esperado e a performance do sistema elétrico interno do parque foi 0,7% acima da esperada.

Gráfico 4 - Ventos do Piauí I: Performance anual do parque eólico quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



(*) Sistema Elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), subestação coletora (34,5/320kV), linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ventos do Araripe III

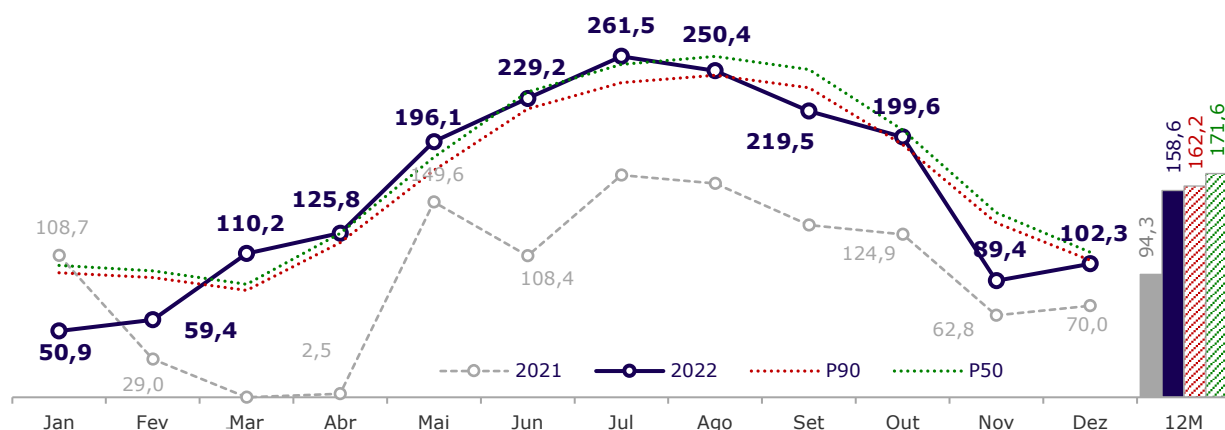
No 4T22, a geração de Ventos do Araripe III foi 9% inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e 14% inferior à geração média esperada (P50), devido ao recurso eólico abaixo da média esperada para o período.

Em relação ao 4T21, a geração foi superior em 52%, devido ao impacto da indisponibilidade dos transformadores da subestação coletora no ano anterior, que causou restrição da produção. Em 2022, a geração acumulada foi de 158,6 MW médios, 2% inferior ao percentil 90 (P90) e inferior em 8% à expectativa de geração média (P50).

Tabela 6 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Araripe III (2021 e 2022)

Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada (P90) (MW médio)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)	Var. (P50)
1T21	46,4	89,7	-48,3%	94,9	-51,1%
1T22	73,9		-17,6%		-22,1%
2T21	87,5	171,3	-48,9%	181,3	-51,7%
2T22	183,8		7,3%		1,4%
3T21	155,8	242,0	-35,6%	256,1	-39,2%
3T22	244,1		0,9%		-4,7%
4T21	86,2	144,2	-40,2%	152,7	-43,5%
4T22	130,9		-9,2%		-14,3%
12M21	94,3	162,2	-41,9%	171,6	-45,0%
12M22	158,6		-2,2%		-7,6%

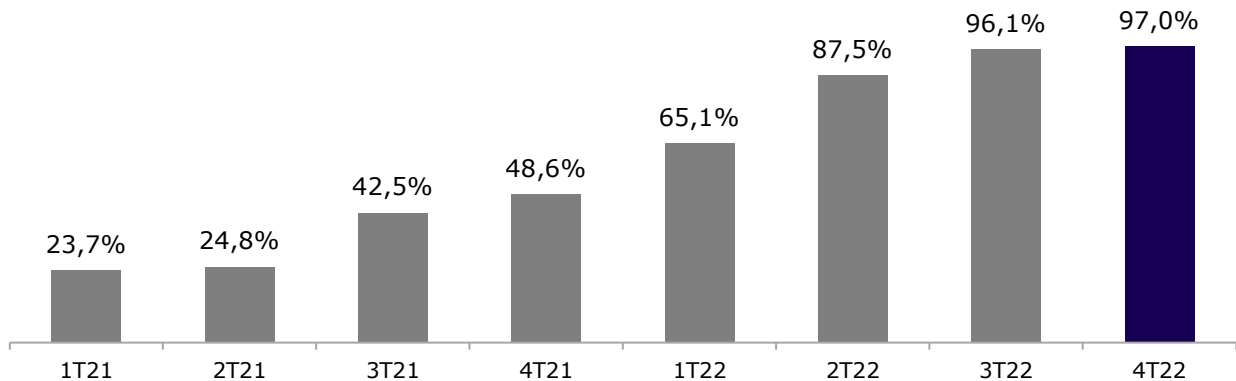
Gráfico 5 - Ventos do Araripe III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O índice de disponibilidade temporal médio do complexo atingiu 97,0% no 4T22, um aumento de 48% em comparação à disponibilidade verificada no 4T21 (48,6%), demonstrando a normalização na disponibilidade do ativo.

Gráfico 6 – Ventos do Araripe III: Disponibilidade Temporal Média (%)



No 4T22, observou-se uma velocidade média de vento de 6,8 m/s, abaixo da expectativa, impactada principalmente pela pluviometria acima da esperada no período. Ainda assim, a velocidade observada foi superior ao valor de 6,3 m/s verificado no 4T21.

Gráfico 7 – Ventos do Araripe III: Velocidade Média Mensal do Vento (m/s)

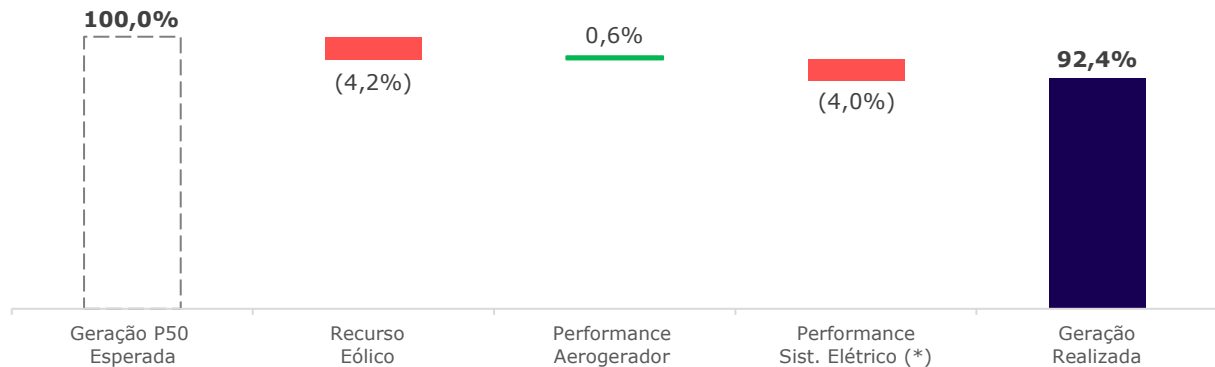


Conforme anteriormente mencionado, em 2022, a produção foi de 158,6 MW médios, 8% inferior à expectativa de geração média (P50). Quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto, o recurso eólico ficou 4,2% abaixo da média de longo termo para o horizonte de 20 anos, os aerogeradores performaram 0,6% acima do esperado e a performance do sistema elétrico interno do parque foi 4,0% abaixo da esperada. O desempenho do sistema elétrico foi afetado pela realização de obras de melhoria na subestação coletora e indisponibilidade de um dos transformadores elevadores,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

conforme já mencionado. A capacidade de transformação da subestação foi plenamente restabelecida a partir de abril de 2022.

Gráfico 8 – Ventos do Araripe III: Performance anual do parque eólico quando comparado aos parâmetros técnicos do projeto tendo como expectativa média de geração P50 na base 100



(*) Sistema Elétrico refere-se ao sistema interno composto pela rede de média tensão (34,5kV), subestação coletora (34,5/320kV), linha de transmissão até a subestação seccionadora (230/500kV)

Ventos do Piauí II

Com a conclusão da implantação do complexo Ventos do Piauí II no fim do 4T22, o parque atingiu a totalidade dos seus 47 aerogeradores, com potencial nominal de 4,4MW em operação comercial.

A geração no 4T22 foi de 69,4 MW médios, alinhada à geração esperada no percentil 90 (P90), porém inferior à média esperada (P50) em -13%.

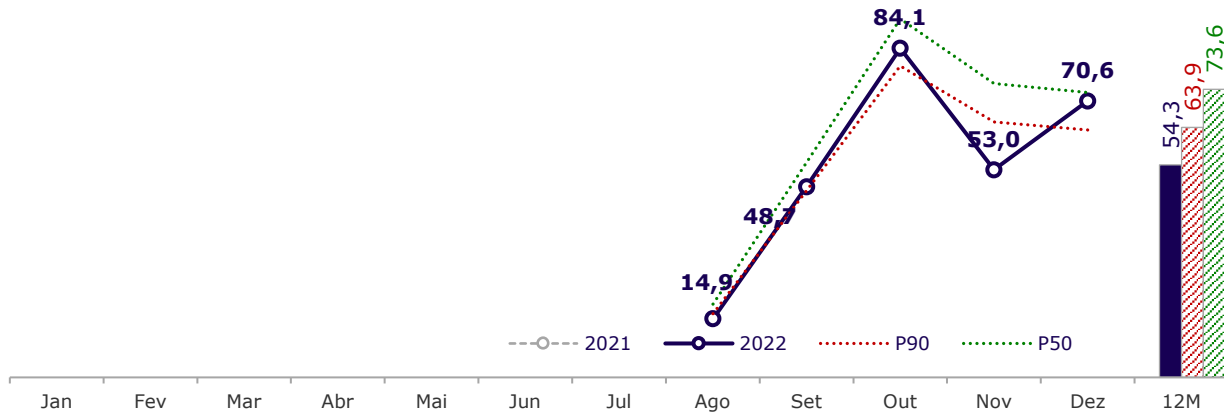
Tabela 7 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Piauí II

Período	Geração (MW médio)	Geração Esperada (P90) (MW médio)(*)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio)(*)	Var. (P50)
3T22	31,5	31,7	-0,6%	36,5	-13,7%
4T22	69,4	69,4	0,0%	79,9	-13,1%
Ago a Dez/22	54,3	63,9	-15,0%	73,6	-26,2%

(*) Para o cálculo de geração em MW médios foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 9 - Ventos do Piauí II: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)



Ventos do Piauí III

No final do 4T22, todos os 46 aerogeradores do Complexo Ventos do Piauí III estavam em operação comercial.

A geração, no 4T22, atingiu o valor de 73,7 MW médios, inferior à geração esperada no percentil 90 (P90) e à média esperada (P50) em -2% e -15%, respectivamente.

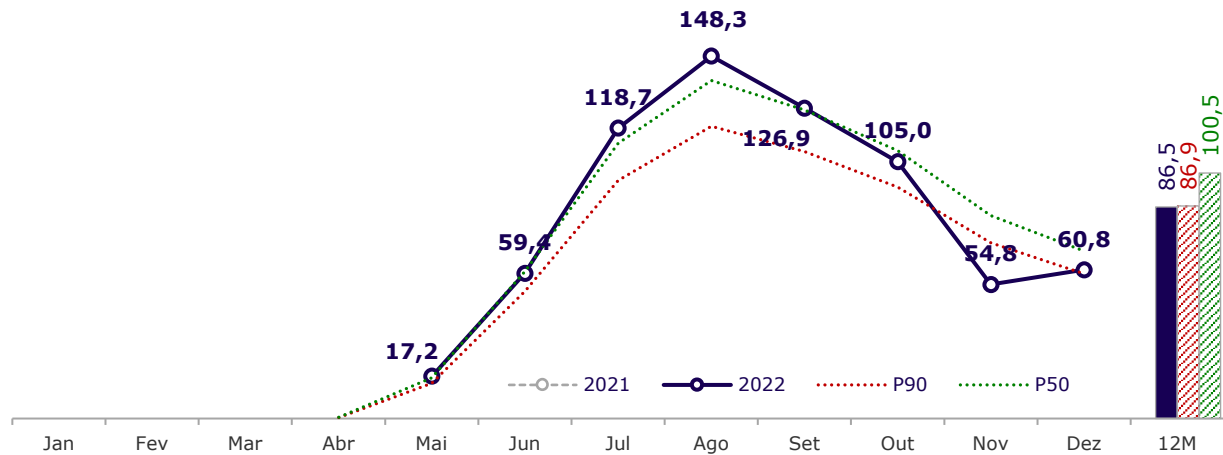
Tabela 8 – Produção trimestral do complexo eólico Ventos do Piauí III

Período	Geração (MW médio) ^(*)	Geração Esperada (P90) (MW médio) ^(*)	Var. (P90)	Geração Esperada (P50) (MW médio) ^(*)	Var. (P50)
2T22	38,0	32,8	15,9%	38,0	0,0%
3T22	131,4	108,6	21,0%	125,7	4,5%
4T22	73,7	75,2	-2,0%	87,0	-15,3%
Mai a Dez/22	86,5	86,9	-0,5%	100,5	-13,9%

^(*) Para o cálculo de geração em MW médios foi considerada a geração anual em MWh dividida pelo número de horas apurado a partir da data de entrada em operação dos complexos até 31 de dezembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 10 - Ventos do Piauí III: Geração de energia e valores certificados para o percentil 50 (P50) e percentil 90 (P90) (MW médio)

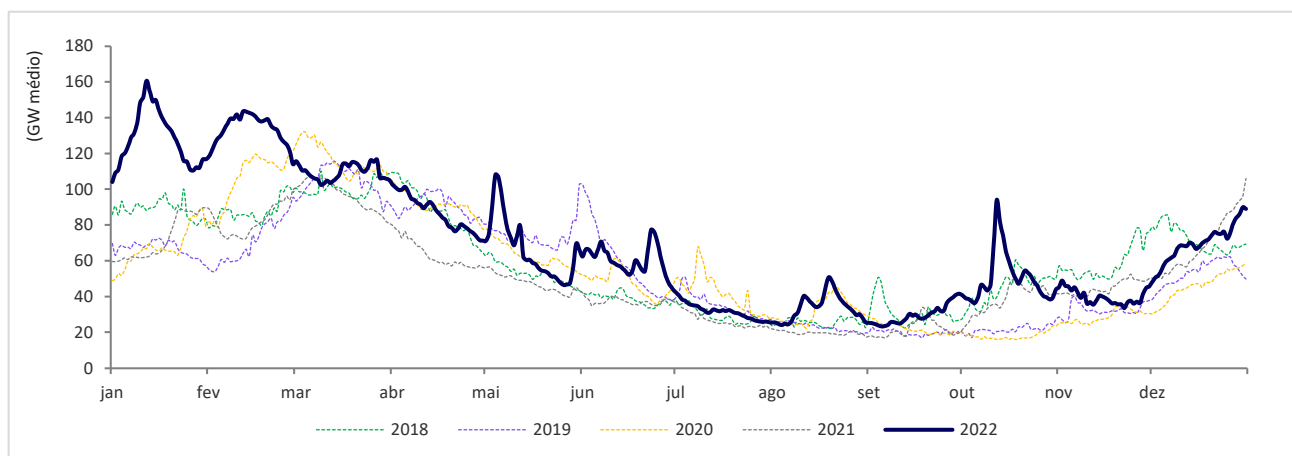


Desempenho Comercial

Mercado de Energia

O ano de 2022 foi caracterizado pelo melhor cenário hidrológico dos últimos 11 anos. A Energia Natural Afluente (ENA) atingiu a marca de 98% da Média de Longo Termo (MLT) representando um aumento de 26 p.p. em relação ao valor observado em 2021, o qual registrou 72% da MLT. A ENA no 4T22 foi de 96% da MLT contra 92% verificado no 4T21.

Gráfico 11 - Energia Natural Afluente para o Sistema Interligado Nacional (GW médio)

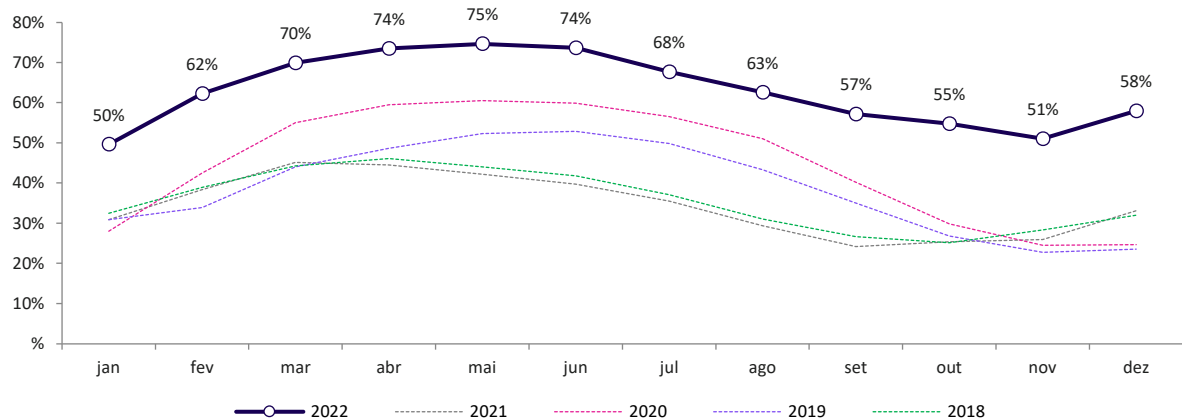


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	4T	Ano
2018	92%	82%	86%	87%	67%	65%	64%	68%	84%	104%	116%	95%	106%	85%
2019	65%	62%	90%	92%	98%	101%	77%	63%	54%	51%	65%	72%	64%	77%
2020	66%	91%	99%	91%	83%	82%	92%	88%	60%	44%	59%	64%	58%	80%
2021	69%	71%	82%	63%	63%	63%	57%	53%	60%	89%	90%	96%	92%	72%
2022	125%	113%	93%	87%	86%	103%	70%	90%	81%	117%	80%	96%	96%	98%

No final do ano de 2022, os níveis dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) registraram os maiores patamares dos últimos 11 anos, devido às boas afluências e à operação especial no biênio 2021/2022, e que contou com despacho termelétrico acima da ordem de mérito de custo como forma de recuperar os reservatórios em resposta à crise hídrica observada em 2021. O nível do reservatório equivalente do SIN atingiu o patamar de 58% da capacidade máxima ao final de 2022 versus 33% observado no final de 2021. Em decorrência disso, as condições de suprimento de energia mostraram-se bastante favoráveis ao longo de todo o ano.

Gráfico 12 - Nível de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional (% Energia Armazenada Máxima)



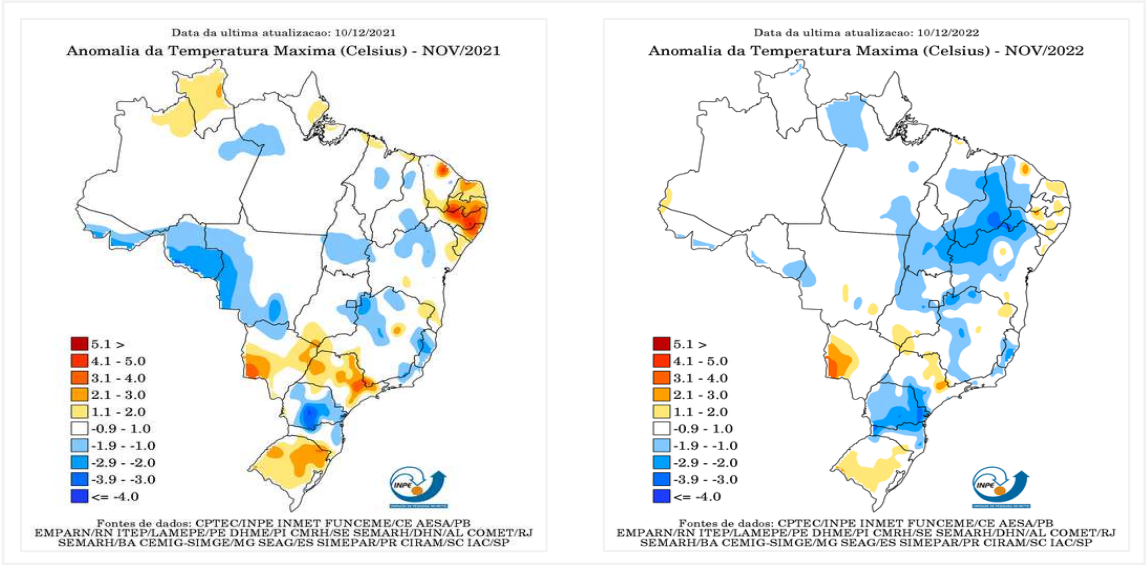
Do ponto de vista do consumo de energia, foi observado um decréscimo de 1% na comparação entre o 4T22 e 4T21 em virtude da observação de temperaturas menos elevadas quando comparadas ao mesmo período do ano passado, especialmente nos meses de novembro e de dezembro.

Adicionalmente, a expansão e a boa performance da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD) também contribuíram para a redução da carga atendida por despacho centralizado em aproximadamente 2,5 GW médios no 4T22.



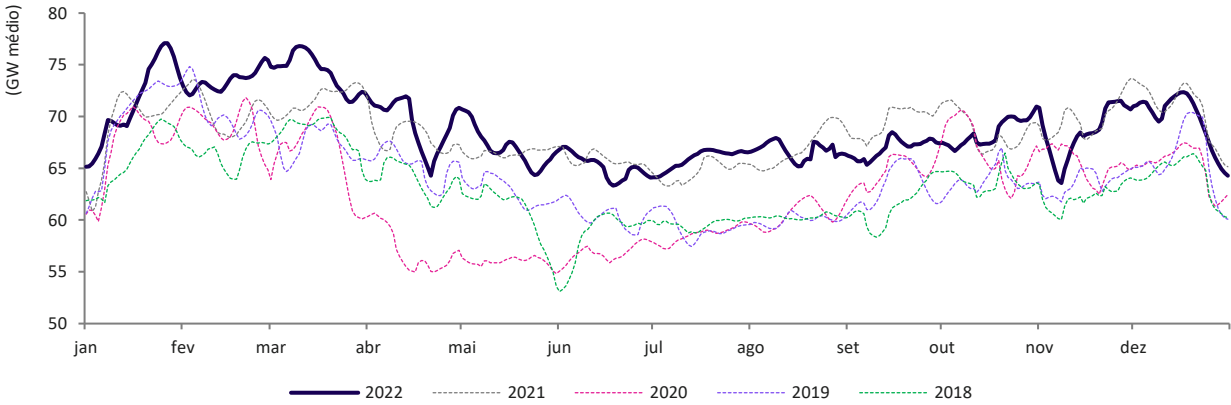
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 1 – Anomalia da Temperatura Máxima (Graus Celsius)



No acumulado do ano de 2022, o consumo de energia apresentou um crescimento de 0,4%⁽²⁾ em relação a 2021.

Gráfico 13 - Consumo de Energia do SIN (GW médio)



Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	4T	Ano
2018	68,6	68,5	70,7	67,5	63,8	63,6	63,6	64,5	65,2	67,4	67,7	67,8	67,7	66,6
2019	73,1	72,0	69,2	68,7	67,0	63,8	63,1	64,0	66,8	69,5	69,4	69,5	69,5	68,0
2020	70,7	71,2	68,7	60,7	60,0	61,7	63,3	64,6	69,3	71,0	69,3	71,1	70,5	66,8
2021	72,3	73,0	72,7	68,9	67,6	66,7	65,4	67,7	70,7	68,8	70,3	70,5	69,8	69,5
2022	72,2	74,3	75,1	70,6	67,6	66,4	67,0	67,9	68,4	70,1	68,9	69,1	69,4	69,8

Como consequência da melhora do cenário hidrológico e das condições de atendimento energético, o preço médio de curto prazo (Preço de Liquidação das Diferenças – PLD) do

⁽²⁾ Segundo informações do ONS disponibilizadas no Programa Mensal de Operação de fevereiro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

submercado Sudeste/Centro-Oeste, observado no 4T22, permaneceu em seu valor mínimo regulatório de R\$ 56/MWh. Esse valor é 2,4 vezes inferior ao verificado no mesmo período de 2021 (R\$ 135/MWh). Em 2022, o PLD médio foi de R\$ 59/MWh contra R\$ 280/MWh verificado em 2021.

Com relação ao deslocamento hidrelétrico (GSF), o valor médio observado no 4T22 foi de 77% contra 66% verificado no quarto trimestre do ano anterior. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o GSF verificado em 2022 foi de 85%, contra 73% observado em 2021.

Balanco Energético

O atual portfólio de ativos de geração em operação da Auren é composto por empreendimentos que somam 1.581 MW médios⁽³⁾ de garantia física, já incluindo a parcela garantia física dos parques eólicos de Ventos do Piauí II e III.

Conforme portaria do MME nº 709/2022, foi definido, no âmbito do processo de revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, os novos valores de energia assegurada, que entram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023. Das usinas hidrelétricas que a Auren possui controle ou participação, apenas a garantia física da UHE Porto Primavera não foi revisada, dado que a assinatura do atual contrato de concessão ocorreu há menos de 5 anos no âmbito do processo de privatização da CESP.

Em dezembro de 2022, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº 1.851/SPE/MME/2022 contendo os valores revistos de garantias físicas das usinas eólicas com base na geração de energia elétrica verificada conforme estabelecido na Portaria MME nº 416/2015. Por conta da avaria e consequente indisponibilidade dos transformadores da subestação coletora, o parque eólico Ventos do Araripe III apresentou limitação da geração em 2020 e em 2021. Nesse sentido, o complexo teve suas garantias físicas reduzidas em 27 MW médios a partir de 01 de janeiro de 2023.

Cabe destacar que a totalidade da energia de Ventos do Araripe III está comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e, apesar da revisão da garantia física, a quantidade de energia vendida e a receita referente aos contratos (20º LEN, 18º LEN e 6º LER) não sofrem alteração. Mais informações sobre as revisões podem ser encontradas na seção “Temas Regulatórios”.

Por meio das investidas CBA Energia e Pollarix, foi exercido o direito de preferência na compra da participação da CEEE-G na UHE Campos Novos em decorrência do processo

⁽³⁾ Considera os ativos próprios e as participações da Auren em ativos hidrelétricos, excluindo Paraibuna e a participação em Machadinho, pois não há risco de exposição energética nesse consórcio.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de privatização e de alienação de controle da estatal gaúcha. O investimento resultou em um aumento da participação de garantia física no ativo equivalente a 6,3 MW médios na CBA Energia e 5,5 MW médios na Pollarix. Considerando a participação econômica nas empresas, o acréscimo equivalente para a Auren foi de 8,3 MW médios.

A venda da energia está distribuída em contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Atualmente, os ativos que apresentam contratos no ACR são a UHE Porto Primavera e os complexos de Ventos do Piauí I e de Ventos do Araripe III.

Todos os contratos no mercado regulado são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em suas respectivas datas de reajuste.

Na Tabela 9 é apresentado o Balanço Energético da Companhia, bem como informações de preços de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Tabela 9 – Balanço Energético Consolidado Auren

Energia (MW médio)	2023	2024	2025	2026	2027
Garantia Física Bruta ^(*)	1.581	1.665	1.748	1.748	1.748
Compras para Revenda	1.614	1.227	961	825	654
Recursos Totais (a)	3.195	2.892	2.709	2.573	2.403
Contratos ACR (b)	493	493	493	493	493
1º LEN - UHE Porto Primavera	148	148	148	148	148
2º LEN - UHE Porto Primavera	82	82	82	82	82
22º LEN - Ventos do Piauí I	93	93	93	93	93
20º LEN - Ventos do Araripe III	15	15	15	15	15
18º LEN - Ventos do Araripe III	103	103	103	103	103
6º LER - Ventos do Araripe III	52	52	52	52	52
Vendas no ACL (c)	2.591	2.201	1.954	1.375	1.020
Requisitos Totais (d) = (b) + (c)	3.084	2.694	2.447	1.868	1.513
Balanço (e) = (a) - (d)	111	198	262	705	890

^(*) Os valores consideram: (i) a garantia física dos ativos próprios (UHE Porto Primavera e Complexos Eólicos); (ii) a quantidade de garantia física equivalente à participação da Auren nos demais ativos; (iii) o montante de 167 MW médios referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba, previstos para entrada em operação ao longo de 2024; (iv) não considera a UHE Paraibuna.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Contratos ACR (b)	Preço do Leilão (R\$/MWh)	Data de Referência	Preço Bruto Corrigido Dez/22 (R\$/MWh) (*)	Preço Líquido PIS/ COFINS/ P&D (R\$/MWh)
1º LEN - UHE Porto Primavera	116,0	01/12/05	291,5	260,1
2º LEN - UHE Porto Primavera	125,0	01/06/06	309,4	275,8
22º LEN - Ventos do Piauí I	190,0	21/08/15	267,5	257,7
20º LEN - Ventos do Araripe III	145,0	01/11/14	220,2	212,2
18º LEN - Ventos do Araripe III	127,0	01/12/13	203,3	195,9
6º LER - Ventos do Araripe III	143,0	01/10/14	238,7	219,8

(*) Data-base dos preços: 01 de janeiro de 2023.

Preço Médio de Venda dos Ativos de Geração (R\$/MWh) (*)	2023	2024	2025	2026	2027
Portfólio	234	220	222	227	240
ACR	271	271	271	271	271
ACL	210	183	181	168	167

(*) Preços em moeda constante com data-base em 31 de dezembro de 2022. O Preço Médio de Venda dos Ativos de Geração considera o preço bruto contratual dos ativos próprios, excluindo os preços de energia transacionados no segmento Comercialização.

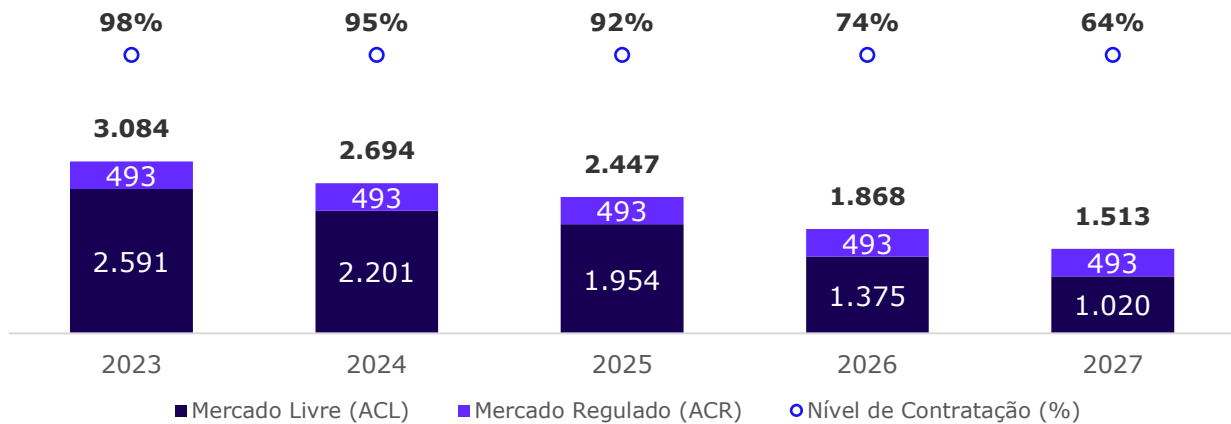
O montante da garantia física de energia da UHE Porto Primavera contratada no ACR (230 MW médios) conta com proteção contra a exposição ao risco hidrológico. Como contrapartida, a Companhia paga, mensalmente, um prêmio de R\$ 14,32/MWh, conforme valor estabelecido pela Resolução Normativa da ANEEL nº 684/2015.

O portfólio total, considerando os segmentos de Geração e de Comercialização, apresenta um volume de vendas próximo de 3,1 GW médios para o ano de 2023, quantidade duas vezes superior à garantia física da Auren para o mesmo período.

Conforme divulgado nos resultados do 3T22, a Auren, visando antecipadamente um cenário de queda de preços, em virtude da boa evolução do cenário hidrológico e das condições de suprimento de energia do SIN, adotou a estratégia de venda de sua posição *long* para os próximos três anos. Portanto, para o período de 2023 a 2025, o nível de contratação é de, aproximadamente, 95% do seu recurso composto pela totalidade da garantia física de seus ativos e contratos de compra de energia já firmados. Cabe destacar que esse nível de contratação não considera o montante de energia necessário para fazer frente a eventual impacto sobre a garantia física das hidrelétricas relacionado ao risco hidrológico (GSF).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gráfico 13 - Perfil de Contratação do Portfólio Consolidado (Geração e Comercialização) ⁽⁴⁾ (MW médio)



O nível de contratação apontado no Gráfico 13, acima, já incorpora a garantia física referente aos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba, cujas implantações foram aprovadas 3T22 e as construções já estão em curso. Cabe destacar que, para o horizonte 2028-2032, o nível médio de contratação do portfólio consolidado da Auren é de 60%.

⁽⁴⁾ Consideram-se: (i) as garantias físicas líquidas de perdas da rede básica, adotou-se premissa de 3%; (ii) a expectativas de garantia física nos projetos Sol do Piauí e Sol de Jaíba; (iii) considera o GSF realizado em 2022, e (iv) o volume de 2026 considera entrada de Sol de Jaíba.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho Financeiro****DRE Consolidada**

DRE Consolidada			
R\$ milhões	2022	2021	Var.
Receita Líquida	5.515,7	2.624,1	110,2%
Custo com Compra de Energia	(3.640,6)	(1.328,7)	174,0%
Custo com Operação	(732,0)	(682,7)	7,2%
Repactuação de risco hidrológico	-	782,0	-100,0%
Lucro Bruto	1.143,1	1.394,7	-18,0%
Despesas gerais e administrativas	(370,4)	(168,6)	119,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	487,7	133,8	264,5%
Equivalência Patrimonial	130,7	-	-
Resultado Financeiro	1.662,3	(767,0)	-316,7%
IR e CSLL	(374,7)	(281,2)	33,3%
Lucro Líquido	2.678,6	311,6	759,6%
Lucro líquido antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.260,4	1.359,9	-7,3%
Depreciação e amortização	615,6	594,0	3,6%
EBITDA	1.876,0	1.953,9	-4,0%
Provisão (reversão) de <i>impairment</i>	(230,9)	248,5	-192,9%
Repactuação de risco hidrológico		(782,0)	
Reversão de provisão para litígios	(59,5)	(425,7)	-86,0%
Ganho na migração benefícios pós emprego	(20,1)	-	-
Baixa de depósitos judiciais	2,5	60,3	-95,9%
Dividendos Recebidos	235,0	-	-
EBITDA Ajustado	1.802,9	1.055,0	70,9%

Receita Líquida

A receita operacional líquida de 2022 totalizou R\$5.515 milhões, um aumento de 110% em relação aos R\$2.624 milhões de 2021, resultado de:

- (a) Comercialização:** aumento de R\$3.034 milhões, explicado, principalmente, pela inclusão da Auren Comercializadora na consolidação após a conclusão da reorganização societária no exercício de 2022;
- (b) Geração hidrelétrica:** aumento de R\$192 milhões em relação a 2022, devido ao reajuste dos contratos por inflação e ao encerramento dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira em dezembro de 2021;

- (c) Geração eólica:** incremento de R\$219 milhões, explicado, principalmente, pelo restabelecimento total da disponibilidade operacional do parque Ventos do Araripe III e pela entrada em operação dos complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, além de reajuste dos contratos por inflação;
- (d) Eliminações:** maior eliminação em R\$554 milhões, explicado, principalmente, pelo aumento do volume de operações *intercompany* entre os ativos de geração e a Comercializadora.

Evolução Receita Líquida 2022 versus 2021 (R\$ milhões)



Custos e Despesas

Os custos e despesas ⁽⁵⁾ operacionais totalizaram R\$4.255 milhões em 2022, um aumento de R\$2.991 milhões em relação aos R\$1.264 no exercício de 2021, explicada por:

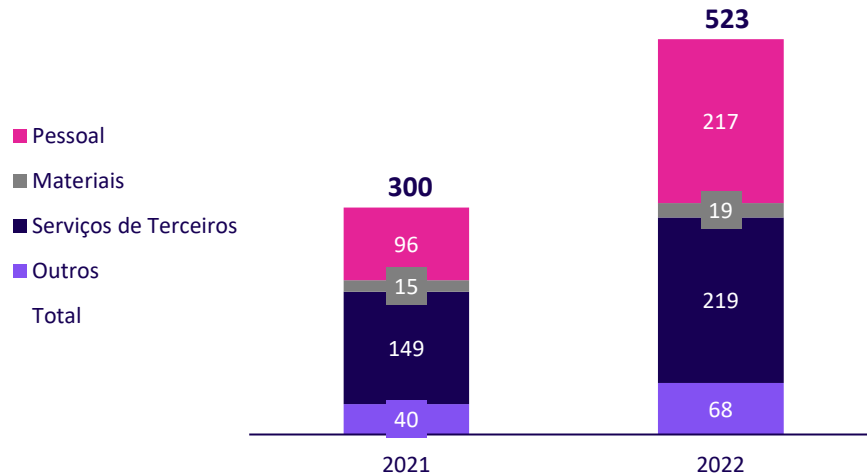
- (a) Custos com compra de energia:** aumento de R\$2.264 milhões (R\$3.394 milhões em 2022 versus R\$1.129 milhões em 2021), decorrente de:
- **Comercialização:** aumento de R\$2.852 milhões, principalmente explicado pela inclusão da Auren Comercializadora na consolidação após a conclusão da reorganização societária no exercício de 2022; e
 - **Geração hidrelétrica:** redução de R\$45 milhões em energia comprada para equacionamento do balanço energético,

⁽⁵⁾ Esse total inclui Custo com Compra de Energia, Custo com Operação e Despesas Operacionais Líquidas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

principalmente devido a melhora no cenário hidrológico, com GSF de 85% em 2022 versus 73% em 2021;

- **Geração eólica:** aumento de R\$12 milhões, devido principalmente à entrada em operação de Ventos do Piauí II e III;
 - **Eliminações *intercompany*:** aumento na eliminação de R\$554 milhões no exercício de 2022, devido ao incremento do volume de energia comercializada referente às operações *intercompany*.
- (b) **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$47 milhões em relação ao exercício de 2021, explicado pela atualização das tarifas TUST e TUSDg no segmento de Geração Hidrelétrica e da entrada em operação de Ventos do Piauí II e III;
- (c) **Despesas com PMSO:** aumento de R\$223 milhões na comparação entre os exercícios, devido a inclusão da Auren Comercializadora na consolidação e aos demais efeitos da reorganização e formação da Auren, entre os quais:
- **Pessoal (P):** incremento de R\$121 milhões (R\$217 milhões em 2022 versus R\$96 milhões no exercício de 2021), devido principalmente à inclusão da Auren Comercializadora na consolidação e aos demais efeitos da reorganização e formação da Auren, especialmente relacionados às mudanças do desenho organizacional e da reestruturação dos times operacionais;
 - **Materiais e Serviços de Terceiros (MS):** aumento de R\$74 milhões (R\$238 milhões em 2022 versus R\$164 milhões em 2021), com impacto da entrada em operação de Ventos do Piauí II e III, atualização dos contratos de O&M dos aerogeradores de Ventos do Araripe III e Ventos do Piauí I.
 - **Outras Despesas (O):** aumento de R\$28 milhões no período (R\$68 milhões em 2022 versus R\$40 milhões em 2021), referentes a gastos com seguros, arrendamentos e outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Despesas com PMSO (R\$ milhões)

(d) Outras despesas (receitas) operacionais:
▪ Reversão de provisão de *impairment*:

No exercício de 2022 foi registrado uma reversão de *impairment* de R\$231 milhões, contra uma provisão de R\$249 milhões em 2021. A provisão em 2021 ocorreu em função do reconhecimento da extensão da concessão da UHE Porto Primavera, que em valores contábeis, ultrapassaria o prazo máximo de 7 anos previsto no acordo da repactuação do GSF. Trazendo um efeito positivo de R\$480 milhões na comparação entre os exercícios.

▪ Reversão de provisão para litígios: a Companhia registrou reversão de provisão de R\$60 milhões em 2022, R\$366 milhões a menos comparado com a reversão de R\$426 milhões em 2021; e

▪ Contratos futuros de energia (MtM): efeito positivo (receita) de R\$153 milhões (R\$167 milhões no exercício de 2022 versus R\$13 milhões em 2021), em virtude de variação no saldo da marcação à mercado, sendo esse um efeito não-caixa.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro			
R\$ milhões	2022	2021	Var. %
Receitas Financeiras	2.838,9	93,5	N.M.
Despesas Financeiras	(1.176,6)	(860,5)	36,7%
Encargos de Dívidas	(315,0)	(226,5)	39,1%
Atualização Monetária	(177,9)	(200,9)	-11,4%
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	(231,8)	-	N.M.
Atualização Monetária sobre Provisões para Litígios	(97,1)	(167,5)	-42,1%
Baixa de Depósitos Judiciais	(2,5)	(14,9)	-83,3%
Atualização do Saldo de Benefícios Pós-Emprego	(159,9)	(158,1)	1,1%
Resilição Contratual Bancária	(28,0)	-	N.M.
Encargos sobre Operações de Desconto	(46,0)	-	N.M.
Outras Despesas Financeiras, líquidas	(118,5)	(92,6)	27,9%
Total	1.662,3	(767,0)	N.M.

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma receita de R\$1.662 milhões, versus despesa de R\$767 milhões em 2021, principalmente devido a:

- (a) **Receita financeira:** em 2022, houve o reconhecimento da atualização monetária sobre o ativo sujeito a indenização, devido ao acordo firmado sobre a indenização de Três Irmãos, na cifra de R\$2.422 milhões, além de uma maior receita de aplicações financeiras de R\$307 milhões (R\$368 milhões em 2022, versus R\$60 milhões em 2021), devido, principalmente, ao maior volume de caixa aplicado e pela alta do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) médio;
- (b) **Encargos de dívidas:** incremento de R\$88 milhões devido ao maior endividamento bruto, que totalizou R\$5,8 bilhões em dezembro de 2022, versus R\$4,7 bilhões em dezembro de 2021;
- (c) **Atualização monetária:** no exercício de 2022, a variação monetária foi uma despesa de R\$178 milhões, R\$23 milhões menor comparado com R\$201 milhões, principalmente devido à desaceleração do IPCA, 5,8% em 2022 versus de 10,0% em 2021.
- (d) **Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis:** reconhecimento de R\$232 milhões em 2022, devido ao acordo firmado com a União sobre o valor a receber referente a indenização de Três Irmãos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Líquido

Resultado Líquido Consolidado

Lucro Líquido			
R\$ milhões	2022	2021	Var.%
EBITDA	1.876,0	1.953,9	-39,80%
Depreciação e Amortização	(615,6)	(594,0)	-8,20%
Resultado Financeiro	1.662,3	(767,0)	-64,40%
IR/CSLL	(374,7)	(281,2)	-53,30%
Equivalência Patrimonial	130,7	-	-2,00%
Resultado Líquido	2.678,6	311,6	-29,6%

O Resultado Líquido no exercício de 2022 foi positivo em R\$2.679 milhões versus R\$312 milhões em 2021, devido, principalmente, a:

- (a) **EBITDA:** a Companhia registrou um EBITDA consolidado de R\$1.876 milhões, uma redução de R\$78 milhões, comparados com os R\$1.954 milhões registrados em 2021;
- (b) **Resultado financeiro:** aumento de R\$2.429 milhões no resultado financeiro líquido no exercício de 2022 em relação ao de 2021, principalmente explicado pelos efeitos do acordo com a União sobre o ativo indenizável Três Irmãos; e
- (c) **Equivalência patrimonial:** a Companhia registrou receita de R\$130 milhões em 2022 referente ao resultado dos investimentos em ativos hidrelétricos incorporados na reorganização societária.
- (d) **IR/CSLL:** incremento de 93 milhões no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, R\$375 milhões em 2022 versus R\$281 milhões em 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento

O endividamento bruto da Companhia em 31 de dezembro de 2022, era de R\$5,8 bilhões em comparação aos R\$4,7 bilhões em 2021.

A posição de caixa e de equivalentes ao final do exercício de 2022 era de R\$3,4 bilhões versus R\$1,8 bilhão em 2021. Esse saldo reflete, principalmente: (i) o aporte recebido do acionista controlador *CPP Investments*, em fevereiro de 2022, no contexto da reorganização societária, no valor total de R\$1,5 bilhão; (ii) a emissão de debêntures no valor de R\$300 milhões, em dezembro de 2021, para investimentos e reforço de caixa e (iii) geração de caixa.

Com isso, a dívida líquida consolidada da Companhia, no encerramento do exercício de 2022, era de R\$2,5 bilhões, com prazo médio de 7,2 anos e custo médio pré-fixado da carteira de 11,2% a.a. (IPCA + 4,6% a.a. ou CDI -1,2% a.a.).

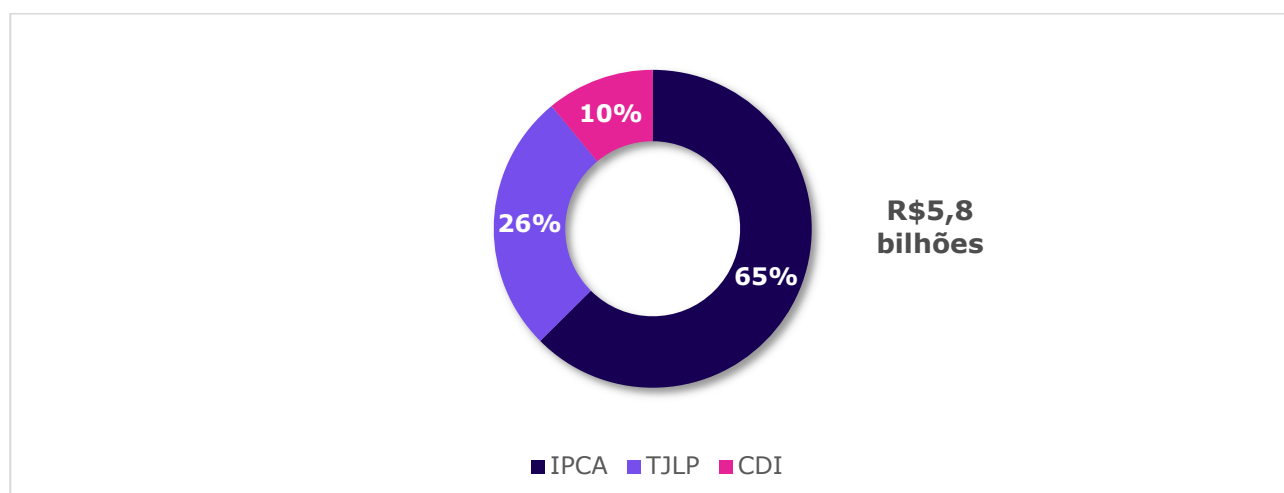
A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado, encerrou 2022 em 1,4x versus 1,9x de 2021.

Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dívida Bruta por Indexador (%)



Fluxo de caixa livre

Fluxo de Caixa Livre Consolidado

R\$ milhões	2022	2021	Var. %
EBITDA Ajustado	1.803	1.055	70,9%
IR/CS Caixa	(68)	(40)	70,9%
Capital de Giro	(136)	263	-151,6%
CAPEX Sustaining	(14)	(8)	72,9%
Fluxo de Caixa Operacional	1.584	1.270	24,7%
Serviço de Dívida	(266)	(221)	20,5%
Fluxo de Caixa Operacional após Serviço da Dívida	1.318	1.049	25,7%
CAPEX Projetos	(1.610)	(653)	146,6%
Pagamento de Litígio	(183)	(161)	13,8%
Captações	1.032	839	23,0%
Amortizações	(180)	(105)	71,7%
Aumento de Capital Social	1.500	23	N.M.
Migração VIVEST	(306)		N.M.
Recompra de Ações (ADR CESP)	-	3	N.M.
Dividendos	(100)	(502)	-80,1%
Fluxo de Caixa Livre	1.471	493	198,3%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.596	1.103	44,7%
Empresas incluídas na consolidação	59		N.M.
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.126	1.596	95,9%
Fundo Liquidez, Conta Reserva e Aplicações Financeiras	259	184	41,1%
Saldo de Caixa Final + Conta Reserva + Aplicações Financeiras	3.385	1.780	90,2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A variação no fluxo de caixa entre os exercícios é explicada, principalmente, por:

(a) EBITDA Ajustado: melhora de 61,3% (R\$748 milhões) no EBITDA Ajustado consolidado do exercício de 2022, totalizando R\$1.803 milhões versus R\$1.055 milhões no exercício de 2021.

(b) Capital de Giro: aumento do desembolso em R\$399 milhões (R\$ 136 milhões negativo em 2022 versus R\$263 milhões em 2021), sendo os principais impactos:

- Pagamento das parcelas do plano de equacionamento do plano de pensão (VIVEST), no valor de R\$58 milhões em 2022, sendo que esse efeito não transita pelo resultado;
- Variação da marcação a mercado da atividade de comercialização de R\$153 milhões, sendo esse um efeito não-caixa, gerando um impacto positivo de R\$167 milhões no exercício de 2022 versus de R\$13 milhões em 2021; e
- Reconhecimento de provisão para ressarcimento R\$59 milhões em 2022 referente aos contratos do ACR das Eólicas, versus R\$203 milhões em 2021, dividido principalmente, à paralização de Ventos do Araripe III em 2021. Não houve desembolso de caixa entre 2021 e 2022 referente a essa rubrica.

(c) CAPEX de projetos: aumento de R\$957 milhões em relação a 2021, principalmente em virtude da construção dos complexos eólico Ventos do Piauí II e III e início das obras dos projetos solares Sol do Piauí e Sol de Jaíba, totalizando R\$1.610 milhões em 2022 versus R\$653 milhões em 2021.

(d) Aumento de Capital Social: aporte de 1,5 bilhões da CPPIB em função da reorganização societária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de capitais

A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). O início da negociação das ações da Companhia aconteceu no dia 28 de março de 2022, sob o código AURE3.

Em 31 de dezembro de 2022, a ação ordinária da Auren estava cotada em R\$ 14,73 e seu valor de mercado era de R\$ 14,7 bilhões.

Auditores

A Companhia esclarece que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestou além de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, serviços de diligência no processo de avaliação de investimentos do quais a Companhia participou durante o ano. O valor total pago por esses serviços foi de R\$ 1,9 milhões. Para fins dessa contratação, não foram identificados aspectos que pudessem conflitar com os trabalhos de auditoria externa em razão do conflito de interesses e/ou perda de independência ou objetividade dos auditores, dada a natureza do mesmo de consultoria no processo de avaliação de empresas para potencial aquisição pela Companhia.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações gerais

A Auren Energia S.A., “Companhia” ou “Auren”, (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A. “VTRM”) com sede na cidade de São Paulo – SP, é uma *holding* que tem por objetivo ser uma plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil, e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hídrica, assim como a comercialização da energia produzida por esses sistemas, e também aquela adquirida com a finalidade de *trading*.

A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim S.A. (“VSA”) e pelo *Canada Pension Plan Investment Board* (“CPP Investments”).

A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e “Abertura de Capital”) e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado (“Listagem no Novo Mercado”). O início da negociação das ações da Companhia aconteceu no dia 28 de março de 2022, sob o código AURE3.

As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (Mwm)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração hídrica				
UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Batayporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
UHE Paraibuna (I)	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
Complexo Eólico Ventos do Araripe III (“Araripe III”):				
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	19,8	Curral Novo do Piauí - PI	08/05/2015	08/05/2050
Complexo Eólico Ventos do Piauí I (“Piauí I”):				
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Complexo Eólico Ventos do Piauí II (“Piauí II”):				
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	46,2	Curral Novo - PI	06/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	46,2	Paulistana - PI	22/10/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	02/09/2022	10/11/2055
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí e Paulistana - PI	28/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	15/10/2022	10/11/2055

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capacidade (Mwm)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):				
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	27/05/2022	10/11/2055
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	42,0	Ouricuri - PE	19/08/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	46,2	Ouricuri e Araripina - PE	22/07/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Curral Novo do Piauí - PI	13/05/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	24/06/2022	10/11/2055
	<u>2.602,3</u>			

- (i) Em 2022, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria 647/2022, a qual definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica de Paraibuna ("UHE Paraibuna"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 04 de junho de 2022 até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1.1.1 Principais eventos operacionais

(a) Retomada integral das operações do complexo de Ventos do Araripe III

Em 25 de abril de 2022 foi finalizado o reparo do transformador de força ("trafo") referente à segunda ocorrência do incidente da subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III. O complexo retomou integralmente suas operações no 1º semestre de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022, houve o recebimento da indenização patrimonial, no valor de R\$ 101.802 referente ao acordo com a seguradora para encerramento do sinistro, sendo R\$ 8.396 referentes aos danos materiais registrados na rubrica de "Imobilizado", e R\$ 160 referentes a ressarcimento de honorários com perito, ambos registrados na controlada Ventos de Santo Augusto VIII, e o total de R\$ 93.245 referentes aos lucros cessantes, registrados nas controladas do complexo de Ventos do Araripe III, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

(b) Conclusão da entrada em operação comercial nos Complexos Ventos do Piauí II e III

Em dezembro de 2022 foi concluída em sua totalidade a entrada em operação comercial dos 93 aerogeradores, com capacidade instalada de 409 MWm, dos parques localizados nos estados do Piauí e Pernambuco. Abaixo os despachos emitidos pela ANEEL de liberação das unidades geradoras para início da operação em fase comercial:

Despacho ANEEL	Data	Unidade	Localização	Unidade Geradora e capacidade instalada	Fase da Operação
1.497	03/06/2022	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG5 - 22.000 kW	Comercial
1.703	24/06/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG10 - 44.000 kW	Comercial
1.769	01/07/2022	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	Ouricuri - PE	UG1 a UG10 - 44.000 kW	Comercial
1.879	13/07/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	Araripina e Ouricuri - PE	UG8 a UG11 - 17.600 kW	Comercial
1.990	25/07/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	Araripina e Ouricuri - PE	UG1 a UG7 - 30.800 kW	Comercial
2.240	15/08/2022	Ventos De Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG1 a UG7 - 30.800 kW	Comercial
2.247	16/08/2022	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	Curral Novo do Piauí - PI	UG6 a UG8 - 13.200 kW	Comercial
2.425	01/09/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí - PI	UG1 a UG6, UG8 e UG9 - 35.200 kW	Comercial
2.497	06/09/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí - PI	UG7 - 4.400 kW	Comercial
2.672	20/09/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	UG6 a UG9, - 17.600 kW	Comercial
2.803	29/09/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	UG11, - 4.400 kW	Comercial
2.882	05/10/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	UG7 a UG11 - 22.000 kW	Comercial
2.917	07/10/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	UG5 e UG6 - 8.800 kW	Comercial
2.918	07/10/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí - PI	UG5 - 4.400 kW	Comercial

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despacho ANEEL	Data	Unidade	Localização	Unidade Geradora e capacidade instalada	Fase da Operação
2.964	13/10/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí – PI	UG1 a UG4 - 17.600 kW	Comercial
2.984	14/10/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí – PI	UG3 - 4.400 kW	Comercial
3.021	19/10/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí – PI	UG1 e UG2 - 8.800 kW	Comercial
3.063	21/10/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí – PI	UG1 a UG4 - 17.600 kW	Comercial
3.074	24/10/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí – PI	UG10 - 4.400 kW	Comercial
3.100	27/10/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Paulistana – PI	UG7 e UG8 - 8.800 kW	Comercial
3.193	04/11/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí – PI	UG8 - 4.400 kW	Comercial
3.381	24/11/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí – PI	UG4 - 4.400 kW	Comercial
3.416	28/11/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Paulistana – PI	UG5 e UG6 - 8.800 kW	Comercial
3.420	28/11/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí – PI	UG5 e UG6 - 8.800 kW	Comercial
3.465	01/12/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Paulistana – PI	UG1 a UG4 - 17.600 kW	Comercial
3.466	01/12/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	Betânia do Piauí e Paulistana – PI	UG7 - 4.400 kW	Comercial

(c) Conclusão do Plano de migração voluntária da controlada CESP

A migração voluntária dos beneficiários do plano de pensão mantido pela controlada CESP, etapa do equacionamento do déficit do plano de benefício definido, foi a oportunidade que os participantes tiveram de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, sob a modalidade de plano de contribuição definida.

Em dezembro de 2021 o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, o Instituto Adecon, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, e o Sindicato dos Empregados na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Bauru/SP ingressaram com uma ação judicial (processo nº 1139986-11.2021.8.26.0100), visando suspender o processo de migração voluntária dos beneficiários.

Em janeiro de 2022 foi proferida uma decisão provisória (tutela antecipada), suspendendo o processo de migração voluntária. Referida decisão foi parcialmente revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, após recurso interposto pela controlada CESP, sendo que o período de adesão foi encerrado em 24 de março de 2022.

Em maio de 2022 o processo foi sentenciado de forma favorável à controlada CESP, sendo refutadas todas as alegações trazidas pelos autores do caso, de forma que a migração seguiu seu processamento normal e foi efetivada em 01 de julho de 2022, com a conclusão do processo de migração voluntária do plano PSAP para o Plano CESP CD daqueles beneficiários que aderiram ao programa.

Com a conclusão do processo, em 01 de julho de 2022, houve a migração de 1.208 participantes, o que corresponde a 17,6% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$ 326.163 naquela data, correspondente à parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Em contrapartida, o valor a pagar atualizado pela Vivest na data da efetivação da migração foi de R\$ 306.015, instrumentalizado por meio de um novo acordo, cuja liquidação pela Companhia ocorreu de forma antecipada no dia 01 de agosto de 2022. Dessa forma, o valor de R\$ 20.148 gerado pela migração, referente à redução do custo do serviço passado, foi reconhecido no resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” e, no mesmo período, os respectivos efeitos tributários, conforme demonstrado na nota 26 (c).

Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, com relação aos participantes migrados.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Aprovação do desenvolvimento dos Projetos Sol do Piauí e Jaíba V

Em 11 de agosto de 2022, por meio de suas controladas, a Companhia obteve aprovação, em Reunião do Conselho de Administração, para realizar os desenvolvimentos dos projetos de geração de energia solar denominados Sol do Piauí – Híbrido e Jaíba V.

O projeto Sol do Piauí, localizado em Curral Novo (PI), terá 48 MWac de capacidade instalada, será o primeiro projeto híbrido em escala comercial do Brasil a obter outorga pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e será construído junto ao complexo eólico Ventos do Piauí I, com sinergias operacionais de conexão ao sistema de transmissão, de operação e de manutenção do parque. A previsão de investimento é de R\$ 255.000, com expectativa de entrada em operação comercial no terceiro trimestre de 2023, sendo o prazo de término da concessão em fevereiro de 2051.

O projeto Jaíba V, localizado em Jaíba (MG) terá 500 MWac de capacidade instalada, e será uma das maiores usinas fotovoltaicas do país, com escala e geografia complementares ao portfólio de geração da Companhia. O investimento previsto em Jaíba V é da ordem de R\$ 2,0 bilhões, com expectativa de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2024, sendo o prazo de término da concessão em fevereiro de 2055.

Com a implementação desses projetos, serão adicionados 548 MWac à capacidade instalada da Auren, com potenciais ganhos de escala e sinergia na operação e comercialização de energia.

(e) Acordo da indenização pela reversão de bens da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Três Irmãos da controlada CESP

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela controlada CESP, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias (“MME”), para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos.

Em razão do término da concessão para operação da UHE, foi definido, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda (“MF”), o valor de indenização a ser pago à controlada CESP, “referenciado a preços de junho de 2012, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações, até 31 de março de 2013”. O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (valor incontroverso data-base junho de 2012), a serem pagos em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a controlada CESP manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão.

Diante da decisão proferida e em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir no líquido, o saldo de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Em 07 de dezembro de 2022, a controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização conforme termos da Portaria Interministerial MME/MF no 129/2014, pelo valor histórico de R\$ 1.717.362, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”) no regime de capitalização composta, desde 15 de junho de 2012 até 30 dias antes do recebimento da primeira parcela, a ser pago em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante (“SAC”), com o início de pagamento previsto para 15 de outubro de 2023. Portanto, a partir desse momento todo o saldo na data passará a ser reconhecido como principal e esse saldo devedor remanescente será atualizado mensalmente pela taxa SELIC.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nos critérios estabelecidos no referido acordo, considerando um direito não mais questionável, descaracterizando o valor incontroverso como ativo contingente, o montante de R\$ 3.909.017 foi registrado como Ativos indenizáveis pela União (Nota 11), mediante a reclassificação de R\$ 1.717.362 da rubrica Ativo sujeito à indenização (Nota 13) e ao reconhecimento de R\$ 2.191.655 referente à atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, com contrapartida no Resultado financeiro (Nota 8).

Adicionalmente, houve a reversão de *impairment* dos ativos indenizáveis, no montante de R\$ 634.614 referente a baixa de ativos não indenizáveis de canal e eclusas, no montante de R\$ (248.724), e de terrenos e outros, no montante de R\$ (385.890) conforme demonstrado na Nota 13.

Como fato subsequente ao exercício findo dessas demonstrações financeiras, em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado.

1.1.2 Principais eventos societários

(a) Reorganização societária – consolidação de ativos de energia e listagem de ações no Novo Mercado, iniciada em 2021

Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”), Votorantim Cimentos S.A. (“Cimentos”) e Nexa Resources (“Nexa”) assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia (“VE”).

A consolidação ocorreu por meio de duas etapas principais, Operação VTRM e Operação CESP, as quais detalhamos nos tópicos seguintes.

Operação VTRM:

(b) Incorporação reversa da Votorantim Geração de Energia S.A. (“VGE”)

Em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou, de forma reversa, a sua então controladora em conjunto VGE, com efeito de extinção, e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação:

- (i) Participação de 50% do capital social da Pinheiro Machado Participações S.A. (“Pinheiro Machado”), cujo ativo de geração inclui UHE Machadinho, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (ii) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. (“CBA Energia”), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix S.A. (“Pollarix”), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; e
- (iv) Participação de 100% do capital social da Auren Comercializadora de Energia Ltda. (“Auren Comercializadora”).

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em consequência desta incorporação reversa, as 992.547.439 ações de emissão da Auren e de titularidade da VGE foram canceladas e substituídas por igual número de ações da Auren, e atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela Auren, foram emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da Auren, também atribuídas à VSA ("Novas Ações Auren").

O valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren) foi de R\$ 2.772.913, e os valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE estão demonstrados abaixo:

Incorporação reversa – VGE	Valor
Aumento de capital na Auren com base nos ativos e passivos remanescentes da VGE na data de avaliação (i)	1.131.678
Valor justo econômico da VGE constituído como reserva de capital	1.540.542
Variação patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação (i)	100.693
Valor justo econômico da VGE (Nota 5(a))	2.772.913
Impostos diferidos passivos sobre mais valia	(380.654)
Total de incremento no patrimônio líquido da Auren referente incorporação reversa	2.392.259

- (i) O montante de R\$ 1.131.678 referente aos ativos e passivos remanescentes da VGE na data de avaliação, acrescido do montante de R\$ 100.693 referente à variação patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação, totalizam R\$ 1.232.371, saldo do patrimônio líquido da VGE na data de efetivação da operação.

A seguir, o resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE:

	31/1/2022		31/1/2022
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	24.994	Outros passivos circulantes	13.614
Dividendos a receber	65.298		13.614
Outros ativos circulantes	4.845		
	95.137		
Não circulante		Não circulante	
Investimentos		Outros passivos não circulantes	9.126
CBA Energia Participações S.A.	221.726		9.126
Pollarix S.A.	248.073		
Pinheiro Machado Participações S.A.	13.051	Total do passivo	22.740
Auren Comercializadora Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	122.230		
Ágios de investimentos			
CBA Energia Participações S.A.	316.248		
Pollarix S.A.	231.135		
Outros ativos não circulantes	4.864	Total do Patrimônio líquido	1.232.371
Imobilizado	625		
Intangível	207		
Arrendamentos	1.815		
	1.159.974		
Total do ativo	1.255.111	Total do passivo	1.255.111

(c) Aporte de capital pelo CPP Investments

Ainda em 03 de fevereiro de 2022 houve aumento de capital social da Auren no montante R\$ 1.500.000, com a emissão de 365.803.013 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas pelo CPP Investments.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Registro da Auren como companhia aberta e listagem no Novo Mercado

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria “A” perante a CVM e teve deferido o pedido de listagem na B3, com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado.

Operação Companhia Energética de São Paulo (“CESP”):

(e) Proposta de incorporação de ações da CESP pela Auren

Como ato subsequente à abertura de capital, e de modo a permitir que os acionistas não controladores da CESP participassem da Auren, foi apresentada uma proposta para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela Auren, e consequente atribuição aos demais acionistas da CESP dessas novas ações.

Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou a criação de um Comitê Especial independente CESP (“Comitê”) que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da CVM nº 35, teve por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela VSA e pelo CPP Investments para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela Auren.

O Comitê concluiu junto à Administração da Auren as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da Auren no âmbito da incorporação de ações da CESP (“Relação de Substituição”), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição.

A relação de substituição foi livremente negociada entre a Administração da Auren e o Comitê e incluíram as seguintes premissas:

- (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na Auren - excluindo o valor da participação detida pela VGE na Auren - foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões;
- (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos pelo CPP Investments na Auren foi de R\$ 1,5 bilhão;
- (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à Auren - sem considerar a participação detida pela Auren na CESP e os efeitos da operação - foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões;
- (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria);
- (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e
- (vi) o valor das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela Auren, dos investidores não residentes por força da operação.

Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores da CESP, receberam, para cada uma ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis.

Como a reorganização societária contemplou a entrega, aos acionistas não controladores da controlada CESP, de 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da Auren, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de R\$ 78.547, a Auren passou a ter a seguinte estrutura societária (antes do agrupamento das ações descritas no item “f” abaixo):

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,33%
Total	4.253.509.378	100,00%

Em 15 de fevereiro de 2022 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da controlada CESP, tendo sido aprovada a realização da incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP por sua controladora Auren, excluídas as ações de titularidade da Auren, que estavam em tesouraria da CESP ou que eram objeto do exercício do direito de retirada dos acionistas da CESP (“Incorporação de Ações”), no contexto da reorganização societária.

A Incorporação de Ações foi realizada nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CESP - Companhia Energética de São Paulo pela Auren Energia Participações S.A.” (“Protocolo e Justificação”), celebrado entre CESP e a Auren.

Com a implementação da Incorporação de Ações, a controlada CESP passou a ser subsidiária integral da Auren, com todas as ações de sua emissão detidas pela Auren, e os acionistas da controlada CESP receberam, em substituição às ações incorporadas de emissão da controlada CESP de sua titularidade, conforme descrito anteriormente, sendo que as ações preferenciais resgatáveis foram compulsória e imediatamente resgatadas na data do fechamento (25 de março de 2022), com o pagamento em dinheiro aos acionistas realizado em 7 de abril de 2022.

Com a incorporação das ações da controlada CESP, em 23 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R\$ 307.623, com a emissão de 307.622.529 ações da Auren, sendo 303.217.051 ações ordinárias e 4.405.478 ações preferenciais, que foram imediatamente resgatadas, além da constituição de reserva de capital no montante de R\$ 4.442.608, referente ao valor econômico da CESP, baseado na avaliação do Comitê Independente (Nota 5(b)), ajustado pelos dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 aos acionistas não controladores antes da efetivação dessa etapa de incorporação das ações pela Auren e ao resgate de ações dos não controladores. A composição da incorporação das ações CESP está demonstrada a seguir:

Incorporação de ações CESP	Valor
Aumento de capital social - emissão de novas ações	307.623
Constituição de reserva de capital referente participação dos não controladores da CESP	4.248.320
Dividendos mínimos obrigatórios destacados referentes ao exercício de 2021 - não controladores CESP	235.452
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais valia de imobilizado	37.383
Resgate de ações dos não controladores	(78.547)
	4.442.608
	4.750.231

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Grupamento de ações

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022, foi ratificado o grupamento de ações da Auren, uma das condições suspensivas previstas nos termos do Protocolo e Justificação, proposto na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2022, de modo que cada 4,253509378 ações da Auren fossem agrupadas em uma ação, sem alteração da cifra do capital social da Auren. Com isso, o capital social da Auren passou a ser composto por 696.782.949 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Como consequência, em lugar da quantidade mencionada no item anterior, os acionistas não controladores da CESP receberam, para cada uma ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 1,544114302635 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren;
- (ii) 0,022434625149 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis.

Após o grupamento das ações, a Auren passou a ter a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	377.434.774	37,74%
CPP Investments	319.348.175	31,93%
Outros acionistas	303.217.051	30,33%
Total	1.000.000.000	100,00%

(g) Resgate de Ações Preferenciais da CESP e direito de retirada pelos acionistas não controladores

Considerando a relação de substituição proposta e aprovada em AGE da CESP a respeito da incorporação de ações da mesma pela Auren, foi assegurado aos acionistas da CESP que não tivessem aprovado a Incorporação de Ações, seja por rejeição, abstenção ou não comparecimento à AGE, o direito de se retirarem da Companhia, nos termos dos artigos 137, 252 - § 2.º e 264 - § 3º, da Lei 6.404/76.

Os acionistas puderam exercer o direito de retirada em relação à totalidade ou parte das ações de emissão da CESP, das quais, comprovadamente, eram titulares, sob pena de decadência, no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da AGE, ou seja, até o dia 18 de março de 2022. Encerrado esse prazo de 30 dias, a Companhia apurou que nenhum acionista exerceu o direito de retirada e, consequentemente, nenhum valor é devido pela Companhia a título de reembolso.

A Companhia realizou, contra a conta de reserva de capital, o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis emitidas contra os acionistas não controladores da CESP, no montante de R\$ 78.547. O pagamento ocorreu no dia 07 de abril de 2022, no montante de R\$ 78.537, sendo R\$ 59.838 referentes ao principal, R\$ 18.699 referentes ao imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade dos acionistas.

(h) Alienação de participação de investidas da Auren à Votorantim Cimentos S.A. ("Cimentos")

Em 04 de março de 2022, após o cumprimento de condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 28 de dezembro de 2020, e aditado em 27 de setembro de 2021, a Companhia concretizou, via Acordo de Acionistas ("AA") junto à Cimentos, a alienação da participação da investida Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A., no percentual de 49%, referente a 982.322.173 ações ONB com direito a voto, pelo valor total de R\$ 44.360. Dessa forma, a Companhia permanece com o controle sobre a totalidade do retorno desses

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimentos, razão pela qual continuará registrando a equivalência patrimonial de 100% do resultado da investida (Nota 14 (a)). Adicionalmente, o Acordo de Acionistas prevê à Companhia uma opção de compra para adquirir a totalidade das ações da Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A., podendo exercê-la de forma unilateral antes do término do período de 10 anos em determinadas hipóteses e por preço determinado nesse mesmo acordo.

A operação tem por objetivo o fornecimento de energia à Cimentos de 55,45 MW médios de energia elétrica por um período de 10 anos

O saldo a receber, em razão da alienação das ações, será recebido em 4 parcelas iguais e anuais a partir de janeiro de 2023, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, será liquidado em parcela única. Ambos os saldos estão registrados a valor presente e foram calculados por uma taxa de desconto livre de risco, baseada na inflação projetada para o exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo circulante relacionado a essa operação é de R\$ 13.483, o saldo do ativo não circulante é de R\$ 36.195, e o saldo do passivo não circulante é de R\$36.661, ambos líquidos do ajuste a valor presente, conforme apresentado na nota 27 - Partes relacionadas.

(i) Movimentação de capital em controladas e coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas movimentações de capital social das controladas, via transferências bancárias e de ativos, principalmente por necessidade de caixa para desenvolvimento dos projetos, conforme tabela a seguir:

	Data	Valor integralizado
Controladas		
Via transferências bancárias		
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	25/01/2022	42.000
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	25/01/2022	4.000
Hélios IV geração de Energia Ltda.	25/01/2022	100
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	08/02/2022	53.300
Jaíba V Holding S.A.	09/02/2022	13.000
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	7.620
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	5.217
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	16/05/2022	3.784
Ventos de Santos Estevão Holding S.A.	29/06/2022	14.500
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	3.495
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	9.847
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	9.756
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	31.146
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	29/06/2022	2.500
Sol Do Piauí Geração de Energia Ltda	29/06/2022	6.100
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	19/07/2022	2.000
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	19/07/2022	2.500
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	29/07/2022	6.000
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	01/08/2022	3.000
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	2.500
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	1.000
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	10/08/2022	1.500
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	01/09/2022	54.000
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	14/09/2022	13.000
Ventos de Santos Estevão Holding S.A.	04/10/2022	2.500
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	2.000
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	6.000
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	14/10/2022	7.500
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	17/10/2022	2.500
Jaíba V Holding S.A.	26/10/2022	130.000
CBA Energia Participações S.A.	04/11/2022	16.421
Pollarix S.A.	14/11/2022	14.487
Sol Do Piauí Geração de Energia Ltda	16/11/2022	20.000
Jaíba V Holding S.A.	30/11/2022	312.500

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Data	Valor integralizado
Pinheiro Machado Participações S.A.	22/12/2022	3.614
		809.387
Via transferência de ativos		
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	29/07/2022	11.920

(j) Distribuição de dividendos complementares

Em 11 de abril de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos complementares pela Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, na seguinte forma:

- (i) no montante de R\$ 41.850 e, correspondentes ao lucro retido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 (reserva de investimentos) equivalentes a R\$ 0,041850 por ação; e
- (ii) no montante de R\$ 44.198, a ser pago com a utilização de parte do saldo existente na reserva de retenção de lucros constituída em exercícios anteriores ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalentes a R\$ 0,044198 por ação.

Os dividendos complementares acima indicados nos itens, somados aos dividendos mínimos obrigatórios da Companhia, no montante de R\$ 13.952, equivalente a R\$ 0,013952 por ação, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de 2021, aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2022, e submetido a deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2022, perfazem um montante total de dividendos a pagar de R\$ 100.000, equivalentes a R\$ 0,10 por ação.

Tiveram direito ao recebimento de dividendos as pessoas que se encontravam inscritas como acionistas da Companhia na data base de 03 de maio de 2022, respeitadas as negociações realizadas até essa data. A Companhia realizou o pagamento dos dividendos mencionados em 19 de maio de 2022, no montante de R\$ 99.987.

(k) Aquisição de investimento – Aquarela

Em 6 de junho de 2022 a controlada Auren Comercializadora (nota 1.1.2 (m)), realizou seu segundo investimento em tecnologia e inteligência de dados associados à comercialização de produtos e soluções em energia, e celebrou o contrato de compra e venda de ações para aquisição de 28,27% de participação na empresa Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. ("Aquarela"), com a subscrição de 125.735 novas ações preferenciais, aquisição de 29.063 ações ordinárias (as quais foram convertidas em ações preferenciais na data de conclusão do investimento) e 56.180 ações preferencias.

A Aquarela é uma *scale up* referência no Brasil em *advanced analytics* e na aplicação de inteligência artificial em empresas de grande porte, nacionais e globais, em diversos setores, e tem como propósito simplificar os dados complexos de forma inovadora.

A aquisição permitirá à Auren Comercializadora ampliar o uso de *analytics / big data* no desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções em energia para os clientes do mercado livre.

A transação foi concluída em 05 de agosto de 2022, com pagamento via transferência bancária no montante de R\$ 9.858, após cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, bem como obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Aquarela
Patrimônio líquido na data de aquisição	6.024
Percentual adquirido	28,27%
Investimento sobre o patrimônio líquido da Aquarela	1.703
Ágio de ativos e passivos identificado no laudo de avaliação independente - Parcela não alocada (<i>Goodwill</i>) (Nota 14 (a))	8.155
Valor pago na aquisição da Aquarela	9.858
Equivalência do período (Nota 14 (a))	(599)
Valor do investimento em 31/12/2022	9.259

(I) Movimentação de dividendos a receber de investidas

Controladas	Provisionados em 2021 (i)	Dividendos obrigatórios 2021 - Troca de ações (ii)	Adicionais deliberados	Intercalares deliberados	Recebidos	Obrigatórios	Provisionados em 2022
CESP Companhia Energética de São Paulo (ii)	153.927	235.452	-	-	-	581.071	970.450
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	83.347	83.347
Pollarix S.A. (iii)	35.861	-	73.515	16.622	(125.998)	25.883	25.883
CBA Energia Participações S.A. (iv)	29.386	-	67.535	-	(95.612)	18.999	20.308
Pinheiro Machado Participações S.A. (v)	-	-	-	13.432	(13.432)	-	-
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A. (vi)	6.271	-	-	-	(6.252)	7.895	7.914
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	764	-	-	-	-	-	764
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	47	47
MRTV Energia S.A.	-	-	-	-	-	10	10
Saldo Final	226.209	235.452	141.050	30.054	(241.294)	717.252	1.108.723

(i) Provisionados em 2021

O saldo de dividendos provisionados em 2021 referente às investidas CBA Energia e Pollarix, envolve as provisões de pagamento para a VGE, antes da reorganização societária. Com a incorporação reversa ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, os saldos foram destinados à Auren (Nota 1.1.2 (b)).

(ii) CESP

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos mínimos obrigatórios pela controlada CESP, no montante de R\$ 389.379, sendo a mesma data de “ex dividendos”. Dessa forma, conforme descrito no item 1.1.2 (e), os dividendos que haviam sido destacados para os não controladores em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 235.452, passam a ser devidos para a Companhia, sendo a única acionista da controlada CESP. Em 19 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado a postergação do pagamento dos dividendos passando para até 31 de dezembro de 2023.

(iii) Pollarix

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida, no montante de R\$ 102.921. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado a Companhia o montante de R\$ 73.515.

Em 27 de maio, 28 de setembro, 4 de novembro e 27 de dezembro de 2022, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 109.376, sendo R\$ 35.861 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 73.515 referente aos dividendos adicionais.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 27 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intercalares de 2022 pela investida, no montante de R\$ 23.271. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 25%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado a Companhia o montante de R\$ 16.622, o qual foi liquidado na mesma data.

Em 31 dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 25.883, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(iv) CBA Energia

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos adicionais pela investida, no montante de R\$ 98.232 a serem liquidados até 31 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 10%, referente a participação de 66,67%, das ações preferenciais, foi destinado à Companhia o montante de R\$ 67.535.

Em 15 de junho, 4 de novembro e 21 de dezembro de 2022 foram recebidos dividendos no montante de R\$ 95.612, sendo R\$ 22.511 referente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 73.101 referente aos dividendos adicionais.

Em 31 dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, conforme regras de desproporcionalidade de distribuição dos dividendos, o montante de R\$ 18.999, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(v) Pinheiro Machado

Em 30 de novembro de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foram deliberados dividendos intercalares de 2022 pela investida, no montante de R\$ 22.386. Em decorrência da desproporcionalidade no valor do dividendo por ação preferencial em 50%, referente a participação de 50%, das ações preferenciais, foi destinado a Companhia o montante de R\$ 13.432, o qual foi liquidado em 14 de dezembro de 2022.

(vi) Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A

Em 21 de novembro de 2022 foram recebidos dividendos no montante de R\$ 6.252, referente aos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 dezembro de 2022, foram provisionados, a título de dividendos obrigatórios, o montante de R\$ 7.895, o qual será liquidado conforme disponibilidade de caixa da investida.

(m) Alteração de denominação social – Auren Comercializadora

Em 28 de junho de 2022, com a finalidade de padronizar as governanças da Votener Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) e Auren, houve a alteração do contrato social da Votener. Dentre as mudanças, ocorreu a alteração da sua denominação social para Auren Comercializadora de Energia Ltda. (“Auren Comercializadora”).

(n) Aquisição de investimento - Flora Energia

Em 26 de outubro de 2022 a controlada Auren Comercializadora realizou seu terceiro investimento em empresas de inovação, tecnologia e ciência de dados, e celebrou o contrato de investimento e subscrição de ações, por meio do qual foi realizada a subscrição de 36.450 novas ações preferenciais classe A, totalmente subscritas e integralizadas,

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

equivalente a 10,5% de participação na empresa Flora Energia Renovável Inteligente S.A. ("Flora Energia"). A transação foi concluída em 31 de outubro de 2022, com pagamento no montante de R\$ 7.000.

A Flora Energia é uma startup que atua no segmento de Geração Distribuída (GD), compartilhada por meio de plataforma de *marketplace*, que conecta micro usinas de geração a clientes finais, oferecendo uma solução tecnológica escalável, e que permite a coleta e o uso de dados de geração e de consumo de energia.

	Flora
Patrimônio líquido na data de aquisição	7.044
Percentual adquirido	10,50%
Investimento sobre o patrimônio líquido da Flora	740
Ágio na aquisição do investimento (Nota 14 (a))	6.260
Valor pago na aquisição da Aquarela	7.000
Equivalência do período (Nota 14 (a))	(33)
Valor do investimento em 31/12/2022	6.967

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Interim Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 16 de fevereiro de 2023.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
10	Contas a receber de clientes
11	Ativos indenizáveis pela União
15	Imobilizado
16	Intangível
17	Arrendamentos
20	Imposto de renda e contribuição social diferidos
21	Contratos futuros de energia
22	UBP - Uso do bem público
23	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos
24	Provisão de ressarcimento
25	Provisão para litígios
26	Benefícios pós-emprego

2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Com a incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, a Auren passou a deter 100% de participação do capital social da Auren Comercializadora, que passou a ser consolidada a partir das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de 31 de março de 2022, no qual os saldos patrimoniais da Auren Comercializadora estão destacados como “Empresa adquirida incluída na consolidação”.

Devido ao processo de incorporação de ações da CESP citada na nota 1.1.2 (e) a Auren passou a deter 100% de participação do capital social da CESP e, desse modo a partir das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de 31 de março de 2022, deixou de apresentar o destaque da parcela de acionistas não controladores na divulgação do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio e a mais valia de ativos identificados na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com a incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022, a Auren passou a deter participação em empresas coligadas, abaixo relacionadas, e a partir das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais de 31 de março de 2022, apresentam a equivalência patrimonial da participação:

- (i) de 50% do capital social da Pinheiro Machado, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (ii) de 66,6667% do capital social da CBA Energia, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iii) de 66,6667% do capital social da Pollarix, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão.

Ainda, a controlada Auren Comercializadora detém 50% do capital social total e votante da Way2 Serviços de Tecnologia S.A. ("Way2"), 28,27% do capital social total e votante da Aquarela e 10,5% do capital social total e votante da Flora Energia.

(c) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto os Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcios"), respectivamente.

Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, e a linha de transmissão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	2022		2021		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Geração eólica							
Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I"):							
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (i)	77,36%	100%	77,36%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i)	84,96%	100%	84,96%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):							
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	51%	100%	51%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Angelo Energias Renováveis S.A. (i)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	51%	100%	51%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Consórcio Ventos do Piauí II	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):							
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	50%	0%	50%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí III	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III"):							
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Geração hídrica							
CESP - Companhia Energética de São Paulo	100%	100%	40%	94%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Comercialização							
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	40%	94%	Indireto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022		2021		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Geração solar							
Jaíba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
Outros							
MRTV Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Hélio I Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio V Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

- (i) Nos exercícios findos em 2022 e 2021, a Companhia realizou operações de alienação de participação societária das investidas São Adeodato, Santa Albertina, Santo Anselmo, Santo Angelo e Santo Isidoro, para as quais há cláusulas contratuais que garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 15 - Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

- (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de não divulgar um exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) AS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis. Em relação à análise sobre o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, em consonância com o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22), a análise dos impactos referente às incertezas está detalhada na Nota 20.

4 Apresentação de informações por segmento de negócio

A Companhia divulga informações financeiras por segmentos operacionais, utilizados para tomada de decisão, os quais são segregados pelas seguintes linhas de áreas de atuação:

1. Geração eólica (complexos eólicos de Ventos do Piauí I, II e III e Ventos de Araripe III)
2. Geração hídrica (CESP Geradora e outros ativos hídricos nos quais a Companhia possui participação societária)
3. Comercialização (Auren Comercializadora e CESP Comercializadora); e

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. *Holding e Pipeline* (Auren e demais projetos em fase de estruturação e construção: geração solar e outros, empresas demonstradas na nota 2.5 (d)).

(a) Demonstração do resultado e Ebitda (não auditado) – Por segmento de negócio

	2022					
	Geração eólica	Geração hídrica	Comercialização (i)	Holding + Pipeline	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	550.751	1.705.142	4.126.316	-	(866.503)	5.515.706
Custos de energia elétrica e operação	(321.241)	(965.996)	(3.950.889)	-	866.503	(4.372.623)
Lucro bruto	229.510	739.146	174.427	-	-	1.143.083
Despesas gerais e administrativas	(11.645)	(107.085)	(120.032)	(131.634)	-	(370.396)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	91.739	324.175	554.143	(43.761)	(438.577)	487.719
Lucro (prejuízo) operacional	309.604	956.236	608.538	(175.395)	(438.577)	1.260.406
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	165.570	403.911	2.151	43.926	-	615.558
Provisão para litígios	-	(59.519)	-	-	-	(59.519)
Baixa depósitos judiciais	-	2.486	-	-	-	2.486
Dividendos recebidos	-	235.042	-	-	-	235.042
Ganho pela migração benefícios pós-emprego	-	(20.148)	-	-	-	(20.148)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	-	(230.924)	-	-	-	(230.924)
EBITDA Ajustado (não auditado)	475.174	1.038.360	610.689	(131.469)	(438.577)	1.802.901
Depreciação, amortização e amortização de mais valia						(615.558)
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais						73.063
Equivalência patrimonial						130.659
Resultado financeiro líquido						1.662.275
Imposto de renda e contribuição social						(374.726)
Lucro líquido do exercício						2.678.614

	2021					
	Geração eólica	Geração hídrica	Comercialização (i)	Holding + Pipeline	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	331.301	1.512.972	1.092.771	-	(312.930)	2.624.114
Custos de energia elétrica e operação	(243.799)	(987.316)	(1.093.226)	-	312.930	(2.011.411)
Repactuação do risco hidrológico	-	781.974	-	-	-	781.974
Lucro (prejuízo) bruto	87.502	1.307.630	(455)	-	-	1.394.677
Despesas gerais e administrativas	(8.133)	(115.041)	(10.388)	(35.035)	-	(168.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	124.594	13.266	(4.061)	-	133.821
Lucro (prejuízo) operacional	79.391	1.317.183	2.423	(39.096)	-	1.359.901
Depreciação, amortização e amortização de mais valia	134.383	420.800	208	38.563	-	593.954
Repactuação do risco hidrológico	-	(781.974)	-	-	-	(781.974)
Reversão de provisão para litígios	-	(425.693)	-	-	-	(425.693)
Baixa depósitos judiciais	-	60.256	-	-	-	60.256
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	-	248.520	-	-	-	248.520
EBITDA Ajustado (não auditado)	213.774	839.092	2.631	(533)	-	1.054.964
Depreciação, amortização e amortização de mais valia						(593.954)
Outras adições (exclusões) e itens excepcionais						898.891
Resultado financeiro líquido						(767.047)
Imposto de renda e contribuição social						(281.208)
Lucro líquido do exercício						311.646

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As empresas VGE e CESP, antes da formação da Auren, detinham individualmente contratos de compra e venda de energia nas suas respectivas comercializadoras e seus ativos de geração. Em 2022, a Auren se reestruturou no segmento de Comercialização com o objetivo de consolidar esses contratos na Auren Comercializadora. Neste contexto, as seguintes iniciativas foram implementadas:

1. Transferência da totalidade dos contratos de compra e venda de energia futura com terceiros (exceto transações com restrições contratuais ou regulatórias) dos ativos de geração para a Auren Comercializadora.
2. Criação de contratos *intercompany* de venda da energia excedente entre os segmentos de geração e de comercialização com o objetivo de equalizar o balanço energético da Companhia.

Essa consolidação trouxe oportunidades para simplificar a gestão destes contratos, segregar os perfis de risco e retorno dos negócios de geração e comercialização, e capturar as sinergias relevantes na otimização deste portfólio.

A Auren Comercializadora tem como política contábil classificar seus contratos de compra e venda futura de energia com terceiros e *intercompany* como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado). Como consequência, foi registrado um ganho de R\$ 438.577 em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” no segmento de Comercialização proveniente do efeito da marcação a mercado desses contratos *intercompany*, a partir de setembro de 2022, os quais foram eliminados no resultado consolidado.

Considerando também que, as políticas contábeis da Companhia, do ponto de vista de Demonstrações Financeiras Consolidadas Auren se mantém as mesmas, essa consolidação de contratos não trouxe nenhum efeito no resultado consolidado. Ou seja, os contratos de compra e venda de energia futura continuam sendo classificados conforme sua classificação inicial:

Contratos de “wholesale”: são contratos classificados fora do alcance do CPC 48 uma vez que continuam a ser mantidos para fins de recebimento ou entrega de item não financeiro, e não são marcados a mercado, e

Contratos de “trading”: são contratos classificados dentro do alcance do CPC 48, e são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo.

Visando refletir esse cenário, o ajuste na coluna Eliminações no valor de R\$ 438.576 do segmentado está relacionado a eliminação deste efeito. No resultado consolidado, o efeito de marcação a mercado que permanece, refere-se à atividade de *trading*.

5 Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição no momento da transferência de controle para a Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos, visando a identificação de eventuais ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganhos por compra vantajosa.

De acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Companhia mensura o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos no momento das combinações de negócios realizadas no exercício, com apoio de consultorias externas.

Ainda de acordo essa norma, quando a contabilização inicial de combinação de negócios estiver incompleta no final do período de divulgação em que a combinação ocorrer, o adquirente deve, em suas demonstrações contábeis,

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reportar os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir a obtenção de qualquer nova informação relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, o adquirente também deve reconhecer os ativos ou os passivos adicionais quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição.

(a) Incorporação reversa VGE

Conforme descrito no item 1.1.2 (b), em 03 de fevereiro de 2022 a Auren incorporou de forma reversa a VGE, assumindo os seus ativos e passivos remanescentes, assim como passou a deter a participação nas empresas Pinheiro Machado, CBA Energia, Pollarix e Auren Comercializadora.

Seguindo o requerido pelo IFRS 3 / CPC 15 (R1), a VSA solicitou a um avaliador independente a avaliação dos valores justos dos ativos que eram de propriedade da VGE na data da operação. Abaixo, segue a abertura dos valores identificados por avaliador independente emitido através de laudo que foram reconhecidos como reserva de capital na Auren e o valor remanescente de patrimônio líquido a valor contábil que foi reconhecido como capital social:

	Valor justo avaliado	Impostos diferidos	Valor líquido
Valor justo econômico da VGE			
Mais Valia CBA Energia	259.114	(88.099)	171.015
Mais Valia Pollarix	738.226	(250.997)	487.229
Mais Valia Pinheiro Machado	122.233	(41.558)	80.675
	<u>1.119.573</u>	<u>(380.654)</u>	<u>738.919</u>
Ágio da Auren Comercializadora	420.969	-	420.969
Valor justo econômico da VGE, líquido de impostos	<u>1.540.542</u>	<u>(380.654)</u>	<u>1.159.888</u>
Patrimônio líquido a valor contábil remanescente da VGE	<u>1.131.678</u>	<u>-</u>	<u>1.131.678</u>
Variação patrimonial entre data da avaliação e aumento de capital	<u>100.693</u>	<u>-</u>	<u>100.693</u>
Total de incremento patrimônio líquido da Auren	<u>2.772.913</u>	<u>(380.654)</u>	<u>2.392.259</u>

Nas Demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais divulgadas ao longo dos trimestres de 2022, os valores correspondentes ao reconhecimento de mais valia referente ao direito de concessão de investimentos hídricos foram apresentados na Nota explicativa 16 – Intangível. Contudo, a Companhia reavaliou essa alocação e entendeu que por se tratar de investimentos em empresas coligadas, as quais não são incluídas na consolidação, o ajuste a valor justo desses ativos, no montante de R\$ 1.119.573, fosse realocado para Nota explicativa 14 – Investimentos, para uma melhor apresentação.

Os valores de mais valia reconhecidos estão sendo amortizados seguindo o prazo de concessão de cada usina nas quais as coligadas acima possuem participação.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas na mensuração a valor justo na alocação do preço de compra

A avaliação econômico-financeira dos ativos da VGE foi baseada no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 31 de dezembro de 2021, sendo atualizada para 31 de janeiro de 2022 para fins da incorporação reversa ocorrida em 03 de fevereiro de 2022.

Os fluxos de caixa livres para a firma ("FCFF") foram descontados a valor presente pelo custo médio ponderado do capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) de cada investimento que varia entre 14,3% e 10,1% e deduzidos de ativos e passivos não-operacionais na data-base.

Investimento	Premissas utilizadas para a avaliação da receita.
Auren Comercializadora	Volume: projeção calculada até o ano de 2037, prazo máximo dos contratos existentes. Preço médio: para os contratos existentes foi utilizado o preço médio ponderado dos contratos, para os novos a curva média da DCIDE acrescida de R\$ 6,65 / MWh.
CBA Energia	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até março de 2040, prazo final de concessão. Preço médio: para os anos de 2021 a 2027 com base em contratos já firmados e a partir de 2028 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.
Pollarix	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até novembro de 2042, prazo final de concessão. Preço médio: para os anos de 2021 a 2032 com base em contratos já firmados e a partir de 2033 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.
Pinheiro Machado	Volume: projeção calculada a partir da garantia física até novembro de 2032, prazo final de concessão. Preço médio: para os anos de 2021 a 2027 com base em contratos já firmados e a partir de 2028 com base na curva média da DCIDE, acrescido de IPCA.

Item	Premissa utilizadas para a avaliação dos investimentos
Impostos	Para todos os investimentos: IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais acumulados; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% Encargos setoriais (TFSEE, P&D e CFURH).
Depreciação	Para todos os investimentos: Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear
Capex	Para todos os investimentos: O capex projetado foi considerado apenas o investimento necessário para a manutenção dos ativos.
Opex	Para todos os investimentos: Foram projetados e segregados entre custos e despesas fixas e variáveis conforme o histórico médio de cada ativo acrescido de IPCA.

(b) Incorporação de ações CESP

Em 15 de fevereiro de 2022, conforme descrito no item 1.1.2 (d), foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controlada CESP ("AGE").

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No processo da incorporação de ações o Comitê realizou uma análise de avaliação do valor econômico da CESP, resultando em um patrimônio líquido de R\$ 9.142.189, com data de avaliação de 31 de dezembro de 2021. A participação dos não controladores da CESP era de 59,9942%, o que corresponde ao valor econômico no montante de R\$ 5.484.783. A diferença entre o saldo contábil do patrimônio líquido da CESP, na data da efetivação da operação, para o valor econômico constituiu-se o ágio em transação de capital, conforme composição a seguir:

	Valor
Valor justo econômico da CESP avaliado pelo Comitê Independente	9.142.189
Valor justo econômico da CESP - participação dos não controladores 59,9942%	5.484.783
Ágio em transação de capital	(693.388)
Participação dos não controladores da CESP reconhecidos no investimento da Auren	4.791.395
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	56.641
Impostos diferidos sobre mais valia de imobilizado oriundo da aquisição em 2018	(19.258)
Constituição de reserva de capital na Auren referente mais valia de imobilizado	37.383
Valor por ação	17,8296
Resgate das Ações Preferenciais - em lote de mil ações	4.405
Resgate de ações dos não controladores	(78.547)
Total de incremento no patrimônio líquido da Auren	4.750.231

6 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Venda de energia

As controladas da Companhia operam nos seguintes mercados de energia elétrica:

Contratos bilaterais: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Leilões de Energia Eólica: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova ("LEN") e leilões de energia de reserva ("LER").

Leilões de Energia Hídrica: representados por venda de energia proveniente da geração hídrica, pela controlada CESP, às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões.

Operações de trading: representados por comercialização de energia no mercado livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos bilaterais	6.170.217	1.558.758	6.568.790	1.677.667
Operações de trading	10.491.948	2.262.571	1.336.516	363.742
Partes relacionadas – trading (Nota 27)	3.908.186	1.324.601	-	-
Contratos bilaterais - Partes relacionadas (Nota 27)	-	-	381.287	109.172
Leilões de Energia Hídrica	2.018.053	572.162	2.018.053	522.038
Leilões de Energia Eólica	2.324.854	532.174	2.318.001	472.920
Provisão de ressarcimento (Nota 24)	-	(59.266)	-	(192.724)
Energia de curto prazo – CCEE	-	43.467	-	95.159
	24.913.258	6.234.467	12.622.647	3.047.974
Outras receitas				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(114.905)
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	-	18.850	-	-
Venda de crédito de carbono	-	4.385	-	17.028
Serviços - Partes relacionadas (Nota 27)	-	3.059	-	-
Outras receitas	-	6.882	-	3.342
	-	33.176	-	(94.535)
	24.913.258	6.267.643	12.622.647	2.953.439
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	-	(540.367)	-	(266.804)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(145.345)	-	(87)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	-	(40.043)	-	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	-	(17.110)	-	(15.706)
Quota para a reserva global de reversão – RGR	-	(1.321)	-	(1.773)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	-	(7.368)	-	(7.180)
Imposto sobre serviços – ISS	-	(383)	-	(157)
	-	(751.937)	-	(329.325)
Receita líquida	24.913.258	5.515.706	12.622.647	2.624.114

(*) MWh – Mega watt-hora, não auditado.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Custos e despesas

	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo com energia elétrica (Nota 7.1)	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(3.394.115)	-	-	-	(3.394.115)	(1.129.626)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União (Nota 11)	-	-	-	634.614	634.614	-
Depreciação e amortização	-	(561.492)	(18.600)	-	(580.092)	(558.995)
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos e outros (Nota 11)	-	-	-	(385.890)	(385.890)	-
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 11)	-	-	-	(248.724)	(248.724)	-
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (Nota 15 (c))	-	-	-	230.924	230.924	(248.520)
Encargos de uso da rede elétrica	(246.492)	-	-	-	(246.492)	(199.109)
Pessoal	-	(30.040)	(187.110)	-	(217.150)	(96.331)
Contratos futuros de energia (Nota 21)	-	-	-	167.106	167.106	13.235
Serviços de terceiros	-	(31.569)	(112.419)	-	(143.988)	(97.470)
Indenização de seguros (Nota 1.1.1(a))	-	-	-	93.405	93.405	46.253
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(75.313)	-	-	(75.313)	(51.407)
Reversão para litígios (Nota 25)	-	-	-	59.519	59.519	425.693
Valor de liquidação antecipada de contrato	-	-	-	(54.000)	(54.000)	-
Amortização de mais valia	-	-	-	(35.466)	(35.466)	(34.959)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 26)	-	-	-	20.148	20.148	-
Materiais, manutenção e conservação	-	(9.294)	(9.707)	-	(19.001)	(14.977)
Seguros	-	(10.170)	(7.854)	-	(18.024)	(9.362)
Aluguéis e arrendamentos	-	(10.435)	(5.469)	-	(15.904)	(10.189)
Recuperação de tributos	-	-	-	9.962	9.962	-
Impostos, taxas e contribuições	-	(2.018)	(4.414)	(30)	(6.462)	(9.055)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(2.486)	(2.486)	(60.256)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	-	-	2.314	(3.907)	(1.593)	(7.607)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	-	-	-	781.974
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(1.685)	(27.137)	2.544	(26.278)	(3.505)
	(3.640.607)	(732.016)	(370.396)	487.719	(4.255.300)	(1.264.213)

	Controladora			
	2022		2021	
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Indenização de seguros	-	-	-	46.253
Depreciação e amortização	(8.460)	-	(8.460)	(3.604)
Serviços de terceiros	(44.349)	-	(44.349)	(30.443)
Pessoal	(57.341)	-	(57.341)	(6.579)
Impostos, taxas e contribuições	(1.092)	-	(1.092)	(4.430)
Aluguéis e arrendamentos	(2.554)	-	(2.554)	-
Materiais, manutenção e conservação	(5.699)	-	(5.699)	(648)
Outras despesas	(9.319)	(4.793)	(14.112)	(4.585)
	(128.814)	(4.793)	(133.607)	(4.036)

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1 Custo com energia elétrica

	Consolidado	
	2022	2021
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(512.756)	(679.293)
Operações de <i>trading</i>	(2.512.190)	(382.776)
Partes relacionadas – <i>trading</i>	(299.950)	(25.055)
Serviços de operação – <i>trading</i>	(28.598)	-
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(28.852)	(26.213)
Energia de curto prazo – CCEE	(8.716)	(15.874)
Outros custos	(3.053)	(415)
	<u>(3.394.115)</u>	<u>(1.129.626)</u>
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	-	781.974
	-	<u>781.974</u>
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(246.492)	(199.109)
	<u>(246.492)</u>	<u>(199.109)</u>
	<u>(3.640.607)</u>	<u>(546.761)</u>

8 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e ajuste a valor presente que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	11	2.421.617			
Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva (i)		367.828	60.438	168.659	8.326
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas		32.913	22.758	35.369	22.387
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	12	13.907	9.221	-	-
Reversão de atualização monetária sobre provisão para litígios	25	5.241	-	-	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(13.740)	(1.606)	(7.989)	(393)
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	11	1.860			
Outras receitas financeiras		9.286	2.662	432	136
		<u>2.838.912</u>	<u>93.473</u>	<u>196.471</u>	<u>30.456</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	18	(314.991)	(226.481)	(42.294)	(1.464)
Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(177.932)	(200.852)	-	-
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União	11	(231.822)	-	-	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios	25	(97.069)	(167.516)	-	-
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	26	(159.869)	(158.122)	-	-
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures		-	(22.500)	-	-
Resilição contratual bancária (iii)		(27.999)	-	(27.999)	-
Encargos sobre operações de desconto		(45.976)	-	-	-
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas		(23.470)	(11.009)	(19.501)	(10.455)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	24	(12.199)	-	-	-
Apropriação de custos de captações	18	(13.108)	(13.739)	(619)	-
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	12	(2.497)	(14.929)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	23	(17.615)	(10.354)	-	-
Atualização monetária sobre acordos judiciais		(3.705)	(8.877)	-	-
Ajuste a valor presente sobre UBP	22	(5.400)	(5.631)	-	-
Atualização monetária sobre fornecedores		(5.383)	(3.457)	(5.383)	(3.457)
Outras despesas financeiras		(37.602)	(17.053)	(1.491)	(556)
		<u>(1.176.637)</u>	<u>(860.520)</u>	<u>(97.287)</u>	<u>(15.932)</u>
		<u>1.662.275</u>	<u>(767.047)</u>	<u>99.184</u>	<u>14.524</u>

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O incremento no saldo de rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva refere-se, substancialmente, aos montantes disponíveis em CDBs e quotas de investimentos, advindos do aporte de capital na Auren e a liberação de empréstimo junto ao BNDES nos parques eólicos de VDP II e III.
- (ii) O montante de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 360.073 (R\$254.894 em 31 de dezembro de 2021), sendo capitalizado no imobilizado o montante de R\$ 45.082 (R\$ 28.413 em 31 de dezembro de 2021), resultando no efeito líquido em despesas financeiras de R\$ 314.991 (R\$226.481 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) Gasto com reserva de linha de crédito para financiamento não utilizada pela Companhia.

9 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva

(a) Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa				
Caixa e bancos	26.524	24.520	170	54
	26.524	24.520	170	54
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.789.167	1.251.551	828.529	324.943
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	49.085	-	-
Operações compromissadas	-	35.020	-	-
Quotas de fundos de investimento (b)	1.310.268	235.642	222.267	58.152
	3.099.435	1.571.298	1.050.796	383.095
Caixa e equivalentes de caixa	3.125.959	1.595.818	1.050.966	383.149
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	105.347	77.751	-	-
	105.347	77.751	-	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Circulante	6.840	6.153	-	-
Não circulante	147.293	100.048	-	-
	154.133	106.201	-	-
	3.385.439	1.779.770	1.050.966	383.149

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 99% e 104% do CDI (97,95% e 102,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I, Piauí II (exceto Santo Angelo, Santo Anselmo e Santo Isidoro), Piauí III (exceto São João Paulo II) e Araripe III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida.

(b) Quotas de fundo de investimento

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim e ao Fundo Aquilae. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 100,31% CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas	772.897	6.510	124.210	6.510
Títulos públicos	537.371	229.132	98.057	51.642
	1.310.268	235.642	222.267	58.152

9.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2022	2021	2022	2021
AAA	3.282.901	1.663.551	948.780	383.145
AA+	-	29.700	-	-
AA	102.524	86.510	102.186	4
Sem rating	14	9	-	-
	3.385.439	1.779.770	1.050.966	383.149

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

10 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Operações de trading: representados por contas a receber com terceiros no mercado ativo de comercialização de energia no mercado livre.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos bilaterais: representados por contas a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Leilões de Energia Hídrica: representados por contas a receber de geração hídrica às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões.

Leilões de Energia Eólica: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, nos leilões de LEN e LER.

Energia de curto prazo – CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao PLD, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

a) Composição

	Consolidado	
	2022	2021
Operações de trading	217.145	41.054
Contratos bilaterais	140.463	83.303
Partes relacionadas (Nota 27)	114.689	11.171
Leilões de Energia Hídrica	71.962	62.398
Leilões de Energia Eólica	58.245	118.007
Energia de curto prazo – CCEE	15.356	12.698
	617.860	328.631

b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	612.693	326.894
Vencidos até 3 meses	2.540	1.737
Vencidos acima de 6 meses	2.628	-
	617.860	328.631

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

11 Ativos indenizáveis pela União

Conforme mencionado no item 1.1.1 (e), a controlada CESP celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização dos ativos sujeitos à indenização referente à Usina Três Irmãos, sendo a forma de recebimento em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento da primeira parcela até 15 de outubro de 2023.

Diante do acordo, houve a reclassificação do saldo de ativos sujeito à indenização (Nota 13 (a)), além do reconhecimento da atualização monetária e constituição de ajuste a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
	2022
Ativos indenizáveis pela União - acordo Três Irmãos	
Reclassificação de ativos sujeito à indenização (Nota 13)	1.717.362
Atualização de acordo de ativos indenizáveis (Nota 8) (i)	2.421.617
Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber (Nota 8) (ii)	(231.822)
Realização de ajuste a valor presente (Nota 8)	1.860
Acordo homologado a receber atualizado	3.909.017
Circulante	161.856
Não circulante	3.747.161
	3.909.017

- (i) A atualização do acordo se deu com base na SELIC, desde a data que foi entregue a concessão, em 15 de junho de 2012 até a data do acordo em 07 de dezembro de 2022, sendo a taxa acumulada de 138,94%, no montante de R\$ 2.386.044. Além disso, houve a atualização do saldo a receber até o final do exercício em 31 de dezembro de 2022, utilizando a taxa SELIC do período, no montante de R\$ 35.573, totalizando a R\$ 2.421.617.
- (ii) A constituição de ajuste a valor presente sobre os ativos indenizáveis pela União se deu com a taxa de CDI + 1,70% tendo como taxa referencial as taxas praticadas pelo mercado.

12 Cauções e depósitos judiciais

Política contábil

Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com a provisão para litígios (Nota 24).

	Consolidado						
	2022						2021
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Outros depósitos	Cauções (i)	Total	Total
Saldo no início do exercício	161.273	19.533	13.273	16	1.873	195.968	260.496
Adições	840	6.497	22	45	1.236	8.640	18.560
Atualizações (Nota 8)	11.299	2.152	417	6	33	13.907	9.221
Convertidos/ Levantados	(19.862)	(16.875)	(6)	(40)	(650)	(37.433)	(17.124)
(-) Baixas (Nota 7 e 8)	(3.937)	(1.023)	-	(23)	-	(4.983)	(75.185)
Saldo no final do exercício	149.613	10.284	13.706	4	2.492	176.099	195.968

- (i) Crédito caucionado referente a garantia financeira junto à CCEE.

13 Ativo sujeito à indenização

Política contábil

Correspondem a ajustes realizados no ativo da controlada CESP, contabilizados entre 2013 e 2015, a fim de adequar o valor registrado das respectivas UHEs Ilha Solteira e Jupia para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os ativos sujeitos a indenização sofrerão atualização financeira conforme prazos e índice a serem definidos.

O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada CESP.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição e movimentação

						Consolidado
					2022	2021
	Três Irmãos (Nota 1.1.1(e))	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total	Total
Composição do ativo sujeito a indenização						
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.717.362	2.028	-	19.771	1.739.161	1.739.161
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União (Nota 7)	634.614	-	-	-	634.614	-
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 7)	(248.724)	-	-	-	(248.724)	-
Baixa de ativos não indenizáveis – terrenos e outros (Nota 7)	(385.890)	-	-	-	(385.890)	-
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 11)	(1.717.362)	-	-	-	(1.717.362)	-
Saldo final em 31 de dezembro	-	2.028	-	19.771	21.799	1.739.161
Ativo sujeito à indenização	-	2.165.858	642.318	27.589	2.835.765	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	-	(506.346)	(304.492)	-	(810.838)	(2.622.556)
Ativo sujeito a indenização (líquido)	-	2.028	-	19.771	21.799	1.739.161

Por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A controlada CESP, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021.

b) UHEs Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a controlada CESP operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a controlada CESP ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupiá, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da controlada CESP foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento.

Em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupiá – R\$ 304.492, respectivamente).

c) UHE Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari (“UHE Jaguari”), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativo sujeito à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguari.

14 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas (“subsidiárias”). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Impairment de investimentos (ágio)

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste de *impairment*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*. Não foram realizados testes de *impairment* para o ágio reconhecido nas aquisições de participação da Way2 e Aquarela, visto que a avaliação dos ativos e passivos assumidos ocorreu no PPA (*Purchase Price Allocation*) das operações; e a Flora Energia foi adquirida em outubro de 2022.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Ventos de Santo Estevão Holding

O ágio registrado refere-se à Autorização Aneel e ao PPA - *Power Purchase Agreement* (Nota 16). O cálculo do valor justo da controlada Estevão Holding foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC *post-tax*, 6,22% a.a.

Item	Premissas
Premissa geral	Foram considerados o Forecast 2022-2049 da Companhia; Negócios: as projeções foram efetuadas para cada SPE até o final do período de autorização emitida pela ANEEL, sem renovação ao final do período.
Receitas brutas	Para cada SPE: Receita bruta = volume de energia x preço médio; Volumes: considerou-se a produção anual certificada com probabilidade de ocorrência maior ou igual a 50%
Impostos e deduções	Foram projetados com base nas alíquotas do regime de lucro presumido.
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média de 4% a.a.
Opex	Foram considerados 100% fixos com a receita, variando somente com inflação projetada.
Capex	Projeção capex imobilizado e intangível: considerou-se somente o orçamento da Administração.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio CESP

O ágio registrado refere-se aos ativos imobilizados da controlada CESP das classes Terras e Terrenos, Edificações, Obras Civas e Benfeitorias e Reservatórios, Barragens e Adutoras (Nota 15). O cálculo do valor justo da controlada CESP foi baseado no método do fluxo de caixa descontado ("DCF"), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC *post-tax*, de 6,69% a.a.

Item	Premissas
Premissa geral	Projeções preparadas com base no plano de negócios da Companhia, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente e firmado pela CESP (33,3 anos), sem prorrogação ou perpetuidade.
Receitas brutas	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF. IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais;
Impostos e deduções	Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25% – P&D: 1,0% – Compensação Financeira (CFURH): 7,0% sobre a produção bruta de energia elétrica em MWh multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), conforme Decreto nº 3.739. – Uso do Bem Público (UBP) 2,5% – Taxa de Fiscalização (TFSEE): 0,4%
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear.
Opex	Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas da controlada CESP.
Capex	O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio Auren Comercializadora

O ágio registrado refere-se à incorporação reversa da VGE, na qual houve a avaliação a valor justo dos ativos (Nota 16). O cálculo do valor justo da controlada Auren Comercializadora foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC *post-tax*, 6,22% a.a.

Item	Premissas
Premissa geral	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Companhia, considera cenário mais provável na visão da Administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes. Receita bruta = volume de energia x preço de energia.
Receitas brutas	Receita bruta = volume de energia x preço de energia.
Impostos e deduções	IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25%.
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear.
Opex	Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da Auren Comercializadora.
Capex	O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas utilizadas no teste de *impairment* – Ágio CBA Energia e Pollarix

O ágio testado das coligadas CBA Energia e Pollarix refere-se aos valores contabilizados na VGE, os quais com a incorporação reversa passaram a compor o saldo de investimentos da Companhia. O cálculo do valor justo das foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2022. Considerou-se taxa de desconto em termos reais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC *post-tax*, 6,22% a.a.

Item	Premissas
	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela Administração da CBA Energia e Pollarix, considera cenário mais provável na visão da Administração;
	Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados aos contratos de concessão atualmente vigentes e firmados pelas investidas:
Premissa geral	– CBA Energia (18,3 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: Baesa – Energética Barra Grande S.A. e Enercan – Campos Novos Energia S.A.
	– Pollarix (19,9 anos em média), sem prorrogação ou perpetuidade. UGCs testadas: L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.; e L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (Pollarix S.A.)
Receitas brutas	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF.
Impostos e deduções	IR/CS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25%
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear.
Opex	Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta; Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da CBA Energia e Pollarix.
Capex	O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição

					Consolidado	
					Resultado de equivalência patrimonial	
	Informações em 31 de dezembro de 2022					Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Coligadas						
CBA Energia Participações S.A.	333.729	116.368	66,67	-	76.116	227.723
Pollarix S.A.	365.147	152.572	66,67	-	114.612	262.264
Pinheiro Machado Participações S.A.	40.745	32.174	50,00	-	18.118	23.590
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda.	8.127	(1.364)	50,00	50,00	(1.389)	4.065
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A. (i)	3.907	(2.460)	28,27	28,27	(599)	1.104
Flora Energia Renovável Inteligente S.A. (i)	6.729	(1.398)	10,50	10,50	(33)	707
Ágio						
CBA Energia Participações S.A.					-	316.249
Pollarix S.A.					-	231.135
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (ii)					-	22.892
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A.					-	8.155
Flora Energia Renovável Inteligente S.A.					-	6.260
Mais valia						
CBA Energia Participações S.A. (iii)					(17.469)	241.645
Pollarix S.A. (iii)					(46.935)	691.291
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda. (ii)					(1.091)	13.109
Pinheiro Machado Participações S.A. (iii)					(10.671)	111.562
					130.659	2.161.751

- (i) O saldo de equivalência patrimonial é proporcional à data de aquisição das empresas.
- (ii) Montante referente à parcela do ágio alocado, o qual está sendo amortizado pelo prazo de 146 meses.
- (iii) Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos incorporados pela Auren referente ao direito de concessão de investimentos hídricos, com relação à mais valia das investidas CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado (Nota 5 (a)).

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Informações em 31 de dezembro de 2022				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2022	2021	2022	Saldo
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
CESP - Companhia Energética de São Paulo	10.141.328	2.446.616	100,00	100,00	2.440.370	176.358	10.141.328	3.033.865
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	545.507	399.325	100,00	100,00	109.864	-	256.046	-
Jaíba V Holding S.A. (v)	498.441	1.391	-	-	(1.299)	-	-	41.870
Hélio IV Geração de Energia Ltda.	4.357	(13.663)	100,00	100,00	(13.663)	-	4.357	1
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	26.598	291	100,00	100,00	291	(86)	26.598	253
MRTV Energia S.A.	1.030	45	100,00	100,00	45	(5)	1.030	994
Ventos do Araripe III								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	509.648	48.259	100,00	100,00	48.259	(128.726)	509.648	444.388
Ventos do Piauí I								
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	328.656	33.243	100,00	100,00	33.243	26.323	328.656	303.310
Ventos do Piauí II								
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	103.597	(4.040)	51,00	100,00	(4.040)	(812)	103.597	100.017
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	59.581	(3.618)	50,00	50,00	(1.809)	(369)	29.791	19.752
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (i)	93.728	(5.153)	51,00	100,00	(5.153)	(1.355)	93.728	93.664
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	55.476	(3.649)	50,00	50,00	(1.825)	(362)	27.738	19.778
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	49.850	(2.777)	50,00	50,00	(1.388)	(353)	24.925	19.814
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	51.846	(2.586)	50,00	50,00	(1.293)	(400)	25.923	19.716
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	26.562	(2.063)	51,00	100,00	(2.063)	(321)	26.562	28.626
Ventos do Piauí III								
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	43.159	(8.531)	50,00	50,00	(4.264)	(417)	21.581	19.851
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	54.813	(6.261)	50,00	50,00	(3.130)	(433)	27.407	19.781
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	42.881	(4.822)	50,00	50,00	(2.411)	(341)	21.441	19.851
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	172.624	(8.072)	100,00	100,00	(8.072)	(2.376)	172.624	87.050
Coligadas								
Pollarix S.A. (ii e iii)	365.147	152.572	66,67	-	114.612	-	262.264	-
CBA Energia Participações S.A. (ii e iii)	333.729	116.368	66,67	-	76.116	-	227.723	-
Pinheiro Machado Participações S.A. (ii e iii)	40.745	32.174	50,00	-	18.118	-	23.590	-
Ágio								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.					-	-	420.969	-
CBA Energia Participações S.A.					-	-	316.249	-
Pollarix S.A.					-	-	231.135	-
Mais valia								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.					(5.759)	(5.760)	87.281	93.040
CESP - Companhia Energética de São Paulo					(26.702)	(11.683)	69.760	39.822
Pollarix S.A.					(46.935)	-	691.291	-
CBA Energia Participações S.A.					(17.469)	-	241.645	-
Pinheiro Machado Participações S.A.					(10.671)	-	111.562	-
					2.682.972	48.882	14.526.449	4.405.443

- (i) Houve a alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.
- (ii) Os resultados de investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2022, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionalidade dos dividendos: (a) CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ações preferenciais; (b) Pollarix que determina o pagamento de dividendos 25% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento; e (c) Pinheiro Machado que determina o pagamento de dividendos 50% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessas coligadas, portanto, não há percentual de participação votante.

- (iii) O montante de equivalência patrimonial demonstrado nas investidas Auren Comercializadora, CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado refere-se aos meses de fevereiro a dezembro de 2022, após o aporte de capital e a transferência das participações para a Auren, resultado da incorporação reversa da VGE ocorrida em 03 de fevereiro de 2022 (Nota 1.1.2 (b)).
- (iv) O resultado de equivalência patrimonial na Auren Comercializadora não reflete o percentual de participação, pois há o expurgo dos lucros não realizados referente a marcação a mercado (Nota 4 (a)) no montante de R\$ 438.577, líquido dos impostos diferidos de R\$ 149.116, totalizando R\$ 289.461.
- (v) Em decorrência da reorganização societária ocorrida em 12 de dezembro de 2022, a Jaíba V Holding S.A. deixou de ser controlada da Auren e passou a ser controlada da CESP.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

	Nota	Consolidado	Controladora	
		2022	2022	2021
Saldo no início do exercício		-	4.405.443	3.943.471
Equivalência patrimonial		130.659	2.682.972	48.882
Ajuste de avaliação patrimonial de remensuração de benefícios pós emprego da CESP		-	196.147	207.820
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos		-	-	24.914
Perda na participação de investida		-	-	(1.630)
Outros resultados abrangentes		3.348	3.348	-
Incorporação reversa VGE - saldos patrimoniais de investimentos				
CBA Energia Participações S.A.	1.1.2 (b)	221.726	221.726	-
Pollarix S.A.	1.1.2 (b)	248.073	248.073	-
Pinheiro Machado Participações S.A.	1.1.2 (b)	13.051	13.051	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	1.1.2 (b)	-	122.230	-
Incorporação reversa VGE - saldos de ágio e investimentos				
CBA Energia Participações S.A.	1.1.2 (b)	316.248	316.248	-
Pollarix S.A.	1.1.2 (b)	231.135	231.135	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	5 (a)	-	420.969	-
Incorporação de ações CESP - ao valor econômico				
Aporte a valor econômico CESP	5 (b)	-	4.555.943	-
Mais valia de imobilizado	5 (b)	-	56.641	-
Mais valia sobre direito de concessão de investimentos hídricos	5 (a)			
Pollarix S.A.		738.226	738.226	
CBA Energia Participações S.A.		259.114	259.114	
Pinheiro Machado Participações S.A.		122.233	122.233	
Empresa incorporada incluída na consolidação		42.544	-	-
Aquisição de investimento - Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A.	1.1.2 (k)	9.858	-	-
Aquisição de investimento - Flora Energia Renovável Inteligente	1.1.2 (n)	7.000	-	-
Aumento de capital em coligadas e controladas - via transferência bancária	1.1.2 (i)	34.522	809.387	322.551
Aumento de capital em controladas - via transferência de ativos	1.1.2 (i)	-	11.920	192.781
Cisão parcial em controlada		-	-	(32.384)
Deliberação de dividendos adicionais				
CESP Companhia Energética de São Paulo		-	-	(102.572)
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.		-	-	(38.210)
CBA Energia Participações S.A.	1.1.2 (l)	(67.535)	(67.535)	-
Pollarix S.A.	1.1.2 (l)	(73.515)	(73.515)	-
Deliberação de dividendos intercalares				
Pinheiro Machado Participações S.A.	1.1.2 (l)	(13.432)	(13.432)	
Pollarix S.A.	1.1.2 (l)	(16.622)	(16.622)	
Deliberação de dividendos mínimos obrigatórios das investidas				
CESP Companhia Energética de São Paulo		-	(581.071)	(153.929)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.		-	(83.348)	-
CBA Energia Participações S.A.		(18.999)	(18.999)	-
Pollarix S.A.		(25.883)	(25.883)	-
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.		-	(7.895)	(6.251)
Sol do Piauí		-	(47)	-
MRTV Energia S.A.		-	(10)	-
Saldo no final do exercício		2.161.751	14.526.449	4.405.443

Notas Explicativas

c) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das coligadas e controladas nos exercícios findos em dezembro de 2022 e de 2021:

									2022
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas									
CESP - Companhia Energética de São Paulo	1.125.016	15.024.004	(1.503.554)	(4.504.138)	(10.141.328)	1.705.141	(644.227)	1.385.702	2.446.616
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	2.806.926	4.131.965	(2.443.592)	(3.949.792)	(545.507)	2.960.122	(2.524.663)	(36.134)	399.325
Jaíba V Holding S.A.	1.573	497.235	(354)	(13)	(498.441)	-	1.335	56	1.391
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	1.126	78.824	(31.241)	(44.352)	(4.357)	-	(3.648)	(10.015)	(13.663)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	11.064	16.477	(943)	-	(26.598)	-	(342)	633	291
MRTV Energia S.A.	1.052	-	(22)	-	(1.030)	-	(13)	58	45
Ventos do Araripe III									
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	28.227	672.099	(9.445)	(181.233)	(509.648)	-	71.084	(22.825)	48.259
Ventos do Piauí I									
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	23.325	468.649	(11.538)	(151.780)	(328.656)	-	47.752	(14.509)	33.243
Ventos do Piauí II									
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	21.852	82.220	(475)	-	(103.597)	-	(7.551)	3.511	(4.040)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	27.834	256.769	(12.956)	(212.066)	(59.581)	5.662	(6.698)	(2.582)	(3.618)
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (i)	18.645	75.240	(157)	-	(93.728)	-	(8.573)	3.420	(5.153)
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	29.155	257.455	(13.463)	(217.671)	(55.476)	5.476	(6.469)	(2.656)	(3.649)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	35.305	212.556	(11.334)	(186.677)	(49.850)	6.515	(6.501)	(2.791)	(2.777)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	6.068	195.671	(9.322)	(140.571)	(51.846)	1.735	(2.967)	(1.354)	(2.586)
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	5.127	21.440	(5)	-	(26.562)	-	(2.626)	563	(2.063)
Ventos do Piauí III									
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	15.521	230.280	(18.515)	(184.127)	(43.159)	12.045	(10.625)	(9.951)	(8.531)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	14.720	258.417	(14.500)	(203.824)	(54.813)	10.276	(10.425)	(6.112)	(6.261)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	9.607	188.129	(13.893)	(140.962)	(42.881)	8.953	(8.025)	(5.750)	(4.822)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	1.067	171.566	(9)	-	(172.624)	-	(8.131)	59	(8.072)
Coligadas									
Pollarix S.A. (ii e iii)	41.929	369.238	(46.020)	-	(365.147)	35.936	114.029	2.607	152.572
CBA Energia Participações S.A. (ii e iii)	30.572	348.285	(45.128)	-	(333.729)	81.838	31.960	2.570	116.368
Pinheiro Machado Participações S.A. (ii e iii)	37	40.708	-	-	(40.745)	-	32.174	-	32.174

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2021
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Resultado financeiro	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas									
CESP - Companhia Energética de São Paulo	666.496	13.052.547	(796.147)	(5.339.334)	(7.583.562)	1.512.972	(455.456)	(616.689)	440.827
Jaíba V Holding S.A.	1.296	40.590	(16)	-	(41.870)	-	-	-	-
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	155	139	(41)	-	(253)	-	(93)	7	(86)
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	996	-	(2)	-	(994)	-	(4)	(1)	(5)
Ventos do Araripe III									
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	8.573	617.533	(8.071)	(173.647)	(444.388)	-	(97.663)	(31.063)	(128.726)
Ventos do Piauí I									
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	20.750	436.157	(9.753)	(143.844)	(303.310)	-	45.462	(19.139)	26.323
Ventos do Piauí II									
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	40.816	59.448	(247)	-	(100.017)	-	(1.702)	890	(812)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	34.079	75.994	(2.362)	(68.207)	(39.504)	-	(705)	(129)	(834)
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	34.344	59.345	(25)	-	(93.664)	-	(1.452)	97	(1.355)
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	35.805	74.947	(987)	(70.209)	(39.556)	-	(668)	(130)	(798)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37.040	65.330	(2.131)	(60.613)	(39.626)	-	(645)	(122)	(767)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	34.777	56.421	(1.053)	(50.713)	(39.432)	-	(753)	(102)	(855)
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	8.823	19.851	(48)	-	(28.626)	-	(514)	193	(321)
Ventos do Piauí III									
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	38.334	73.637	(1.898)	(70.372)	(39.701)	-	(803)	(128)	(931)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	38.135	81.840	(1.123)	(79.291)	(39.561)	-	(794)	(144)	(938)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	36.984	60.784	(1.403)	(56.663)	(39.702)	-	(667)	(109)	(776)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	187	86.877	(14)	-	(87.050)	-	(2.378)	2	(2.376)

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido da controlada CESP.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição e movimentação

	Consolidado											
	2022										2021	
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Aerogeradores	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos de servidão	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício												
Custo	265.789	2.065.691	2.536.183	8.120.326	2.738.398	255.868	6.984	5.179	-	724.851	16.719.269	16.074.008
Depreciação acumulada	(21.681)	(1.492.078)	(1.624.459)	(4.086.143)	(552.989)	(52.671)	(5.327)	(3.105)	-	-	(7.838.453)	(7.377.255)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(83.730)	-	(89.137)	83.512	-	-	-	-	-	-	(89.355)	(60.156)
Saldo líquido no início do exercício	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	-	724.851	8.980.282	8.825.418
Adições (i)	-	-	-	-	-	21.128	-	-	-	1.605.707	1.626.835	773.869
Baixa	-	-	(809)	-	-	-	-	-	-	-	(809)	(9.820)
Depreciação	(7.792)	(48.009)	(40.875)	(215.204)	(147.535)	(23.561)	(277)	(382)	(870)	-	(484.505)	(461.198)
Amortização de ajuste a valor justo	(28.316)	-	(31.427)	30.036	-	-	-	-	-	-	(29.707)	(29.199)
Efeito de incorporação reversa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625	625	-
Empresa incorporada incluída na consolidação	-	443	385	-	-	-	-	1.534	-	30.192	32.554	-
Reversão (provisão) de impairment (Nota 15 (c))	5.949	44.101	50.619	130.255	-	-	-	-	-	-	230.924	50.932
Transferências (ii)	(4.064)	(11.627)	202.538	91.282	1.949.432	-	-	2.148	6.369	(2.195.242)	40.836	(161.233)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Saldo no final do exercício	985.079	558.521	1.315.637	3.171.342	3.987.306	200.764	1.380	5.374	5.499	166.133	10.397.035	8.980.282
Custo	271.448	2.095.454	2.842.290	8.065.385	4.687.830	276.996	6.984	7.814	6.645	166.133	18.650.234	16.719.269
Depreciação acumulada	(33.247)	(1.536.933)	(1.718.708)	(4.024.869)	(700.524)	(76.232)	(5.604)	(2.440)	(1.146)	-	(8.322.958)	(7.838.453)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(112.046)	-	(120.564)	113.548	-	-	-	-	-	-	(119.062)	(89.355)
Saldo líquido no final do exercício	985.079	558.521	1.315.637	3.171.342	3.987.306	200.764	1.380	5.374	5.499	166.133	10.397.035	8.980.282
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	3	5	2	5	10	15	6	4			

- (i) Os custos de empréstimos e financiamentos, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras, capitalizados no imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representou o montante consolidado de R\$ 45.082 (R\$ 28.413 em dezembro de 2021).
- (ii) Em 2022, houve a transferência dos ativos imobilizados em andamento, no montante de R\$ 2.195.242, para as classes de “Aerogeradores”, “Máquinas e equipamentos” e “Edifícios, construções e benfeitorias”, devido ao início da operação comercial dos complexos eólicos de Ventos de Piauí II e III, exceto Ventos de São Ciró e Ventos de São Caio, após conclusão do processo de unitização dos itens do ativo imobilizado realizado por empresa especializada. Adicionalmente, houve transferências realizadas para a classe de “Softwares” do intangível.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Controladora
				2022	2021
	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Obras em andamento
Saldo no início do exercício					
Custo	-	-	3.331	3.331	159.969
Saldo líquido no início do exercício			3.331	3.331	159.969
Adições	-	-	16.144	16.144	3.759
Depreciação	(9)	(30)	-	(39)	-
Efeito de incorporação reversa	-	-	625	625	-
Transferências	336	1.152	(1.622)	(134)	(160.397)
Saldo no final do exercício	327	1.122	18.478	19.927	3.331
Custo	336	1.152	18.478	19.966	3.331
Depreciação acumulada	(9)	(30)	-	(39)	-
Saldo líquido no final do exercício	327	1.122	18.478	19.927	3.331
Taxas médias anuais de depreciação - %	10	10	-	-	-

b) Obras em andamento

	Consolidado	
	2022	2021
Projetos		
Construção dos parques eólicos - Complexos VDP II e III	5.907	680.195
Construção dos parques solares (Nota 1.1.1 (d))	62.623	-
Projeto Corumbá - GO (i)	30.540	-
Modernização	47.111	43.995
Pipelines	19.952	661
	166.133	724.851

- (i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a controlada Auren Comercializadora venceu a disputa de 11 PCHs, que totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada. Atualmente, a Companhia está em processo de obtenção das licenças prévias.

c) Impairment Usinas Hidrelétricas e Eólicas

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Auren realizaram os devidos testes de *impairment* para cada UGC e não identificaram indícios de *impairment*, exceto a controlada CESP que identificou indícios de *impairment* em seus ativos e utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos:

Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados da controlada CESP foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela controlada CESP, incluindo o período de prorrogação. A premissa referente ao contencioso da controlada CESP foi revisitada e considerada nos saldos contábeis da UGC (*carrying amount*) a partir do ano de 2022, como uma evolução prospectiva na metodologia do cálculo.
- (ii) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.
- (iii) Como a concessão da UHE Paraibuna encerrou em 05 de maio e atualmente a CESP está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de *impairment* do exercício de 2022.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,69% - WACC *post-tax* (7,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), considerada pela Administração da controlada como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são, principalmente, o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia, as demais premissas estão detalhadas na Nota 14.

Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a controlada CESP comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera ocorreu reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 230.924 (em 31 de dezembro de 2021, houve constituição de provisão no montante de R\$ (299.452) referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível e reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado, totalizando o montante líquido de R\$ (248.520)), com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 7).

Consolidado			
2022			
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor em uso	Reversão de <i>Impairment</i>
UHE Porto Primavera	7.235.558	7.004.634	230.924
	7.235.558	7.004.634	230.924

Consolidado			
2021			
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor em uso	Provisão de <i>Impairment</i>
UHE Porto Primavera	7.806.578	7.558.058	(248.520)
UHE Paraibuna	41.493	41.493	-
	7.848.071	7.599.551	(248.520)

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas de longo prazo utilizadas no teste de *impairment*:

Análise de sensibilidade		Consolidado		
GSF	-2 p.p.	Atual	+2 p.p.	
<i>Impairment</i>	326.577	230.924	135.271	
Preço de energia	-R\$ 5,00 / MWh	Atual	+R\$ 5,00 / MWh	
<i>Impairment</i>	188.949	230.924	272.898	

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível

Política contábil

Direitos sobre recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização Aneel e *Purchase Price Allocation*.

Conforme o CPC 01 determina, os ágios devem ser testados por recuperabilidade ao menos uma vez por ano, desta forma a Companhia adota como premissa efetuar seus testes no decorrer do quarto trimestre de cada exercício, pois este período coincide com a aprovação do planejamento estratégico dos próximos anos, o qual possui as premissas bases para a realização dos testes.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos intangíveis.

Uso do Bem Público – UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hídrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Direito de outorga

O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição e movimentação

										Consolidado	
										2022	2021
	Direitos de exploração e de recursos naturais (i)	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	Softwares, marcas e patentes	Direitos de outorga	Ágio Auren Comercializadora (iii)	UBP	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	255.687	17.633	97.003	496.897	31.165	1.398.703	-	183.119	117.494	2.597.701	1.911.781
Amortização acumulada	(11.277)	(2.180)	(19.416)	(33.185)	(24.127)	(124.902)	-	(16.182)	-	(231.269)	(141.013)
Saldo líquido no início do exercício	244.410	15.453	77.587	463.712	7.038	1.273.801	-	166.937	117.494	2.366.432	1.770.768
Adições	-	-	-	-	-	-	420.969	-	12.354	433.323	956.219
Amortização	(7.721)	-	-	(36.873)	(4.204)	(38.060)	-	(4.996)	-	(91.854)	(96.255)
Amortização de ajuste a valor justo	-	(564)	(5.195)	-	-	-	-	-	-	(5.759)	(5.760)
Provisão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(299.452)
Efeito de incorporação reversa	-	-	-	-	207	-	-	-	-	207	-
Baixas	(63.500)	-	-	-	-	-	-	(6.066)	(5.881)	(75.447)	-
Empresa incorporada incluída na consolidação	-	-	-	-	1.742	-	-	-	-	1.742	40.076
Transferências (ii)	74.985	-	-	-	2.284	-	-	-	(118.105)	(40.836)	836
Saldo no final do exercício	248.174	14.889	72.392	426.839	7.067	1.235.741	420.969	155.875	5.862	2.587.808	2.366.432
Custo	267.172	17.633	97.003	496.897	40.372	1.398.703	420.969	177.053	5.862	2.921.664	2.597.701
Amortização acumulada	(18.998)	(2.744)	(24.611)	(70.058)	(33.305)	(162.962)	-	(21.178)	-	(333.856)	(231.269)
Saldo líquido no final do exercício	248.174	14.889	72.392	426.839	7.067	1.235.741	420.969	155.875	5.862	2.587.808	2.366.432
Taxas médias anuais de amortização - %	3			8	5	3		3			

- (i) A baixa na classe de direito de exploração, no montante de R\$ (63.500), refere-se ao ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021.
- (ii) As transferências de intangível para imobilizado, referente à projetos solares os quais iniciaram as construções dos parques e estão alocados em obras em andamento, no montante de R\$ (43.120), e transferência de obras em andamento no imobilizado para softwares no montante de R\$ 2.284.
- (iii) Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos incorporados pela Auren, no montante de R\$ 420.969, referente ao ágio da Auren Comercializadora, conforme nota 5 (a) de combinação de negócios.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				
	2022			2021	
	Direitos de exploração e de recursos naturais (i)	Softwares	Intangível em andamento (ii)	Total	Total
Saldo no início do exercício					
Custo	210.926	-	74.637	285.563	123.261
Amortização acumulada	(3.815)	-	-	(3.815)	(294)
Saldo líquido no início do exercício	207.111	-	74.637	281.748	122.967
Adições	-	-	5.204	5.204	162.302
Baixa	(63.500)	-	(79.841)	(143.341)	-
Amortização	(6.444)	(73)	-	(6.517)	(3.521)
Efeito de incorporação reversa	-	207	-	207	-
Transferências	-	134	-	134	-
Saldo no final do exercício	137.167	268	-	137.435	281.748
Custo	147.426	423	-	147.767	285.563
Amortização acumulada	(10.259)	(155)	-	(10.332)	(3.815)
Saldo líquido no final do exercício	137.167	268	-	137.435	281.748
Taxas médias anuais de amortização - %	3	5			

- (i) A baixa na classe de direito de exploração, no montante de R\$ (63.500), refere-se ao ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021.
- (ii) O montante de R\$ (79.841) foi transferido da Companhia à controlada Helios IV, o qual refere-se a projetos adquiridos de terceiros.

17 Arrendamentos**Política contábil**

A Companhia e suas controladas mantêm controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado.

Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizam o registro, na competência que passam a poder exercer o direito de usar o ativo arrendado, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa de juros implícita no contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo com energia elétrica, despesas gerais e administrativas e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Consolidado					Controladora			
	2022				2021	2022			
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Terras e terrenos	Veículos	Total	Total	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	8.943	-	275	9.218	8.826	-	275	275	275
Amortização acumulada	(3.687)	-	(248)	(3.935)	(2.393)	-	(248)	(248)	(165)
Saldo líquido no início do exercício	5.256	-	27	5.283	6.433	-	27	27	110
Novos contratos (i)	4.074	40.601	-	44.675	-	2.719	-	2.719	-
Baixa	(4.278)	-	(16)	(4.294)	-	-	-	-	-
Remensuração de contrato	-	13	-	13	392	-	-	-	-
Amortização	(3.706)	(349)	(27)	(4.082)	(1.542)	(1.877)	(27)	(1.904)	(83)
Efeito de incorporação reversa	1.815	-	-	1.815	-	1.815	-	1.815	-
Empresa incorporada incluída na consolidação	281	-	16	297	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	3.442	40.265	-	43.707	5.283	2.657	-	2.657	27
Custo	10.835	40.614	275	51.724	9.218	4.534	275	4.809	275
Amortização acumulada	(7.393)	(349)	(275)	(8.017)	(3.935)	(1.877)	(275)	(2.152)	(248)
Saldo líquido no final do exercício	3.442	40.265	-	43.707	5.283	2.657	-	2.657	27
Taxas médias anuais de amortização - %	69%	3%	20%			69%	20%		

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Arrendamentos - passivos

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	5.498	6.607	31	118
Novos contratos (i)	44.675	-	2.719	-
Baixa	(4.618)	-	-	-
Liquidações	(5.012)	(1.748)	(2.184)	(93)
Remensuração de contrato	13	392	-	-
Realização do ajuste a valor presente	1.559	247	163	6
Efeito de incorporação reversa	1.921	-	1.921	-
Empresa incorporada incluída na consolidação	268	-	-	-
Saldo no final do exercício	44.304	5.498	2.650	31
Circulante	1.911	1.824	424	31
Não circulante	42.393	3.674	2.226	-
	44.304	5.498	2.650	31

- (i) Os novos contratos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos das áreas onde serão construídas as estruturas do complexo solar Jaíba V, que se encontra em fase de construção (Nota 1.1.1 (d)). A taxa de juros incremental, ao custo médio das obrigações, para terrenos é de 4,48%; para edifícios: 7,95%; e para veículos: 7,70%.

c) Perfil de vencimento

Consolidado					
Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
4.125	980	1.903	1.671	35.625	44.304

Controladora					
Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
424	693	1.533	-	-	2.650

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Conforme solicita o Ofício circular da CVM n.º 01/2020, a Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Consolidado	
	2022
Ativo de direito de uso	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	43.707
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	56.619
Obrigações por arrendamento	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	44.304
Com efeito da inflação (fluxo nominal)	55.591

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

a) Composição

Consolidado											
2022											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo
		Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Encargos	Custo de captação	Principal	Total		
BNDES	TJLP+2,53%	5.557	(7.217)	111.551	109.891	-	(59.115)	1.421.286	1.362.171	1.472.062	1.249.965
BNDES	TLP+4,56%	268	(1.615)	56.810	55.463	-	(35.472)	1.645.106	1.609.634	1.665.097	960.185
Debêntures	IPCA+4,61% / CDI+1,55%	39.964	(6.878)	78.175	111.261	43.758	(39.092)	2.577.131	2.581.797	2.693.058	2.491.510
		45.789	(15.710)	246.536	276.615	43.758	(133.679)	5.643.523	5.553.602	5.830.217	4.701.660

Consolidado											
2021											
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo
		Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Encargos	Custo de captação	Principal	Total		
BNDES	TJLP+2,53%	5.433	(7.217)	101.861	100.077	-	(66.333)	1.521.611	1.455.278	1.555.355	1.287.718
BNDES	TLP+4,56%	-	(72)	198	126	-	(18.824)	568.641	549.817	549.943	405.799
Debêntures	IPCA+4,61% / CDI+1,56%	38.011	(6.256)	77.001	108.756	1.464	(46.517)	2.541.873	2.496.820	2.605.576	2.544.450
		43.444	(13.545)	179.060	208.959	1.464	(131.674)	4.632.125	4.501.915	4.710.874	4.237.967

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora				
		2022				
		Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Valor justo
Debêntures	CDI+1,48%	43.758	(1.243)	300.000	342.515	352.456
		43.758	(1.243)	300.000	342.515	352.456

		Controladora				
		2021				
		Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Valor justo
Debêntures	CDI+1,48%	1.464	(1.790)	300.000	299.674	312.965
		1.464	(1.790)	300.000	299.674	312.965

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

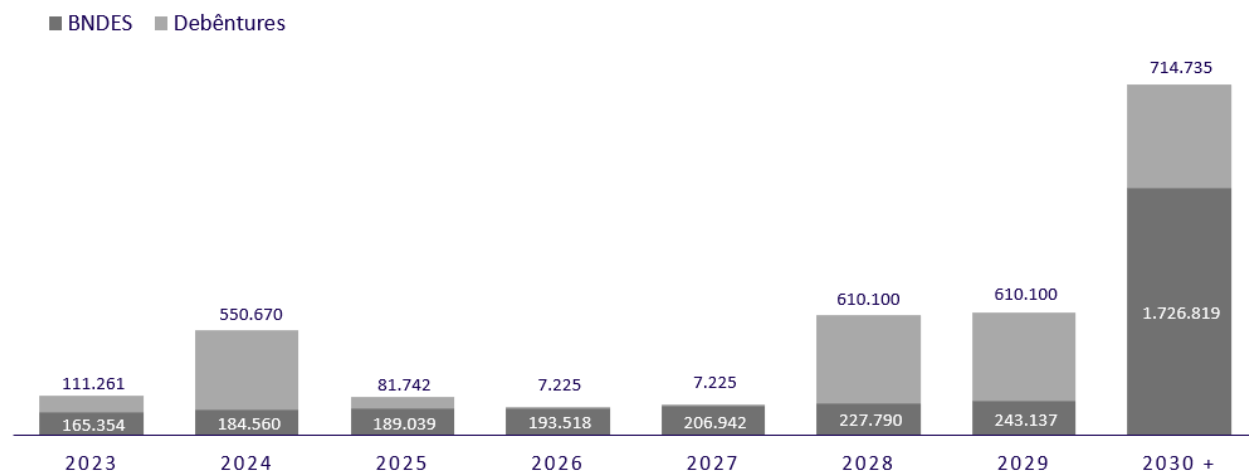
CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TLP – Taxa de Longo Prazo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

b) Perfil de vencimento



c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.710.874	3.749.688	299.674	-
Captações	1.032.175	838.860	-	300.000
Provisão de juros	360.073	254.894	42.294	1.464
Atualização monetária	177.932	200.852	-	-
Apropriação de custos de captações	13.108	13.739	619	-
Adição do custo de captação	(17.264)	(20.988)	(72)	(1.790)
Juros pagos	(266.424)	(221.180)	-	-
Liquidações	(180.257)	(104.991)	-	-
Saldo no final do exercício	5.830.217	4.710.874	342.515	299.674

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Principais transações realizadas em 2022

Até 31 de dezembro de 2022, foi liberado o montante total de R\$ 1.031.799, referentes ao financiamento contratado com o BNDES para a construção dos parques eólicos dos complexos de VDP II e III, conforme detalhado na tabela abaixo:

Data	Empresa	Modalidade	Vencimento	Moeda	Valor	Custo
mar/2022	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	76.600	IPCA + 4,56%
abr/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	102.324	IPCA + 4,56%
abr/2022	Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	60.970	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	104.000	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	97.794	IPCA + 4,56%
mai/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	75.638	IPCA + 4,56%
jun/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	114.473	IPCA + 4,56%
jun/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	112.161	IPCA + 4,56%
ago/2022	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	80.517	IPCA + 4,56%
ago/2022	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	78.089	IPCA + 4,56%
nov/2022	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	11.464	IPCA + 4,56%
nov/2022	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	15.366	IPCA + 4,56%
nov/2022	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.067	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.114	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	19.068	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	28.640	IPCA + 4,56%
dez/2022	Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	16.514	IPCA + 4,56%

e) Garantias

Controlada	Modalidade	Garantia
Piauí I	BNDES	Garantia Votorantim S.A. ⁽ⁱ⁾ e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.;
Piauí I	Debêntures	Contas reservas;
Piauí I	Debêntures	Penhor dos ativos e ações;
Piauí I	Debêntures	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Piauí II e III	BNDES	Garantia Votorantim S.A.
Piauí II e III	BNDES	Garantia Auren Energia S.A.;
Piauí II e III	BNDES	Contas reservas;
Piauí II e III	BNDES	Penhor dos ativos e ações;
Piauí II e III	BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Repassa BNDES	Garantia Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.;
Araripe III	Repassa BNDES	Contas reservas;
Araripe III	Repassa BNDES	Penhor dos ativos e ações;
Araripe III	Repassa BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Debêntures	Garantia SPES
Araripe III	Debêntures	Garantia Corporativa Auren Energia S.A.;
Araripe III	Debêntures	Contas reservas;
Araripe III	Debêntures	Penhor dos ativos e ações;
Araripe III	Debêntures	Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(i) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

f) Condições restritivas

Os empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras (*covenants*), sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo, financiamento e debêntures.

A controlada CESP possui contratos de debêntures, cuja Escritura de Emissão não prevê qualquer tipo de cláusula restritiva financeira, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da CESP e, conseqüentemente, da Companhia.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2022 contêm cláusulas restritivas financeiras, que exigem a obrigatoriedade da manutenção do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) em 1,2 vezes apurado a cada encerramento de exercício.

A Administração da Companhia e suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2022 não existe qualquer descumprimento dessas cláusulas restritivas.

19 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Circulante				
Energia comprada para revenda	308.443	105.398	-	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 27)	22.650	2.770	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	139.964	88.167	3.919	3.910
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 27)	5.282	1.950	202	1.155
Aquisição de projetos e investimentos	50.196	3.081	50.196	3.081
Encargos de uso da rede elétrica	22.484	24.212	-	-
	<u>549.019</u>	<u>225.578</u>	<u>54.317</u>	<u>8.146</u>
Não circulante				
Aquisição de projetos e investimentos (i)	-	74.216	-	74.216
	-	74.216	-	74.216
	<u>549.019</u>	<u>299.794</u>	<u>54.317</u>	<u>82.362</u>

- (i) Conforme mencionado na nota 16 item 1, houve ajuste do custo de aquisição do projeto solar, cláusula prevista no SPA (*Share purchase agreement*) assinado em setembro de 2021, houve o desreconhecimento das obrigações com os fornecedores das placas solares, o que resultou em baixa do saldo de aquisição de projetos e investimentos no montante de R\$ 30.970, reconhecimento de valores a receber na rubrica de outros ativos no montante de R\$ 32.530, em contrapartida com a baixa de intangível, no montante de R\$ 63.500.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas de Piauí I e seu consórcio, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A., de Araripe III, exceto Ventos de Santo Estevão Holding S.A., e de Piauí II e III e seus consórcios, exceto Ventos de Santo Anselmo, Santo Ângelo, São João Paulo II e Santo Isidoro Energias Renováveis S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

20.1 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando mais transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.053.340	592.854	2.648.549	59.370
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.038.136)	(201.570)	(900.507)	(20.186)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	44.424	-	946.814	16.620
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(20.362)	(17.560)	(3.252)	(294)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(7.168)	(20.081)	(7.269)	129
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	(29.073)	(44.207)	-	-
Incentivo fiscal	489	434	-	16
Impairment	30.423	-	-	-
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	823.350	-	-	-
Baixa de ativos indenizáveis pela União	(215.769)	-	-	-
Baixa de imposto diferido referente incorporação reversa	(4.820)	-	(4.820)	-
Diferido constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores - Auren Comercializadora	42.024	-	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(108)	1.776	(5.115)	3.084
IRPJ e CSLL apurados	(374.726)	(281.208)	25.851	(631)
Correntes	(89.684)	(40.325)	-	50
Diferidos	(285.042)	(240.883)	25.851	(681)
IRPJ e CSLL no resultado	(374.726)	(281.208)	25.851	(631)

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2022 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias da CESP e Auren Comercializadora estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, no caso da CESP, para o período da concessão, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que as controladas terão lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos em sua totalidade até 2042 na CESP e até 2036 na Auren Comercializadora.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.096.946	1.035.256	-	-
Provisão de <i>impairment</i>	510.046	588.560	-	-
Provisão ativo regulatório	275.685	461.031	-	-
Provisão para litígios	402.776	451.982	-	-
Atualização de benefícios pós-emprego	-	74.085	-	-
Contratos futuros de energia	-	2.790	-	-
<i>Hedge accounting</i>	-	4.318	-	-
Outras provisões	161.047	72.149	-	-
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Reconhecimento e realização de ágio	(383.305)	(34.445)	(378.848)	(14.136)
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	(242.052)	(254.587)	-	-
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(16.257)	(18.291)	-	-
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(9.070)	(4.774)	(8.586)	(4.057)
Contratos futuros de energia	(66.215)	-	-	-
Atualização de benefícios pós-emprego	(2.203)	-	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	431.940	532.985	-	-
Custo atribuído de imobilizado	441.576	458.615	-	-
<i>Hedge accounting</i>	(264)	-	(264)	-
Líquido	2.287.845	3.056.869	(700.503)	(330.998)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.000.824	3.408.893	-	-
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(712.979)	(352.024)	(700.503)	(330.998)

(i) Tais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	3.056.869	3.597.442	(330.998)	(330.317)
Efeitos no resultado	(285.042)	(240.883)	25.851	(681)
Incorporação reversa VGE - saldos patrimoniais	4.820	-	4.820	-
Incorporação reversa VGE - mais valia de concessão	(380.654)	-	(380.654)	-
Incorporação de ações CESP - mais valia de imobilizado	-	-	(19.258)	-
Empresa incorporada incluída na consolidação	(6.839)	-	-	-
<i>Hedge accounting</i>	(264)	(32.082)	(264)	-
Entidade de previdência à empregados	(101.045)	(267.608)	-	-
Saldo no final do exercício	2.287.845	3.056.869	(700.503)	(330.998)

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal, base negativa e demais ajustes temporários em 31 de dezembro de 2022, com efeito em resultado:

	Consolidado				
	2023	2024 a 2026	2027 a 2029	2030 a 2032	A partir de 2033
Realização de diferido com efeito em resultado					
Créditos tributários					
Prejuízo fiscal e base negativa	46.184	163.925	103.901	206.677	576.258
Demais ajustes temporários	87.501	140.384	65.227	32.251	746.401
	133.685	304.309	169.128	238.928	1.322.659

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Contratos futuros de energia**Política contábil**

A controlada Auren Comercializadora realiza operações de comercialização, os contratos de compra e venda de energia futura (trading) são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais.

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços futuros de energia publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

(a) Composição

	Consolidado					
	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante	1.979.160	(1.808.351)	170.809	270.815	(282.619)	(11.804)
Não circulante	3.630.278	(3.606.338)	23.940	341.292	(337.697)	3.595
	5.609.438	(5.414.689)	194.749	612.107	(620.316)	(8.209)

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo líquido no início do exercício	(8.209)	(21.444)
Marcação a mercado dos contratos de energia	109.946	(74.561)
Realização	57.160	87.796
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 7)	167.106	13.235
Empresa incorporada incluída na consolidação	35.852	-
Saldo líquido no final do exercício	194.749	(8.209)

22 UBP – Uso do Bem Público**Política contábil**

De acordo com o contrato de concessão de UBP que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a controlada CESP tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Consolidado			
			2022	2021
	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Passivo Líquido	Passivo Líquido
Saldo no início do exercício	140.547	(10.554)	129.993	155.364
Realização do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	5.400	5.400	5.631
Reavaliação do fluxo de desembolso (Nota 16)	(5.630)	(436)	(6.066)	11.153
Pagamentos	(42.773)	-	(42.773)	(42.155)
Saldo no final do exercício	92.144	(5.590)	86.554	129.993
Circulante	43.465	-	43.465	42.462
Não circulante	48.679	(5.590)	43.089	87.531
	92.144	(5.590)	86.554	129.993

23 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos**(a) Política contábil****Obrigações de desmobilização de ativos**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Licença ambiental

Na controlada CESP, os custos socioambientais relativos à Licença de Operação nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

Termo de ajuste de conduta

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

	Consolidado					
	2022					2021
	Desmobilização de ativos	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Total
Saldo no início do exercício	721.998	217.492	53.916	6.052	(685.117)	314.341
Adições com efeito em ativo (Nota 15) (i)	595.467	-	-	-	(571.017)	24.450
Remensurações (Nota 15) (ii)	225.592	38.365	-	-	(267.280)	(3.323)
Adições (Nota 7)	-	-	3.906	-	(1.793)	2.113
Reversões (Nota 7)	-	-	-	(2.314)	-	(2.314)
Pagamentos	-	(29.410)	(7.174)	-	-	(36.584)
Realização do ajuste a valor presente (Nota 8)	-	-	-	-	17.615	17.615
Saldo no final do exercício	1.543.057	226.447	50.648	3.738	(1.507.592)	316.298
Circulante	-	32.782	7.778	3.738	-	44.298
Não circulante	1.543.057	193.665	42.870	-	(1.507.592)	270.276
	1.543.057	226.447	50.648	3.738	(1.507.592)	316.298

- (i) Em 2022, houve o reconhecimento da provisão para desmobilização dos ativos dos parques eólicos dos Complexos Ventos do Piauí II e III. Por se tratar de uma obrigação para um período longo no futuro (mais de 30 anos), as controladas da Companhia entendem que os custos atuais estimados devem ser reajustados por um componente de inflação, no caso o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro) e descontados a valor presente pela NTN-B com vencimento similar ao do término das autorizações.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos dos complexos eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III, que resultou no incremento do saldo provisionado de R\$ 225.592 e ajuste a valor presente no montante de R\$ (254.349) que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, no montante de R\$ (28.757) (R\$ 8.797 para Ventos do Piauí I e R\$ 19.960 para Ventos do Araripe III). E, ainda, houve a remensuração da provisão de licença ambiental na controlada CESP, sendo reconhecido o montante de R\$ 38.365 de provisão e ajuste a valor presente no montante de (R\$ 12.931), tendo efeito no ativo imobilizado no montante de R\$ 25.434.

24 Provisão de ressarcimento**Política contábil**

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica "Receita bruta de venda de energia". A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LER: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LER: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado		
	2022	2021	
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	Total
Saldo no início do exercício	204.824	128.703	333.527
Adições (Nota 6)	26.584	32.682	59.266
Realizações (Nota 6) (i)	-	-	-
Atualização monetária (Nota8)	9.474	2.725	12.199
	36.058	35.407	71.465
Saldo no final do exercício	240.882	164.110	404.992
Circulante	240.882	121.351	362.233
Não circulante	-	42.759	42.759
	240.882	164.110	404.992

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, referentes aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019, que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentará ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que terão início em junho de 2023 e serão realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Provisão para litígios**Política contábil**

As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas em que as suas controladas são parte, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação

						Consolidado
					2022	2021
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.164.728	92.104	66.909	5.671	1.329.412	1.748.306
Atualizações (Nota 8)	89.160	5.722	1.951	236	97.069	167.516
Provisão / (reversão) (Nota 7)	(110.752)	19.996	31.379	(142)	(59.519)	(425.693)
(-) Pagamentos	(96.404)	(39.703)	(46.355)	(455)	(182.917)	(160.717)
Empresa incorporada incluída na consolidação	355	1.605	-	-	1.960	-
Saldo no final do exercício	1.047.087	79.724	53.884	5.310	1.186.005	1.329.412
Circulante	116.013	49.104	2.986	2.273	170.376	-
Não circulante	931.073	30.621	50.898	3.037	1.015.629	1.329.412
Saldo no final do exercício	1.047.086	79.725	53.884	5.310	1.186.005	1.329.412

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

		Consolidado	
		Perda possível	
	Principais ações	2022	2021
Cíveis	Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP. Indenizações, reintegração de posse e servidão de passagem nas controlas dos parques eólicos VDP I, II e III e VDA.	786.881	1.307.288
Tributárias	Pedidos de restituição, execução fiscal, processos administrativos e auto de infração nas controladas eólicas e CESP.	480.057	436.983
Ambientais	Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP. Suposto descumprimento de condicionante de licença de operação e suposta elaboração de relatórios omissos de monitoramento de ruídos e efeito estroboscópico na controlada do parque eólico VDP I.	345.683	347.162
Trabalhistas	Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	34.680	51.404
		1.647.301	2.142.837

O principal movimento na esfera cível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se aos acordos realizados em diversas ações indenizatórias, que discutiam supostos impactos ocorridos em função da construção da UHE de Porto Primavera, operada pela controlada CESP. Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

26 Benefícios pós-emprego

A controlada CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado), constituído em 1997.

Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) e CD são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício pós-emprego é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2022	Taxa definida com base no corredor instituído pela Previc na Portaria Previc nº 337/2020

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Taxa de desconto anual	9,65% a.a (6,2% a.a. real)	4,83% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,25% a.a	3,75% a.a
Crescimento Real dos Salários	N/A em função do saldamento do plano	N/A
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,25% a.a	N/A
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%	AT 49 agravada em 10%
Entrada em Invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo suavizada em 50%
Rotatividade	N/A em função do saldamento do plano	N/A
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano - 15 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos Tempo de filiação ao plano - 15 anos
Composição Familiar	ExpCF_2014	ExpCF_2014

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022 da controlada CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$ 1.263.931, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.710.430.

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas atuariais

	2022			2021		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6,20%	6,20%	6,20%	5,26%	5,26%	5,26%
Taxa de crescimento salarial	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%			AT - 1949 - Masculina agravada em 10%		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	24	57	55	33	92	87
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	3.582	1.636	911	4.309	1.935	1.037
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	107	45	15	148	65	25
Nº de participantes inativos - pensionistas	982	184	61	1.224	230	84

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes.

Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência da controlada CESP.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	5.449.864	885.216	135.899	6.470.979
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	5.048.261	803.392	123.192	5.974.845

Fluxos de caixa projetados	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	52.767		1.191	53.958
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2023	492.608	65.686	6.443	564.737
2024	484.104	64.552	6.332	554.988
2025	474.679	63.296	6.208	544.183
2026	464.797	61.978	6.079	532.855
2027	454.607	60.619	5.946	521.172
2028 a 2033	2.086.612	278.238	27.291	2.392.141

	Consolidado					
	BSPS		BD		CV	
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos						
Recebível	5.384.917	579.328	837.013	149	133.879	10.438
Investimento	4.112.423	5.199.132	828.726	986.255	116.147	131.406
	9.497.340	5.778.460	1.665.739	986.404	250.026	141.844
Passivos						
Obrigações		(142.279)		(4.900)		(1.020)
Fundos não previdenciais	(500)	-	(1.309)	-	-	-
Saldos de conta CD	-	-	(4.255)	(7.421)	(4.320)	(21.406)
Valor justo	9.496.840	5.636.181	1.660.175	974.083	245.706	119.418

(a) Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado				
	2022				2021
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Valor da obrigação atuarial líquida	5,241,721	841,793	129,217	6,212,731	7,897,265
Valor justo dos ativos dos planos	(4,036,147)	(814,419)	(98,234)	(4,948,800)	(6,111,766)
Total do passivo líquido	1,205,574	27,374	30,983	1,263,931	1,785,499

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do passivo atuarial

	Consolidado			
	2022			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	-	-	87	87
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	539.926	87.727	12.885	640.538
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 26 (d))	(20.148)	-	-	(20.148)
Benefícios pagos efeito da migração sobre a obrigação	(1.209.173)	(155.492)	(16.779)	(1.381.444)
Benefícios pagos pelo plano	(561.217)	(72.103)	(9.350)	(642.670)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 26 (e))	(185.563)	(86.682)	(8.654)	(280.899)
Obrigação total no exercício	5.241.720	841.793	129.216	6.212.729
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Juros sobre ativos do plano (Nota 26 (d))	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)
Contribuições do patrocinador	(57.470)	-	(699)	(58.169)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	922.540	141.312	11.577	1.075.429
Benefícios pagos pelo plano	561.217	72.103	9.350	642.670
Rendimento dos ativos do plano (Nota 26 (e))	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(98.234)	(4.948.798)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

	Consolidado			
	2021			
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	-	1.564	188	1.752
Custo do serviço passado (Nota 26 (d))	-	1.861	-	1.861
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes	-	1.179	-	1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 26 (e))	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Juros sobre ativos do plano (Nota 26 (d))	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes	-	(1.179)	-	(1.179)
Contribuições do patrocinador	-	(527)	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano (Nota 26 (e))	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Total do passivo líquido	1.645.163	95.521	44.815	1.785.499

(c) Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	1.785.499	2.412.379
Custo do serviço corrente (Nota 26 (d))	87	3.613
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 26 (d))	159.869	158.122
Contribuições pagas	(58.169)	(1.533)
Atualização de mensuração atuarial (Nota 26 (e))	(297.192)	(787.082)
Efeito migração planos CD (Nota 1.1 c):		
Liquidação	(306.015)	-
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 26 (d))	(20.148)	-
Saldo final do exercício	1.263.931	1.785.499

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Componentes do resultado do exercício

	Consolidado				
				2022	2021
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	87	87	1.752
Custo do serviço passado	-	-	-	-	1.861
Custo de juros sobre a obrigação	539.926	87.727	12.885	640.538	534.572
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)	(376.450)
Efeito da migração ganhos atuariais	(20.148)	-	-	(20.148)	-
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	125.607	9.959	4.242	139.808	161.735

(e) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

	Consolidado				
	BSPS	BD	CV	2022	2021
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	351.716	(11.081)	7.723	348.358	1.164.039
Perda atuarial de alterações de premissas	(537.279)	(75.601)	(16.377)	(629.257)	(1.651.435)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)	(299.686)
Movimento em ORA durante o exercício (Nota 26 (c))	(221.091)	(63.927)	(12.174)	(297.192)	(787.082)
Efeitos de tributos diferidos	75.171	21.735	4.139	101.045	267.608
Efeito líquido em outros resultados abrangentes (Nota 28.5)	(145.920)	(42.192)	(8.035)	(196.147)	(519.474)

(f) Despesa / (receita) estimada para 2023 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	2023 Total
Custo de juros sobre a obrigação	529.047	84.329	12.750	626.126
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(366.269)	(75.495)	(9.199)	(450.963)
Despesa estimada para o exercício	162.778	8.834	3.551	175.162

27 Partes relacionadas**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado										
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços (Nota 6)		Compras, serviços e outros		Resultado financeiro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa										
Banco Votorantim S.A.	1.153	65.344	-	-	-	-	-	-	1.698	2.850
	1.153	65.344	-	-	-	-	-	-	1.698	2.850
Contas a receber de clientes (Nota 10) - Venda de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	10.558	-	-	-	98.639	(3.939)	(30.341)	-	-
Votorantim Cimentos S.A.	53.302	-	-	-	573.301	-	-	-	-	-
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	4.343	-	-	-	124.957	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	42.808	-	-	-	462.584	-	-	-	-	-
CBA Itapissuma	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	4.486	613	-	-	48.152	10.533	-	-	(318)	-
Citrosuco Serviços Portuários S.A.	-	-	-	-	4.240	-	-	-	-	-
Mineração Dardanelos Ltda.	-	-	-	-	20.342	-	-	-	-	-
Pollarix S.A.	5.071	-	-	-	48.692	-	-	-	-	-
CBA Energia Part. S.A.	1.882	-	-	-	14.336	-	-	-	-	-
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	1.100	-	-	-	11.856	-	-	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	1.651	-	-	-	17.783	-	-	-	-	-
Nexa Resources	46	-	-	-	862	-	-	-	-	-
Metalex Ltda.	-	-	-	-	552	-	-	-	-	-
	114.689	11.171	-	-	1.327.660	109.172	(3.939)	(30.341)	(318)	-
Dividendos a receber										
CBA Energia Part. S.A.	20.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pollarix S.A.	25.883	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	46.190	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de participação de investidas (i)										
Companhia Brasileira de Alumínio	53.250	46.331	43.212	36.373	-	-	-	-	4.924	9.958
CBA Itapissuma	14.087	12.259	12.053	10.285	-	-	-	-	1.301	1.974
Votorantim Cimentos S.A. (Nota 1.1.2 (h))	49.678	-	36.661	-	-	-	-	-	3.536	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	7.910	11.399	18.098	17.524	-	-	-	-	-	(183)
	124.925	69.989	110.024	64.182	-	-	-	-	9.761	11.749
Doações										
Instituto Votorantim	-	-	-	-	-	-	(2.346)	(1.650)	-	-
	-	-	-	-	-	-	(2.346)	(1.650)	-	-
Fornecedores (Nota 19) - compras de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	2.770	-	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	22.689	-	-	-	(221.838)	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	-	675	-	-	-	(9.546)	-	-	-
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	-	-	-	-	-	-	(13.195)	-	-	-
Baesa-Energética Barra Grande S.A.	-	-	1.117	-	-	-	(10.912)	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	-	-	1.675	-	-	-	(16.368)	-	-	-
Votorantim S.A. (v)	-	-	1.703	912	-	-	(20.526)	(8.324)	-	-
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	1.038	-	-	(1.042)	(13.979)	-	-
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	-	(2.562)	(2.752)	-	-
Interávia Taxi Aéreo Ltda.	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	-
Compart Serviços e Assessorias Ltda.(iv)	-	-	70	-	-	-	(2.369)	-	-	-
Reservas Votorantim Ltda.	-	-	3	-	-	-	(185)	-	-	-
Citrovita Agro Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1.300)	-	-	-
Way2 Serviços de Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	(90)	-	-	-
	-	-	27.932	4.720	-	-	(299.950)	(25.055)	-	-
Dividendos a pagar										
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	6.976	-	-	-	-	-	-
Votorantim S.A.	-	-	239.735	-	-	-	239.198	-	-	-
CPP Investments	-	-	203.179	6.976	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores (vi)	-	-	192.545	235.740	-	-	-	-	-	-
	-	-	635.459	249.692	-	-	239.198	-	-	-
	286.957	146.504	773.415	318.594	1.327.660	109.172	(67.037)	(57.046)	11.141	14.599

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Compras, serviços e outros		Resultado financeiro (Nota 8)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Dividendos a receber								
CESP - Companhia Energética de São Paulo	970.450	153.929	-	-	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	83.347	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	7.914	6.270	-	-	-	-	-	-
CBA Energia Part. S.A.	20.308	-	-	-	-	-	-	-
Pollarix S.A.	25.883	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	764	764	-	-	-	-	-	-
Sol do Piauí	47	-	-	-	-	-	-	-
MRTV Comercializadora de Energia Ltda	10	-	-	-	-	-	-	-
	1.108.723	160.963	-	-	-	-	-	-
Alienação de investidas (i)								
Companhia Brasileira de Alumínio	53.250	46.331	43.212	36.373	-	-	(130)	11.252
Votorantim Cimentos S.A.	49.678	-	36.661	-	-	-	-	-
CBA Itapissuma	14.087	12.259	12.053	10.285	-	-	(34)	2.316
	117.015	58.590	91.926	46.658	-	-	(164)	13.568
Doações								
Instituto Votorantim	-	-	-	-	(600)	(53)	-	-
	-	-	-	-	(600)	(53)	-	-
Fornecedores de serviços								
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	1.038	(1.042)	(13.979)	-	-
Reservas Votorantim Ltda.	-	-	-	-	(185)	-	-	-
Votorantim S.A. (v)	-	-	133	117	(868)	(467)	-	-
Compart Serviços e Assessorias Ltda. (iv)	-	-	69	-	(2.298)	-	-	-
Interávia Tâxi Aéreo Ltda.	-	-	-	-	(17)	-	-	-
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	-	-	-	-	(2.562)	(2.752)	-	-
	-	-	202	1.155	(6.972)	(17.198)	-	-
Dividendos a pagar								
Votorantim S.A.	-	-	239.735	-	-	-	-	-
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	6.976	-	-	-	-
CPP Investments	-	-	203.179	6.976	-	-	-	-
Acionistas não controladores (vi)	-	-	192.267	-	-	-	-	-
	-	-	635.181	13.952	-	-	-	-
Mútuo com controladas (ii)								
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	345	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	5.050	-	-	-	-	-	507	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	17.891	-	-	-	-	-	666	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	308	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	11.748	-	-	-	-	-	188	-
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	12.362	-	-	-	-	-	186	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	4.124	-	-	-	-	-	124	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	9.057	-	-	-	-	-	57	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	17.162	-	-	-	-	-	162	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	-	168	-
	77.394	-	-	-	-	-	2.711	-
	1.303.132	219.553	727.309	61.765	(7.572)	(17.251)	2.547	13.568

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se aos saldos em aberto da operação de venda de participação de controladas por parte da Auren para a CBA, Citrosuco S.A. Agroindústria ("Citrosuco") e Cimentos, líquidos do ajuste a valor presente, com efeito no resultado financeiro.
- (ii) Mútuo com controladas no dia 14 de maio de 2022: Prazo de liquidação é de 180 dias, contados da data de assinatura, acrescido de juros e da correção monetária conforme definido em contrato.
- (iii) Referem-se a prestação de serviços de manutenção das usinas.
- (iv) Serviços de gestão de projetos e infraestrutura de TI.
- (v) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.
- (vi) Como ato subsequente à abertura de capital da Companhia, e de modo a permitir que os acionistas não controladores da CESP participassem da Auren, foi apresentada uma proposta para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela Auren.

Nas Demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais divulgadas ao longo dos trimestres de 2022, o saldo de R\$ 235.452 foi mantido como partes relacionadas e devido aos não controladores, revisitamos os termos da reorganização societária, ocorrida em março de 2022 e os dividendos mínimos obrigatórios destacados aos acionistas não controladores da CESP referentes ao exercício de 2021 foram ajustados à Companhia, conforme detalhado na Nota 1.1.2 (e).

27.1 Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração fixa e variável (i)	28.927	8.876	20.152	1.745
Encargos sociais	7.542	2.617	5.769	956
	36.469	11.493	25.921	2.701

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em março de 2022 os órgãos de governança da Companhia foram instituídos, sendo eles: (i) Diretoria Estatutária, composto por quatro membros; (ii) Conselho de Administração, composto por seis membros, com o término do mandato previsto para até a data de realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas do exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Comitê de Auditoria Estatutário, composto por três membros, com o término do mandato em março de 2024.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Patrimônio líquido**28.1 Capital social**

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.940.137 (R\$ 3.000.836 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 1.000.000.000 ações ordinárias (1.985.094.892 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Consolidado e controladora	
		Quantidade de ações - em unidades	
		Ordinárias	%
Acionistas			
Votorantim S.A.	2.242.015	377.434.774	37,74%
CPP Investments	1.904.401	320.598.904	32,06%
	4.146.416	698.033.678	69,80%
Outros			
Ações em circulação	1.793.721	301.966.322	30,20%
	1.793.721	301.966.322	30,20%
	5.940.137	1.000.000.000	100%

28.2 Reserva de capital

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia apresenta saldo no montante de R\$ 5.703.189 de reserva de capital, referente a incorporação reversa da VGE (nota 1.1.1 (b)) no montante de R\$ 1.260.581, e referente à incorporação de ações da CESP (nota 1.1.1 (e)), no montante de R\$ 4.442.608.

28.3 Reserva de lucros

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Reserva legal (i)	197.085	63.365
Retenção de lucros (ii)	3.618.039	1.798.576
	3.815.124	1.861.941

- (i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.
- (ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais e de suas empresas controladas e coligadas, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

28.4 Distribuição de lucros

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e as controladas realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta a proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 635.169, provisionado no passivo.

(a) Cálculo

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.674.400	58.739
(-) Reserva legal - 5%	(133.720)	(2.937)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	2.540.680	55.802
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	635.169	13.952
(=) Saldo de lucros acumulados	1.905.511	41.850
(-) Retenção de lucros	(1.905.511)	(41.850)
(=) Saldo	-	-

(b) Lucro por ação – básico e diluído

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício (a)	2.674.400	58.739
Quantidade média ponderada de ações, em lote de mil (b)	1.098.675	1.985.095
Lucro por ação (a / b)	2,4342	0,0296

A Companhia não mantém quaisquer instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2022 e 2021 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

(c) Dividendo por ação

	Controladora	
	2022	2021
Dividendos propostos (a)	635.169	13.952
Quantidade de ações ordinárias, em lote de mil (b)	1.000.000	1.985.095
Dividendo por ação (a / b)	0,6352	0,0070

28.5 Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ (205.372) em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados da controlada CESP (montante de R\$ (405.374) em 31 de dezembro de 2021 referente a Benefícios a empregados e instrumento financeiros derivativos da controlada CESP).

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(405.374)	(636.478)
Provisão de <i>Hedge accounting</i>	507	-
Provisão de <i>Hedge accounting</i> operacional reflexo	-	24.914
Ganho de benefício pós-emprego no exercício - reflexo	196.147	207.820
Perda (ganho) de participação em investida	-	(1.630)
Outros resultados abrangentes	3.348	-
	200.002	231.104
Saldo final do exercício	(205.372)	(405.374)

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Instrumento financeiro e gestão de risco

29.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado		Controladora	
	Nível	2022	2021	2022	2021
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 10)	1	617.860	328.631	-	-
Partes relacionadas (Nota 27)	1	124.925	69.989	194.409	58.590
Ativo sujeito à indenização (Nota 13)	1	21.799	1.739.161	-	-
		764.584	2.137.781	194.409	58.590
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (Nota 9)	1	3.099.435	1.571.298	1.050.796	383.095
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	105.347	77.751	-	-
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 9)	1	154.133	106.201	-	-
Ativos indenizáveis pela União (Nota 11)	1	3.909.017	-	-	-
Contratos futuros de energia (Nota 21)	1	5.609.438	612.107	-	-
		12.877.370	2.367.357	1.050.796	383.095
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	2	936	-	-	-
		936	-	-	-
		13.642.890	4.505.138	1.245.205	441.685
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18)	2	5.830.217	4.710.874	342.515	299.674
Fornecedores (Nota 19)	1	549.019	299.794	54.317	82.362
Arrendamentos (Nota 17(b))	1	44.304	5.498	2.650	31
Partes relacionadas (Nota 27)	1	110.024	64.182	91.926	46.658
		6.533.564	5.080.348	491.408	428.725
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia (Nota 21)	2	5.414.689	620.316	-	-
		5.414.689	620.316	-	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	2	158	12.699	-	-
		158	12.699	-	-
		11.948.411	5.713.363	491.408	428.725

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental, (f) risco de não performance dos parques eólicos. e (g) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 9.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	545.211	1.155.917	1.474.040	3.703.685	1.419.897	8.298.750
Fornecedores	549.019	-	-	-	-	549.019
Arrendamentos (i)	6.749	10.684	16.097	24.025	94.177	151.732
Instrumentos financeiros derivativos	158	-	-	-	-	158
Contratos futuros de energia (i)	2.246.094	3.085.121	1.299.930	297.483	1.582	6.930.210
Encargos setoriais	21.835	-	-	-	-	21.835
UBP - Uso do Bem Público (i)	43.465	37.279	11.400	-	-	92.144
	3.412.531	4.289.001	2.801.467	4.025.193	1.515.656	16.043.848
	Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	405.743	447.521	1.809.329	3.439.091	839.050	6.940.734
Fornecedores	225.578	43.245	30.971	-	-	299.794
Contratos futuros de energia (i)	318.420	304.326	118.357	-	-	741.103
Arrendamentos (i)	1.825	3.312	828	-	-	5.965
Encargos setoriais	20.170	-	-	-	-	20.170
UBP - Uso do Bem Público (i)	42.462	84.939	13.147	-	-	140.548
	1.014.198	883.343	1.972.632	3.439.091	839.050	8.148.314
	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	621	452.209	-	-	-	452.830
Fornecedores	54.317	-	-	-	-	54.317
Instrumentos financeiros derivativos	157	-	-	-	-	157
Arrendamentos (i)	424	442	803	981	-	2.650
	55.362	452.651	453.012	981	-	509.954
	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	-	-	388.918	-	-	388.918
Fornecedores	8.146	43.245	30.971	-	-	82.362
Arrendamentos (i)	31	-	-	-	-	31
	8.177	43.245	419.889	-	-	471.311

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco hidrológico e GSF

A geração de energia elétrica da controlada CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da controlada CESP participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

(d) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(e) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(f) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas dos complexos eólicos Ventos de Araripe III e Ventos do Piauí I possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(g) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

(iii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 Demonstrativos da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são (i) taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2022, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2022, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2023;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2022	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL - CDI 13,65%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva	3.358.915	BRL milhares	-1bps	(417)	(114.623)	(229.246)	114.623	229.246
BRL - CDI 13,65%	Principal de instrumentos financeiros derivativos (i)	1.653	BRL milhares	-1bps	(5)	(81)	(171)	73	138
BRL - CDI 13,65%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	569.920	BRL milhares	-1bps	71	19.449	38.897	(19.449)	(38.897)
BRL - TJLP 7,37%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	1.538.393	BRL milhares	17bps	(2.615)	28.345	56.690	(28.345)	(56.690)
BRL - IPCA 5,79%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	3.741.522	BRL milhares	-29bps	10.850	54.159	108.317	(54.159)	(108.317)

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora					
				Impactos no resultado					
				Cenário I		Cenários II & III			
				Choque nas curvas de 31/12/2022	Resultados do cenário I				
	Natureza da operação	Saldo	Unidade			-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL - CDI 13,65%	Equivalentes de caixa	1.050.796	BRL milhares	-1bps	(131)	(35.858)	(71.717)	35.858	71.717
BRL - CDI 13,65%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	343.758	BRL milhares	-1bps	43	11.731	23.461	(11.731)	(23.461)

* bps - basis points

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com a rubrica de Instrumentos financeiros derivativos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.
- (ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures não contemplam os custos de captação.

Notas Explicativas

Auren Energia S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos contratos futuros de energia, o principal fator de risco que impacta na sua precificação é a exposição resultante da diferença entre os preços dos contratos futuros de compra e venda em relação aos preços de mercado. Tais exposições apresentam volatilidades consideráveis sendo necessária uma métrica de sensibilização a fim de melhor caracterizar as possíveis variações no resultado da Companhia e de sua controlada Auren Comercializadora.

Dessa forma, objetivando avaliar a possível variabilidade do resultado da marcação a mercado dos contratos futuros de energia, foi realizado uma simulação balizada pela volatilidade dos últimos dez anos do comportamento dos preços de mercado. A distribuição contendo os possíveis cenários de resultado foi dividida em quatro partes, os chamados quartis. E foram analisados o primeiro e o terceiro quartil que representam uma significância de 75% da amostra, isso significa que existe uma possibilidade, em quatro ocorrências, que o resultado dos contratos futuros de energia fique abaixo do valor estimado.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade para os contratos futuros de energia em 31 de dezembro de 2022, conforme os seguintes cenários:

- I. Cenário base, conforme curva de preço definido pela Administração para 31 de dezembro de 2022;
- II. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 25% da distribuição;
- III. Representa a variação entre o cenário base e o percentil 75% da distribuição.

				Consolidado		
				Impactos no resultado		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contratos de compra e venda - valor justo	Contratos futuros de energia	194.749	BRL milhares	194.749	185.225	204.639

30 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL	Vencimento
		Mil	
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	1.368.484	até junho/2023
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	45.000	até fevereiro/2024
D&O	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras	100.000	até março/2023

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 19.915 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.404 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Auren Energia S.A.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028 Total
Encargos de uso de rede	297.255	294.165	294.165	294.165	294.165	7.862.992
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	44.269	55.240	55.057	55.057	55.057	1.504.887
Serviços de operação e manutenção - O&M (iii)	112.218	112.218	112.218	112.218	112.218	943.781
Aluguéis e arrendamentos (i)	15.307	8.875	12.790	12.135	12.872	306.120
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.645	8.645	8.645	8.645	8.645	223.934
Repactuação de risco hidrológico	30.540	30.623	30.540	30.540	30.540	15.270
Projetos em Desenvolvimento/ Construção (ii)	2.102.394	56.636	-	-	-	-
	2.610.628	566.402	513.415	512.760	513.497	10.856.984
						15.573.686

- (i) As controladas dos parques eólicos e solares possuem compromissos futuros firmados com os arrendadores dos terrenos onde foram construídos os parques, a principal premissa é um percentual sobre a receita líquida dos parques a ser paga, rateada proporcionalmente a área do terreno pertencente a cada arrendador, tal compromisso de arrendamento está vinculado a estes empreendimentos até o final das autorizações emitidas pela ANEEL, conforme demonstrado na Nota 1, Contexto operacional.
- (ii) A Companhia e suas controladas tem como plano de médio prazo o investimento na construção de novos parques solares, para os quais existem compromissos firmados junto a fornecedores relacionados às obras civis e aquisição das placas solares, com previsão para serem liquidados até 2024.
- (iii) As controladas dos parques eólicos possuem compromissos futuros firmados com os fornecedores GE, Siemens Gamesa e Vestas para o serviço de operação e manutenção dos equipamentos operacionais dos parques, que possuem vigência até 2032, 2037 e 2040, respectivamente.

32 Eventos subsequentes**32.1 Aprovação de dividendos adicionais**

O Conselho de Administração aprovou, em 16 de fevereiro de 2023, a proposta de distribuição de dividendos em um montante total de R\$1.500.000, equivalentes a R\$1,50 por ação, a ser submetido a deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 28 de abril de 2023, considerando: (i) dividendo mínimo obrigatório da Companhia, no montante de R\$635.169, equivalente a R\$ 0,635 por ação, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício; e (ii) dividendo complementar da Companhia, no montante de R\$864.831, correspondentes ao lucro retido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (reserva de investimentos) equivalentes a R\$ 0,865 por ação.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Auren Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Auren Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Auren Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Auren Energia S.A. e da Auren Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do PAA relativo à repactuação do risco hidrológico ou Generation Scaling Factor (GSF) em virtude da sua contabilização inicial ter ocorrido em 2021, após seu reconhecimento os valores fazem parte do PAA de Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) e pela inclusão de PAA sobre a reorganização societária. Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reorganização societária (Nota 1.1.2)

Conforme descrito na Nota 1.1.2 em fevereiro de 2022, a Companhia implementou uma série de movimentos de reorganização societária, visando a unificação dos ativos de energia da Votorantim S. A. ("VSA") e do Canada Pension Plan Investment Board ("CPP Investments").

Consideramos a reorganização societária um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de valor justo e nas análises societárias. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras. Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação de empresas, a fim de analisar a metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia para mensuração do valor justo dos investimentos.
- Avaliação da independência e experiência dos avaliadores externos contratados pela administração, bem como exame da metodologia utilizada pelo avaliador.
- Análise da coerência lógica e aritmética da avaliação e da razoabilidade das projeções.
- Análise dos principais critérios utilizados na mensuração do valor justo dos investimentos, tais como a razoabilidade da taxa de desconto considerada na avaliação.

- Leitura de atos e documentos societários.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

As evidências obtidas através dos nossos procedimentos de auditoria indicam que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações, são consistentes com os dados e com as informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ativos indenizáveis pela União (Nota 11)

A controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP") celebrou, em 7 de dezembro de 2022, um acordo judicial com a União Federal, visando à indenização da CESP pela reversão dos bens não amortizados e não depreciados em relação à Usina Hidrelétrica Três Irmãos. O acordo tem por objeto o recebimento da indenização em questão pelo valor histórico de R\$ 1.717.362 mil, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, 0 SELIC, no regime de capitalização composta e será pago em 84 parcelas mensais e consecutivas a partir de outubro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de indenização a receber, atualizado até essa data, líquido do ajuste a valor presente totalizava R\$ 3.909.017 mil.

Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente o montante envolvido e os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, como mensuração do valor atualizado, momento de reconhecimento da atualização monetária, ajuste a valor presente, entre outros fatores, que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício. Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros pontos:

- O entendimento do histórico do processo administrativo, a análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.
- A leitura e avaliação dos termos, do acordo judicial, firmado entre a Companhia e a União Federal, base base para apuração do valor atualizado.
- A revisão das premissas utilizadas e verificação da precisão matemática nos cálculos de atualização monetária e do ajuste a valor presente.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito à indenização, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com os dados e as informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Entidade de previdência a empregados (Nota 26)

Conforme descrito na Nota 26, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de assistência médica e de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2022, passivos líquidos no montante de R\$ 1.263.931 mil, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários.

Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas

adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.

- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelos atuários independentes.
- Testes, com base amostral, da consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial.

Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas atuariais e também incluíram a avaliação da adequação das divulgações efetuadas em notas explicativas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para litígios (Nota 25)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentavam provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais, mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e das causas, no valor de R\$ 1.186.005 mil. Adicionalmente, o Grupo possui ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento no montante de R\$ 1.647.301 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda tenham sido avaliadas como possíveis pela administração, a partir do suporte dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Provisões e passivos contingentes apresentam incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e dos passivos contingentes requerem que a administração das controladas exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvidas.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela administração. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração e a existência dos processos da Companhia.
- Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com os assessores jurídicos.
- Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, durante o exercício.
- Discussão dos assuntos mais relevantes com os Órgãos de Governança da Companhia.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e com as demais informações obtidas.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 20)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2022, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.000.824 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia e suas controladas gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros.
- Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) (Notas 15 e 16)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 10.397.035 mil e R\$ 2.587.808 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de impairment desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment).
- Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de impairment, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA AUREN ENERGIA S.A.

EXERCÍCIO SOCIAL 2022

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") da Auren Energia S.A. ("Auren" ou "Companhia") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por 3 (três) membros independentes, observando-se as melhores práticas de Governança Corporativa e em atendimento a regulação do segmento do Novo Mercado da B3.

Composição do Comitê de Auditoria Estatutário em 2022

O Comitê de Auditoria Estatutário da Auren foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária, dia 06 de dezembro de 2021, com o seu efetivo funcionamento condicionado suspensivamente à listagem das ações de emissão da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, cujo início ocorreu dia 28 de março de 2022. A mesma condição suspensiva foi consignada em ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada dia 02 de março de 2022, em que foi deliberada a eleição e fixação do número de 3 (três) membros para compor o CAE, além de outros assuntos relacionados aos requisitos legais a serem adotados para o funcionamento do Comitê.

Em sua primeira composição, cujo mandato iniciou-se em 28 de março de 2022, e tem previsão de término para 28 de março de 2024, o Comitê se reuniu de forma ordinária 10 (dez) vezes, no período de 19 de abril de 2022 a 16 de fevereiro de 2023, nas seguintes datas:

- 19 de abril, 2022;
- 13 de maio, 2022;
- 24 de maio, 2022;
- 07 de julho, 2022;
- 11 de agosto, 2022;
- 22 de setembro, 2022;
- 26 de outubro, 2022;
- 22 de novembro, 2022;
- 06 de dezembro, 2022; e
- 16 de fevereiro, 2023.

As reuniões foram organizadas com base no planejamento de trabalho, cronograma das reuniões e agenda temática prevista para a referida composição de membros do Comitê para o período indicado, devidamente comunicados ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Comitê, conjuntamente, ou de forma individual pelos seus membros, manteve diversos contatos com a administração e com os auditores independentes, no sentido de se manter informado sobre os negócios da companhia e aspectos das demonstrações financeiras, no âmbito de suas atribuições.

A composição do CAE juntamente com as datas de nomeação e comparecimento a reuniões estão estabelecidas abaixo:

Membros do CAE

Nome	Data de início de mandato	Data de término do mandato	Comparecimento a reuniões durante 2022
Sergio Ricardo Romani - Coordenador	28/03/2022	Prevista para 28/03/2024	100%
Heraldo Gilberto de Oliveira	28/03/2022	Prevista para 28/03/2024	100%
Marcos Antonio Quintanilha	28/03/2022	Prevista para 28/03/2024	100%

Atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário

No Regimento Interno do Comitê, cujas competências são desempenhadas em estrita conformidade com as exigências previstas nas Instruções CVM aplicáveis, no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Estatuto Social da Companhia, cabe ao CAE assessorar o Conselho de Administração da Companhia, no que concerne ao exercício das suas funções e assuntos sob sua competência, a análise e o monitoramento : (i) dos processos de apresentação de relatórios contábeis e financeiros trimestrais e anuais; (ii) dos trabalhos de avaliação dos controles internos; (iii) dos processos de gerenciamento dos riscos de negócio; (iv) dos processos de gerenciamento dos riscos de Compliance, do Programa de Compliance e do Canal Linha Ética; (v) dos trabalhos dos auditores internos e auditores externos independentes; e (vi) dos assuntos pertinentes ao Código de Conduta, nos termos do Capítulo 2 do seu Regimento.

As avaliações do CAE se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de linha ética e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a empresa responsável pelo exame de auditoria das demonstrações financeiras, pelo planejamento e execução dos procedimentos das auditorias e das revisões, conforme normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão das demonstrações financeiras interinas trimestrais. O parecer dos auditores independentes deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, legislação societária brasileira e as normas internacionais de

relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Os trabalhos de gestão de riscos, controles internos e auditoria interna são realizados pela Gerência Executiva de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, e os trabalhos de Compliance são realizados pela Gerência de Societário, Governança Corporativa e Compliance. Para realização dos trabalhos de auditoria interna, a Companhia conta, além de sua equipe interna, com apoio de profissionais da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("DTT") com a supervisão da referida Gerência de Auditoria Interna, a qual apresenta o reporte de suas atividades diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário. O CAE é o órgão responsável pela revisão do plano anual de auditoria interna e monitoramento da sua execução.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2022

No exercício de 2022, até esta data, o Comitê de Auditoria Estatutário realizou diversas reuniões, documentadas nas respectivas atas e anexos correspondentes. Adicionalmente, foram realizados contatos telefônicos e por e-mail entre os membros do Comitê e com os administradores e auditores, internos e independentes, para discussão de aspectos específicos de interesse do Comitê.

Os Diretores e demais Executivos de diversas áreas da Companhia foram entrevistados ou solicitados a realizar apresentações sobre os temas conduzidos pela Companhia e de interesse do Comitê, sendo alguns executivos acionados por mais de uma vez no decorrer do período mencionado neste relatório.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos as seguintes:

- (a) Tomada de conhecimento sobre a visão geral e sobre os segmentos de negócio da Auren e suas controladas, principais temas das Demonstrações Financeiras e informações relevantes para as notas explicativas, Plano de estruturação de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, Plano de Compliance, visão geral das Políticas previstas para aprovação no ano de 2022, os principais pontos e oportunidades de melhoria da Carta de Controles Internos emitida pelo Auditor Independente em 2021, bem como o planejamento da auditoria abrangendo: escopo dos trabalhos, riscos, cronograma e procedimentos a serem executados;
- (b) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia mediante reuniões com os administradores e com os auditores externos para discussão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia individual e consolidado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- (c) Tomada de conhecimento sobre a Reorganização Societária da Auren, suas principais etapas e respectivos efeitos contábeis e tributários. Também revisaram as notas explicativas da Auren Energia, de modo a garantir a divulgação adequada ao mercado.
- (d) Análise e monitoramento do resultado do Teste de Impairment de Ativos Tangíveis e Intangíveis realizado pela Companhia;
- (e) Avaliação e manifestação favorável ao encaminhamento e aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia de novas Políticas, notadamente as Políticas: (1) Compras; (2) Segurança da Informação; (3) Gerenciamento de Riscos; (4) Compliance e Anticorrupção; (6) Sustentabilidade; (7) Remuneração e Avaliação de Administradores e Membros de Comitê de Assessoramento; (8) Indicação de Administradores e Membros de Comitê de Assessoramento; (9) Transações com Partes Relacionadas; e (10) Contratação de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria;
- (f) Revisão do comunicado ao mercado, emitido pela Companhia, na data de 10 de outubro de 2022, em atenção ao Ofício 1072/2022-SLS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), datado de 30 de setembro de 2022, o qual indagava a Companhia sobre o estágio e cronograma da implementação das estruturas exigidas pela B3 para o processo de listagem e admissão das suas ações à negociação no Novo Mercado. A Companhia esclareceu que a implementação das estruturas consideradas no seu Formulário de Referência se encontrava em consonância com os prazos e fases previstas. Vide comunicado: <https://ri.aurenenergia.com.br/arquivos-cvm/comunicados-avisos-e-fatos-relevantes/aur/en/>
- (g) Avaliação e monitoramento dos riscos de negócio da Companhia, bem como as principais iniciativas e ações contidas no Plano Geral de Riscos de 2022;
- (h) Avaliação e monitoramento do Status do Plano de Controles Internos para 2022, considerando: (1) a avaliação dos controles internos dos processos relevantes e associados aos riscos de negócio; (2) a avaliação e monitoramento dos controles chave para demonstrações financeiras; (3) a implantação dos planos de ação para os pontos e oportunidades de melhoria da Carta de Controles Internos de 2021, emitida pela Auditoria Independente.
- (i) Tomada de conhecimento dos aspectos relevantes e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como quanto ao monitoramento das providências e principais ações adotadas pela Administração;
- (j) Avaliação dos aspectos contábeis e tributários relativos aos temas de Equacionamento do Fundo de Pensão (Vivest) e ao Acordo de Indenização da UHE de Três Irmãos, além da revisão dos pareceres técnicos e jurídicos emitidos por profissionais externos;
- (k) Tomada de conhecimento a respeito das principais estratégias de negócio, bem como acompanhamento das melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança no registro das transações;
- (l) Avaliação das regras e diretrizes adotadas pela Companhia na gestão das transações com partes relacionadas. O CAE também tomou conhecimento dos controles existentes para identificação das transações e as melhorias planejadas para implementação frente às obrigações de reporte, aspectos de governança e riscos pelo descumprimento às regulamentações (normas CVM/B3) e Estatuto Social da Auren;
- (m) Tomada de conhecimento sobre o novo modelo de consolidação dos contratos de energia da Companhia;
- (n) Tomada de conhecimento acerca de informações relativas: (1) ao Plano de O&M e o monitoramento das operações da Companhia; (2) status dos trabalhos conduzidos pela área de Patrimônio Imobiliário; e (3) a gestão e monitoramento dos riscos regulatórios incluindo a avaliação dos impactos para o negócio;
- (o) Acompanhamento do status dos trabalhos conduzidos na gestão do contencioso ativo e passivo da Companhia;
- (p) Obtenção da confirmação a respeito da independência dos auditores externos e independentes da Companhia, após a avaliação da Declaração de Independência apresentada pela PwC.

Conclusão

O CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Interna e o Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, julgam que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2022.

Desta forma, o CAE recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Mesa:

Sergio Ricardo Romani
Presidente

Cristiane Silveira Schaefer
Secretária

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

Sergio Ricardo Romani

Heraldo Gilberto de Oliveira

Marcos Antonio Quintanilha

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, procedeu a análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Interna e o Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes, julgam que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2022.

Desta forma, o CAE recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Mesa:

Sergio Ricardo Romani
Presidente

Cristiane Silveira Schaefer
Secretária

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

Sergio Ricardo Romani

Heraldo Gilberto de Oliveira

Marcos Antonio Quintanilha

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 11, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.594.234/0001-23, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Diretores:

Fabio Rogério Zanfelize
Diretor Presidente

Mario Antonio Bertoncini
Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

Raul Almeida Cadena
Diretor sem designação específica

Márcia Maria Cunha Silva
Diretora sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de diretores da Auren Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 11, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.594.234/0001-23, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Diretores:

Fabio Rogério Zanfelize
Diretor Presidente

Mario Antonio Bertoncini
Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

Raul Almeida Cadena
Diretor sem designação específica

Márcia Maria Cunha Silva
Diretora sem designação específica